

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

ASCENSÃO E HIERARQUIZAÇÃO “PROFISSIONAL” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Um estudo a partir do caso da “Escola Sociológica Paulista”

Porto Alegre

2010

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

ASCENSÃO E HIERARQUIZAÇÃO “PROFISSIONAL” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Um estudo a partir do caso da “Escola Sociológica Paulista”

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais
Para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Política

Orientador: Dr. Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre

2010

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto as relações entre trajetórias sociais e profissionais e a reconversão de recursos em posições de “reconhecimento” e excelência profissional. Tomando por base uma “elite intelectual” (ou “científica”), definida a partir da lista que compõe uma obra de auto-consagração coletiva intitulada *Conversas com Sociólogos Brasileiros*, o enfoque privilegia a compreensão dos trajetórias que conduzem as posições de “elite” e os princípios e critérios de excelência profissional e social que estão na base do recrutamento e da hierarquização do “grupo” analisado. Para tanto, tomou-se como pressuposto que a “eleição” para o “panteão” da sociologia brasileira estava relacionada a *redes de reciprocidade* pré-existentes e ao interesse em definir os “recursos” e “lógicas de ação” legítimos de serem acionados como “critérios” de ascensão profissional.

Palavras-chave:

Ciências Sociais – *Redes* – Escola Sociológica Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS E APORTES METODOLÓGICOS	10
1 O “CAMPO DAS PRÁTICAS”, OS “INTELECTUAIS” E AS CIÊNCIAS SOCIAIS	166
1.1 Lógicas de ação e a institucionalização das Ciências Sociais	166
1.2 As ciências sociais no Rio de Janeiro.....	25
2 FLORESTAN FERNANDES E A FORMAÇÃO DA “ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA”	29
3 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A “DISSIDÊNCIA” DA “ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA”	50
4 REDES E DIVERSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO	62
4.1 Definição dos padrões de apresentação	65
4.1.1 Multiposicionalidade em redes e ascensão “profissional” a partir do CEBRAP	66
4.1.2 Multiposicionalidade em redes e ascensão “profissional” a partir da “universidade”	74
4.1.3 Multiposicionalidade em redes e ascensão “profissional” a partir da “militância”	79
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS	86
ANEXOS.....	94

INTRODUÇÃO

Neste trabalho são analisadas as relações entre trajetórias sociais e profissionais e a reconversão de recursos em posições de “reconhecimento” e excelência profissional. Mais especificamente, tomando por objeto uma elite “cultural” (ou “científica”), trata-se de examinar as condições sociais e culturais nas quais esta elite se constitui, as modalidades de recursos e lógicas de ação em pauta, e os princípios de hierarquização e filosofia social que os legitima.

Os parâmetros de definição da população circunscrevem a lista de cientistas sociais que compõem uma obra de consagração coletiva intitulada *Conversas com Sociólogos Brasileiros* (2006). Inserida no escopo de um projeto de pesquisa mais amplo, do qual já resultaram outros quatro livros¹, esta obra faz parte de um conjunto de publicações que tem por objetivo central “reconstruir a história das disciplinas” a partir das narrativas de vida daqueles que são definidos como os “protagonistas do processo”, ou “figuras-síntese” da história.

Dentre os diversos tipos de documentos destinados à consagração de “heróis” ou de “grandes personalidades” das ciências sociais no Brasil (história das ciências sociais, biografias, homenagens, etc), a publicação tomada como ponto de partida desta pesquisa, apresenta, segundo seus organizadores, vinte e uma entrevistas “dos principais expoentes das ciências sociais brasileiras”, através das quais se pretende compor um painel destinado a “dar conta da constituição da Sociologia no Brasil”.

Tomando a “retórica” como estratégia de “reconstrução” da sociologia brasileira, é patente o caráter de “consagração” de determinados recursos e trajetórias sociais e “profissionais” por meio da veiculação de histórias de “êxito”. De acordo com Grijó (2008), este tipo de produção pode ser aproximado de um tipo de produto gráfico popular denominado “auto-ajuda”. Produções “forjadas e carimbadas pela empresa biográfica” que são destinadas a apresentar os “caminhos e estratégias para o que se julga e se propõe como

¹ O projeto que está na origem das referidas publicações é financiado pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações (GVPesquisa) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e é coordenado por José Marcio Rego. Deste projeto resultaram: “Conversas com Economistas Brasileiros” (1996); “Conversas com Economistas Brasileiros II” (1999); “Conversas com Filósofos Brasileiros” (2000) e “Conversas com Historiadores Brasileiros” (2002).

sucesso” (p. 90). Ou seja, sua produção e difusão estão vinculadas a legitimação de “pontos fixos”, os quais respaldam a imagem social do grupo e “eternizam”, como um *monumento*, os trajetos e investimentos dignos de “nota” e de reconhecimento, estabelecendo a linha entre os *insiders* e os *outsiders*.

Evidentemente, todo o processo de hierarquização está fundado em princípios de distinção e nos valores atribuídos a determinados recursos, que também podem ser lidos como “atributos”. Ou seja, embora o mais evidente no caso em pauta seja considerar a “contribuição para a reflexão sociológica” e os “títulos” e “honrarias” ostentados pelos currículos dos eleitos, os valores atribuídos a tais feitos também são resultado de lutas pela definição dos critérios de excelência mais diversos. Mais especificamente, os títulos não podem ser tomados como critério de eleição para o “panteão” sem a consideração de sua mescla com um conjunto de outros recursos que podem ser acionados complementarmente e estão, normalmente, associados a *redes de relações personificadas* (CORADINI, 1997b).

Neste sentido, o estudo ora proposto torna-se particularmente interessante pela proximidade que estas elites científicas estabelecem com o que há de mais moderno e mais próximo das filosofias secularizadas em países periféricos como o Brasil. Portanto, em tese, mais distantes das referências ao *transcendente* a das lógicas de consagração social fundamentadas no *reconhecimento* e na *busca de sentido*. Deste modo, o confronto dos princípios e critérios de hierarquização profissional, estatutariamente embasados em “títulos” oficiais, com outros recursos e práticas sociais e políticas permite compreender os fundamentos e filosofias sociais que estruturam as relações de poder e dominação no interior de determinados grupos sociais.

Como demonstrado em outros estudos sobre os processos de hierarquização e legitimação social em países periféricos², as estratégias dos agentes tendem a ser direcionadas à renovação constante dos recursos e investimentos e à aquisição de “capital simbólico personificado, condição de garantia das demais formas de capital” (CORADINI, 1997b). Mais precisamente, em situações sociais onde os “mecanismos impessoais de dominação” não se encontram estruturados, ou ainda, onde as ideologias e filosofias baseadas no racionalismo não se objetivam em práticas e concepções sociais, as relações tendem a estar centradas na pessoa “real”, e na “reconversão” constante das diversas modalidades de *capital* em *capital simbólico*, condição de personalização dos mecanismos de dominação (BOUDIEU, 1980). A principal decorrência destas estruturas de dominação e de hierarquização fundamentadas na

² Cf. CORADINI, 1997b/c/d; LOUREIRO, 1992; PÉCAUT, 1990; KARADY, 1991; DEZALAY et GARTH, 2006, 2008.

inserção *não igualitária* dos *agentes* sociais em espaços de atuação diversos é que a “sacralização dos dominantes” torna-se estatutária, “visto que se inscreve na estrutura de mediação e no conjunto das práticas sociais” (CORADINI, 1998, p.216).

Ocorre que, a referência aos “grandes homens” do passado (ou do presente) e a sua respectiva “sacralização” por meio de sua “eternização” não legitima somente os indivíduos que ocupam estes postos, mas todo o conjunto de práticas, recursos e lógicas de ação – juntamente com as filosofias sociais correspondentes – que respaldam a ocupação destas posições. De modo mais geral, o “ato de magia social” pelo qual os indivíduos são instituídos e reconhecidos como tais, tende a naturalizar um limite arbitrário pelo simples fato de se fazer conhecer (no sentido de reconhecer) este como existente. Notadamente, a linguagem estabelece uma relação performativa com o mundo social e, ao mesmo tempo que “cria” o grupo, introduz no “jogo” as representações sociais que o fundamentam.

Como salienta Coradini (1998), a compreensão do processo de formação de “heróis” não pode ser reduzida à dimensão mais visível, “natural” ou oficial dos processos de hierarquização. Sendo assim, a atenção aos processos que conduzem a posição de “elite”, e a sua consagração enquanto tal, deve ser posta nos princípios de estruturação dos respectivos *illusio* e *doxas* que são subjacentes às *posições* e as *tomadas de posição* nas lutas pela classificação.

De tal modo, a centralização da pesquisa em um grupo definido permite tanto a reconstrução das *redes de relações* subjacentes aos trajetos individuais, quanto a identificação dos *agentes* que as centralizam. Do mesmo modo, o caráter “fluído”, ou “efêmero”, das *redes personificadas* e da centralização da pesquisa em “personalidades” consagradas, permanece em aberto, visto que exige atenção especial àqueles *não incluídos na lista*, mas que, de modo geral, participam ativamente dos processos e disputas no “campo” das ciências sociais brasileira.

Duas são as principais hipóteses da presente pesquisa. Primeiramente, considera-se que a formação da *lista* dos “canonizáveis” é anterior ao processo de escolha e divulgação do “panteão” das ciências sociais brasileiras, sendo que a divulgação e publicação dos *nomes* sanciona relações previamente estruturadas e consagra determinados trajetos e recursos estatutariamente definidos como distintivos. Portanto, um dos objetivos da pesquisa é apreender as *redes* e *trajetos* que conduzem à posição de elite. A segunda hipótese refere-se aos *usos* das ciências sociais e a hierarquia dos objetos. Considerando que os agentes consagrados ocupam posições centrais nos processos relativos a “definição” das ciências

sociais no Brasil, os trajetos que representam e as práticas que põem em ação contribuem para a imposição da visão legítima do espaço social em questão.

Por tomar para análise as “narrativas de vida” dos agentes que compõem o “panteão” das ciências sociais brasileiras, alguns cuidados metodológicos são necessários. O principal deles é a negação da redução “subjetivista” que tende a tomar o ponto de vista dos “sujeitos” como descrição do “real”. Este pressuposto faz esquecer que todo ponto de vista é a visão a partir de um ponto na estrutura de relações objetivas, e as apreciações que os indivíduos fazem do mundo são o produto da interiorização destas relações. Assim, é somente no cruzamento entre os “relatos auto-biográficos” e as condições sociais e culturais de sua emergência que se pode compreender as *posições* e as *tomadas de posição* dos agentes sociais em contextos de ação diversos (GRIJÓ, 2008).

Nestes termos, os “relatos auto-biográficos” têm a particularidade de possibilitar a captação das origens sociais, de reconstruir as *redes* de pertencimentos e de compreender as múltiplas intersecções entre os diversos espaços de atuação. Além disso, estes relatos permitem a reconstrução dos espaços de sociabilidade, dos critérios de apresentação de si e das referências diversas aos “pares” e aos demais agentes sociais que, em graus variados, possuem posições interseccionadas com o “campo” das ciências sociais. Por outro lado, a definição das *propriedades pertinentes* para a reconstrução das *estruturas de capital* das quais os agentes dispõem, e com as quais interagem, tem por objetivo central a explicitação dos “trunfos” e dos recursos desigualmente possuídos pelos *agentes construídos* segundo critérios relativamente homogêneos. O conjunto de propriedades definidas como pertinentes circunscrevem: os *títulos universitários*; o *pertencimento universitário* (institucional); a ocupação de *posições de poder* (professor titular, etc.) *ou autoridade* (diretor de instituto de pesquisa, etc.); os *termos de referência* (“mestre”, “pai”, “precursor”, etc); e o “*prestígio*” definido a partir dos prêmios ostentados pelos currículos dos agentes. Estas propriedades objetivas cotejadas às *redes* e as suas *estratégias de acionamento* permitem compreender os diferentes significados dos recursos em situações específicas e suas lógicas de imposição.

As estratégias de apresentação dos dados vinculam-se diretamente à reconstrução das *redes* que são subjacentes a formação dos grupos e a inserção dos agentes em espaços de atuação específicos. Deste modo, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos e uma conclusão. Os perfis biográficos acompanhados perfazem a *lista* de vinte e um sociólogos composta por Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Rubens Brandão Lopes, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, Luiz Werneck Vianna, José Carlos Durand, Benício Viero Schmidt, Sergio Miceli, Elisa Reis, Brasílio Sallum Jr.,

Reginaldo Prandi, Renato Ortiz, Glaucia Villas Bôas, Maria Arminda do Nascimento Arruda, José Vicente Tavares dos Santos, César Barreira, Ricardo Benzaquen de Araújo, Ricardo Abramovay e Ricardo Antunes.

No primeiro capítulo, operacionaliza-se uma reconstrução das bases sociais e ideológicas sob as quais constituem-se as “instâncias de consagração”³, atentando especialmente para os contextos de ação e às estruturas de oportunidades que vão estar disponíveis aos agentes em determinadas conjunturas históricas. No segundo capítulo, são cotejados os processos sócio-políticos com as *redes* e *investimentos* que constituem a base da ascensão “profissional” e de formação da “escola de sociologia da USP”, ou da denominada “escola de sociologia de Florestan Fernandes”. O terceiro capítulo apresenta as diferenciações internas e a ruptura com o “grupo fundador” da sociologia na USP, através da qual forma-se uma “dissidência”, cujo principal expoente é Fernando Henrique Cardoso. O quarto e último capítulo é composto pela diversificação dos trajetos “profissionais” e pela expansão dos espaços de atuação dos sociólogos. Neste capítulo, procura-se dar atenção especial às *redes* de relações e à inserção dos agentes ligados a elas no “conjunto de oportunidades” que se apresentam ao longo dos itinerários destes.

O objetivo central desta modalidade de exposição é compreender os deslocamentos, reconversões e adesões que compõem os trajetos “profissionais” e quais recursos e lógicas de ação são operantes no processo de “ascensão profissional” nas ciências sociais. Além disso, as *redes de atuação* formadas pelos agentes em questão e a *ocupação* de postos centrais na afirmação das ciências sociais no Brasil permitem a compreensão dos princípios definidores de legitimidade e autoridade “científica”, bem como, dos *usos* específicos da “posição de sociólogo”, ou de “especialista em ciências sociais”, nos diversos espaços de atuação.

Os limites da presente pesquisa circunscrevem-se ao grupo selecionado e a suas vinculações “acadêmicas”. Deste modo, não se tem a intenção de dar conta da diversidade dos processos de “consagração” e das modalidades de ascensão “profissional” relativas ao “campo” das ciências sociais no Brasil, e, tampouco, das dinâmicas político-sociais atreladas a estes. Uma segunda ressalva vincula-se aos critérios de seleção e inclusão no “panteão” das ciências sociais utilizados pelos organizadores da publicação. Para estes, a “importância da USP na área de Sociologia é bem conhecida e se justifica por razões históricas”, sendo que, “a rigor, só existiu uma vida acadêmica na aceção das experiências européias e norte-

³ Utiliza-se esta expressão no sentido atribuído por Saint-Martin (1988) as Universidades e Centros de Pesquisa no Brasil, segundo a autora, estes “são menos “instâncias de difusão e produção científica que instâncias de consagração”.

americanas” com suas respectivas “realizações”, “espaços de sociabilidade”, “horizontes” e “critérios de excelência” científico e intelectual (ABRUCIO et al. 2006, p. 9). Tal afirmação institui, como critério de “escolha”, a vinculação direta ou indireta a esta universidade como “atributo” de excelência profissional, o que exige uma atenção especial ao processo de constituição e de “relação” das universidades paulistas com as demais do Brasil.

OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS E APORTES METODOLÓGICOS

Como salienta Bourdieu (1984), ao tomar por objeto um espaço de relações com o qual o observador tem vinculações estreitas, corre-se o risco de encontrar, sob a forma *eufemizada*, uma série de problemas epistemológicos que normalmente em estado impensado fazem-se esquecer como tais. Dentre estes, encontra-se a oposição fundamental entre conhecimento *comum* e conhecimento *científico*.

Assim como os diversos “campos” sociais, o “campo” cultural em geral e o “campo” científico em particular são espaços de luta pela imposição dos princípios de dominação mais legítimos. Definido em termos “típico-ideais”, o “campo científico” corresponde ao lugar onde “a força das idéias dependeria essencialmente de sua força intrínseca e da conformidade com as regras de coerência lógica”. Ocorre que não existe “campo científico” que não comporte uma dimensão “política” enquanto arte de produzir e mobilizar *idéias-força* (BOURDIEU, 2002).

Para o caso em pauta, ou seja, o “campo científico” relativo às ciências sociais, a questão toma dimensões mais complexas. Ao tomar por objeto as lutas pela classificação do mundo social, e, ao reclamar o monopólio sobre a “produção da verdade” acerca destas lutas, a condição do cientista social “tende a parecer monstruosa”, já que seu objeto é por demais importante aos que têm algo a ver com a “ordem social e simbólica”. Nestes termos, cada um dos especialistas das ciências sociais está em concorrência, não somente com os outros pesquisadores, mas também com os demais profissionais da produção simbólica, principalmente porque as “descobertas” das ciências sociais têm toda chance de serem lidas como respostas a questões de *senso comum* e/ou a “polêmicas políticas”, portanto, instrumento de imposição legítima de classificações ao sabor do “humor do tempo”⁴.

⁴ Cf. BOURDIEU, 1994; 2002; 2004; 2008; entre outros.

Sabe-se que as condições para o desenvolvimento das ciências sociais dependem diretamente da “negação do profetismo” (BOURDIEU *et al*, 2005), ou seja, da ruptura com a demanda social. Logo, pode-se considerar como condição fundamental para a produção conceitual e analítica em ciências sociais a autonomização do “campo científico”, visto que “o analista faz parte do mundo que ele procura objetivar e a ciência que ele produz é apenas uma das forças que se defrontam nesse mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 123).

Ocorre que as condições de produção de uma sociologia, tal como expressa, depende da “objetivação” de regras e mecanismos de controle que sejam “externas” à “realidade imediata do mundo social”, e, portanto, “interiores” a uma lógica especificamente “científica”, com seus respectivos *ethos* e “racionalidade” desvinculados da “força social” ou das imposições “escatológicas” do grande público. Nestes termos, a definição de ciências sociais em questão está intimamente vinculada à noção de *campo* “como regime de racionalidade instituído sob a forma de constrangimentos racionais os quais, objetivados e manifestados numa certa estrutura da troca social, encontram sua cumplicidade” nas disposições daqueles que participam do *jogo* de imposições e “retribuições” específicas, o qual, só faz sentido em sua relação com a lógica interna do *campo* em questão (BOURDIEU, 2001, p. 137).

No caso do Brasil, as ciências sociais tomam uma conotação amplamente diferente das “condições fundamentais” para a existência de uma “ciência autônoma do mundo social”. Seja pela *crença* em um tipo de “realismo” *imanentista*, pela adesão a uma “cultura política e noção de “intelectuais” específica (PÉCAUT, 1990; CORADINI, 2009), pela inexistência de campo “cultural” autônomo (CORADINI, 1997c), ou pela condição de “campo cultural periférico” (SIGAL, 2002). A lógica da credibilidade dos “produtos” e dos “objetos” das ciências sociais, bem como de seus produtores, está fundada no “reconhecimento” (SAINT-MARTIN, 1988; PÉCAUT, 1990; CORADINI, 1997c, 2009). Inclusive por isso, há tendência a uma relação “prática” e/ou “encantada” com os objetos de pesquisa. Deste modo, as ciências sociais funcionam como instrumentalização de tomadas de posição política, o que incorre em um duplo golpe sobre as possibilidades de uma sociologia da sociologia: primeiramente, a relativa dependência do “reconhecimento social” transforma a “objetivação dos sujeitos classificantes” em “revés” político; noutro ponto, a correspondência entre as “prescrições”, ou “descrições”, e as “estruturas objetivas” impõe as “problemáticas legítimas” e, portanto, toda a hierarquia dos objetos é uma “hierarquia política”.

Nestes termos, as ciências sociais legitimam-se como “busca de sentido” e “fundamentação de estratégias de intervenção”, normalmente vinculadas a um tipo de

filosofia social que relaciona o maior nível de escolarização à “responsabilidade social”. Igualmente, o sentido (*essencialista*) atribuído às ciências sociais vincula seus “objetos”, “produtos” e “produtores” a um princípio *apriorístico*, segundo o qual, há sempre uma “premissa ontológica subjacente” ou uma “adesão” a “causas” fundamentais, inclusive por isso as ciências sociais tendem a tomar conotações de *sociologismo* (CORADINI, 2009). Assim, os conhecimentos adquiridos pelas ciências sociais brasileiras têm toda chance de se objetivar como “tradição teórica”, em oposição à “teoria propriamente científica” (BOURDIEU *et al.* 2005).

A principal alternativa para este problema apresenta-se na “construção do objeto” como instrumento de ruptura e a operacionalização da análise com base em parâmetros previamente estabelecidos e definidos segundo as lógicas do “racionalismo aplicado” (BOURDIEU *et al.* 2005). Além disso, a “construção” de uma realidade própria a análise tem como principal implicação a “fuga” da tentação de assumir a posição de “juiz dos juizes”. Mais especificamente, na medida em que se constrói o espaço de relações “lógicas” entre os agentes, situa-se o observador no sentido de definir “de onde se está vendo o que” (BOURDIEU, 1990).

Uma das principais decorrências metodológicas destes princípios é a ruptura com a polarização entre o “perspectivismo” e o “objetivismo”. Ao mesmo tempo, não significa a “integração” entre ambas, mas a apreensão daquilo que estas abordagens têm em comum, quer dizer, a constituição como “conhecimento científico” em oposição ao “conhecimento prático” (BOURDIEU, 1980).

Tal orientação requer que se trabalhe, simultaneamente, com os esquemas classificatórios e com suas condições de imposição e objetivação no mundo social. Melhor dizendo, os agentes sociais não são simples “suportes das estruturas”, do mesmo modo, não são independentes das imposições do mundo social (*idem*).

Nesta perspectiva, a construção do espaço de relações *relacionais* como realidade “cientificamente” construída, segundo os objetivos específicos da pesquisa, se define pela “estrutura de relações entre todas as propriedades pertinentes” e pela consideração consciente da “rede de propriedades secundárias” que *situam* os agentes segundo relações de proximidade ou distanciamento. Do mesmo modo, a construção dos agentes “não se faz apenas pelas propriedades” possuídas em determinado momento, mas através do conjunto de propriedades estruturantes das posições ocupadas no trajeto e que, ao longo deste, foram perdidas ou acumuladas (BOURDIEU, 2007b).

Esta análise *situacional* tem por objetivo expor as condições de emergência das classificações sociais, particularmente, as condições de legitimação de determinados princípios de classificação, conforme as respectivas posições e “estruturas de capital” que definem os “campos de luta”. Neste sentido, a análise encaminha a observação para as condições de possibilidade de que os agentes, situados por sua posição na estrutura de distribuição de capitais, têm para impor suas “verdades” aos demais participantes e/ou adversários nas lutas pela produção das “verdades” sobre o mundo social.

Por outro lado, cabe fugir do “erro teoricista” que tende a deduzir as ações e interações das estruturas, de cujo principal resultado é a consideração de problemas “teóricos” como problemas “reais”. A construção de um espaço fundado na relação entre posições distintas e coexistentes, expressas em aproximações e distanciamentos, põem os agentes que ocupam estas posições em “condições semelhantes”, expostos a “condicionamentos semelhantes, e com toda a “possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes”, logo, “as disposições adquiridas na posição” estão no princípio das “afinidades eletivas” que fundamentam as formas de *cooptação* (BOURDIEU, 1990).

Esta “topologia social” operada no momento objetivista tem toda chance de produzir “instrumentos” para a ação propriamente “política” de *criar* grupos. O “efeito de teoria” é parte estruturante das lutas pela imposição dos esquemas de classificação do mundo social, visto que, na medida que as ciências sociais publicam seus resultados, eles tendem a passar a realidade estudada (CORADINI, 1997a). De tal modo, a sociologia deve incluir uma “sociologia da percepção do mundo social” e apreender os esquemas e princípios de classificação e de apreciação que fundamentam a *doxa* e a *illusio* dos respectivos espaços de atuação. Estes princípios de visão, que são o fundamento das divisões do mundo social, só têm sentido porque estão fundados em relações objetivas, ou seja, porque remetem a “realidades” bem “reais”.

Em uma tentativa de compreender a dialética entre as posições e as disposições dos agentes sociais, utiliza-se, como instrumento de análise, a “noção de trajetória”, de modo a apreender o conjunto “de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996a, p. 81). Visto que, o espaço de *posições* se traduz em um espaço de *tomadas de posição*, por meio das *disposições* adquiridas na posição.

Além disso, o princípio das diferenças entre os esquemas operatórios reside na singularidade das *trajetórias*, ou seja, as percepções e apreciações que os agentes operam em determinadas situações baseiam-se na “síntese” entre “experiências passadas” e “experiências

novas” (BOURDIEU, 1980). Neste sentido, nas situações de *crise* ou de *ruptura*, os agentes tendem a aplicar esquemas de “(auto) proteção” ou de “ataque” que, em medidas variadas, estão vinculados às próprias expectativas de “manutenção” ou “transformação” das posições ocupadas. Mais especificamente, pode-se entender melhor a “lógica” das *tomadas de posição*, na medida em que se pode apreender as *retribuições* que cada membro tira de suas *posições* (GAXIE, 1977, 2005).

No caso brasileiro, o *uso* dos recursos acumulados nas posições ocupadas nos trajetos individuais, ou daqueles provenientes do trajeto do conjunto do grupo familiar, toma algumas conotações particulares, principalmente pela importância do “capital de relações personificadas” (CORADINI, 1997b/d) na afirmação e legitimação dos demais recursos manipulados pelos agentes sociais. Inclusive por isso, recursos como “engajamento” e “militância”, assim como os diversos *usos do passado*, ganham importância estruturante no conjunto das imposições legítimas nos diversos espaço de atuação. Ou ainda, há sempre uma *rede de relações* subjacentes ao elenco de “títulos” e postos que compõem as trajetórias (idem).

Sendo assim, a noção de *redes* torna-se metodologicamente eficiente, possibilitando a apreensão da *multiposicionalidade* dos agentes sociais e da pluralidade de modos de relação e “interesse”. Especificamente, a compreensão das *redes* de sociabilidade – “formais” ou “informais” – permitem atentar para o exercício da dominação e a ocupação de posições centrais e estratégicas no controle dos recursos e modos de reprodução de determinados “grupos” ou posições sociais. Além disso, permite compreender as diversas modalidades de interação e os recursos acionados em determinadas contextos sócio-políticos (SAWICKI, 1997).

Neste sentido, um conceito fundamental para a análise apresentada neste trabalho é o de “capital social” como

conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e *úteis* [...] fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas (BOURDIEU, 2007a, p.67).

A compreensão destas *redes de relações* requer uma atenção especial às trocas, materiais e simbólicas, que fundamentam os princípios de *aliança* e que, inclusive, estruturam

as posições mais centrais, ou mais periféricas, com relação aos “mestres de rede” (DURIEZ, 2004). Por estarem fundadas na reciprocidade e no reconhecimento mútuo, estas redes funcionam na prática como “relações encantadas”, donde decorre o princípio de sua existência e a eficácia de sua mobilização.

1 O “CAMPO DAS PRÁTICAS”, OS “INTELECTUAIS” E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

1.1 Lógicas de ação e a institucionalização das Ciências Sociais

Como lembra Pécaut (1990), o engajamento dos intelectuais constitui-se como a palavra de ordem do início do século XX. Enleados à “pedagogia iluminista”, cuja base está assentada na crença na “razão” e em seu “poder transformador”, cumpre criar os meios necessários a atuação e intervenção nos assuntos nacionais. Notadamente, trata-se de operar a “mediação” entre a “realidade” e suas condições de transformação ou reprodução.

O “latente” desejo de renovação política e social proveniente da frustração ocasionada pela oligarquização da República traz os intelectuais de volta a cena política com o objetivo de reformar as instituições e “auxiliar” o Estado na construção da nação. Certos de que a “mediocridade política” e o fracasso do liberalismo são resultantes da inexistência de um “projeto nacional” e do descompasso entre as “instituições políticas” e a “realidade brasileira”, os intelectuais reclamam para si a tarefa de “desvendar” a “realidade” e fazer frente na organização da nação (MARTINS, 1987; PÉCAUT, 1990; SEVCENKO, 1983; MICELI, 1999).

Logo surgem “fórmulas” ou definições “substantivas” do cidadão-ideal brasileiro, sejam elas constituídas a partir da proposta da “pedagogia militar”, cujo caráter “cívico” e “nacionalista” impera no momento⁵, ou pela busca da descrição psicossocial do “campônio”, cuja questão de fundo é o fracasso da República e a necessidade da centralização⁶. Todas estão associadas a um objetivo mais geral: a “construção da ordem”. Para além de construir e reforçar o Estado, trata-se de organizar a “sociedade”, e, para tanto, é preciso construir o elo que a liga ao Estado, ou seja, é necessário formar o “cidadão”.

Assim, dentre os processos históricos e sociais que estão na origem dos engajamentos intelectuais e de sua constituição como categoria social no Brasil, o mais importante para o que está em pauta são os “movimentos reformadores” de cunho educacional e político. Estes movimentos, unidos a um conjunto de outros processos desembocaram nos projetos universitários levados a cabo por “intelectuais” e “políticos” que giram em torno de “clubes” e “empresas culturais” do período.

Os projetos de “reforma política” coadunam-se aos movimentos nacionalistas de cunho autoritário, propugnadores de um discurso político, cujo princípio da transformação

⁵ Os principais defensores do papel “pedagógico” do Exército estão encampados na Liga de Defesa Nacional.

⁶ Cf. VIANNA, 1987.

social reside na “condução das massas”. Essas movimentações expressas, por exemplo, nas *Ligas*⁷ nacionalistas, na formação de “grupos” como a Associação Brasileira de Educação (ABE)⁸, e em movimentos reformadores tais como a “Semana de Arte Moderna” e, posteriormente, a “Escola Nova”, convergem a um objetivo mais geral, qual seja, colocar o Brasil no “trilho da modernidade”.

Os *princípios* ou *palavras de ordem* que circundavam as décadas de 1920 e 1930 podem ser representados pela reconstituição de Limongi (1989a) acerca os principais objetivos expressos nos ideais da *Liga Nacionalista*, quais sejam: “a necessidade de reformas políticas moralizadoras, com a adoção do voto secreto; a erradicação do analfabetismo e a assimilação do imigrante” (p.112). Nota-se que, em termos gerais, os objetivos que tangem a educação do povo, seja para redenção das massas, seja para assimilação do imigrante, centram-se na formulação de um projeto educacional de caráter nacional e conduzido pelo Estado.

Neste ínterim, as questões mais gerais que definem a atuação dos intelectuais são amplamente influenciadas pelas “movimentações” internas em curso no Brasil, tais como a “renovação Católica”, os movimentos tenentistas, a criação da Confederação Operária Brasileira, as greves de 1917 em São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a “Reação Republicana”, entre outras querelas e “problemas internos” que incidem na formação de dissidências no interior dos “grupos dirigentes”.

Além disso, os referenciais de ação e suas respectivas filosofias são influenciados pelas transformações do contexto internacional, tais como a ascensão dos “Estados-Nação”, a “revolução da Imprensa”, as novas tecnologias e ideais advindos da “Revolução Tecnológica”, o “Neocolonialismo”, a “Primeira Guerra”, a “Revolução Russa” e a divulgação e adesão, cada vez maior entre os “intelectuais” brasileiros, às “correntes filosóficas” do “positivismo”, do “determinismo” e do “darwinismo”, as quais constituem-se como pontos de apoio significativos para as tomadas de posição do período. Mesmo que metabolizados e adotados sob uma perspectiva “seletiva” e “adaptativa”, estes ideais fundamentam a filosofia social e as “propostas de ação” que legitimam as intervenções dos intelectuais⁹.

⁷ *Liga de Defesa Nacional* fundada no Rio de Janeiro em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon teve como primeiro presidente Rui Barbosa. *Liga Nacionalista* fundada em São Paulo no ano de 1917 teve como seus principais tribunos Antônio Sampaio Doria, Monteiro Lobato, Armando de Salles Oliveira, Júlio Mesquita entre outros.

⁸ Associação fundada em 1924 da qual participaram Carlos Lessa, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros.

⁹ Cf. PÉCAUT, 1990, especialmente, Cap.1.

Lado a lado com a movimentação e a adesão dos intelectuais às reformas “necessárias” para a transformação do Brasil, estão as disputas políticas pela hegemonia e pelo controle do governo central, com as quais estes também estão vinculados diretamente. Estas lutas têm seu ápice na ruptura com a *política dos governadores* quando o então presidente Washington Luis rompe com a alternância dos apoios presidenciais e lança Júlio Prestes como candidato a presidência da República. Desgostosos com o governo de Washington Luis, o “grupo d’O Estado¹⁰” encampado no Partido Democrático¹¹ (PD) apóia Getúlio Vargas, que, sendo derrotado nas eleições, articula um “golpe” militar e assume o governo central em 1930. Após assumir o governo, ao contrário das expectativas, Vargas nomeia João Alberto Lins de Barros como interventor em São Paulo. Neste momento, deflagram-se um conjunto de desentendimentos e pressões que vão culminar na “Revolução Constitucionalista de 1932” liderada por uma frente única composta pelo Partido Democrático (PD) e pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Embora as disputas pela sucessão e controle do governo central estejam vinculadas às iniciativas educacionais que desembocam na “institucionalização” das ciências sociais no Brasil, o que nos interessa, especificamente, é que após um conjunto de alianças e desacordos, os mais diversos, o Estado de São Paulo – ou, mais especificamente, uma parcela de sua “elite” – acaba “alijado” do poder, tendo constituído uma oposição ao governo Vargas liderada principalmente pelo “grupo d’O Estado¹²”.

Muitos dos principais líderes do “levante paulista” foram para o exílio, dentre os quais Júlio de Mesquita Filho, principal líder da “facção” Mesquita e opositor ferrenho ao governo Vargas. Ilustre dissidente do PRP, um dos principais “empresários culturais do período”¹³ e tribuno da Liga Nacionalista, Mesquita Filho torna-se um dos principais opositores da *política dos governadores*, fatos intimamente ligados à “oligarquização” do PRP e a sua “exclusão” e de seus correligionários do partido. A partir de seu abandono da “política de partido”, clama pelas “reformas redentoras” da sociedade, mas a derrota da *Frente Única* no “levante”

¹⁰ A empresa jornalística *O Estado de São Paulo* constitui-se como um dos mais importantes órgãos de imprensa do Brasil, controlada pelo Grupo Mesquita, “o *Estado* era, na verdade, um pequeno seminário de debates sobre a vida social, política, literária e científica. Aí se reuniam à tarde e à noite, como num clube de cultura, professores de escolas superiores, profissionais liberais, em geral, em geral, colaboradores do jornal e mesmo redatores de outros periódicos” (LIMONGI, 1989a, p. 112). Ver também MICELI, 1979.

¹¹ O Partido Democrático fundado em 1926 reunia os “dissidentes” do Partido Republicano Paulista (PRP), tendo entre seus principais líderes: Julio Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Paulo Nogueira Filho, Franco Morato, Paulo Duarte, entre outros.

¹² Basta notar que os principais líderes do “movimento de oposição” a Vargas então entre aqueles que “circulam” em torno, ou “pertencem” a empresa jornalística *O Estado de São Paulo*, tais como, Julio Mesquita Filho, seu cunhado Armando de Salles Oliveira, Paulo Nogueira Filho, entre outros.

¹³ A Liga Nacionalista dispunha, em suas fileiras, dos mais importantes “empresários culturais do período”, ou seja, os Mesquita e Monteiro Lobato. Ver MICELI, 1979.

paulista constitui a “gota d’água” para a consolidação do “projeto universitário em São Paulo. A adesão a uma determinada “concepção” do social, que vai legitimar a “civilização por cima” e as concepções de “ciência social” em questão, se expressa nas tomadas de posição, por exemplo, frente ao processo eleitoral.

No corpo humano também, se o cérebro, na balança quisesse apostar em peso com o músculo, claro que seria derrotado. O raciocínio geral é este, se meu voto, estudado, ponderado, calculado, livre, tem de ser anulado pelo voto do meu criado, que é um imbecil, sem discernimento nem cultura, prefiro ficar em casa (MESQUITA FILHO *apud* LIMONGI, 1989a, p.122).

Ao mesmo tempo que se posiciona “contra”, ou que proclama seu afastamento da “política militante e eleitoral”, Mesquita Filho expressa, ou deixa transparecer por meio de si, as concepções que fundamentam uma “ordem social” hierarquizada e, portanto, definem quais indivíduos ou grupos deveriam se ocupar da “condução da nação”. Além disso, o “afastamento” desta “política irracional” relaciona-se a uma determinada adesão ou crença no processo de racionalização e tecnificação da administração dos “problemas sociais” do Brasil, ou seja, caberia uma ampliação dos “horizontes culturais”, uma “reformulação política e moral” e um “melhor aproveitamento” das “pessoas competentes”¹⁴.

O projeto de “renovação política e moral” que constituía a bandeira maior da *Liga Nacionalista* e as reformas educacionais já em andamento em São Paulo¹⁵ estão na origem da defesa de uma universidade destinada a criar *elites desinteressadas* e um ensino secundário calcado no humanismo¹⁶. Neste processo, define-se a concepção de universidade, a qual representaria um “organismo concatenador da mentalidade nacional”, um espaço onde se formam “essas admiráveis legiões de desinteressados” que “indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham os homens de ação” (MESQUITA FILHO *apud* LIMONGI, 1989a, p. 126).

Os reclamos pela reforma educacional que se destina a criar uma “mentalidade média nacional” tornam-se indispensáveis do ponto de vista político. Ou seja, sem que o povo possua um “mínimo de princípios gerais” tornar-se-iam “efêmeros” quaisquer resultados práticos de “transformação política”. Deste modo, há uma associação intrínseca entre a “razão de ser” de uma universidade e a transformação política do país. Mais ainda, embora se destaque na criação da Faculdade de Filosofia o caráter prático destinado a formação de

¹⁴ Cf. LIMONGI, 1989a.

¹⁵ Reforma Sampaio Doria (1920); Reforma Lourenço Filho (1931); Reforma Fernando de Azevedo (1933).

¹⁶ Além disso, conta-se também a Reforma Campos como um dos pontos de apoio da criação de uma Faculdade de Filosofia destinada a formação de professores secundários (SCHWARTZMAN, 2001).

quadros funcionais para o ensino secundário, esta “função” é considerada “mais prosaica”, visto que o “sentido do investimento” é “procurar” a “fórmula intelectual que mais se aproxime de uma ideal unidade de doutrina, sob cuja orientação envolva livremente a coletividade brasileira”¹⁷. Deste modo, inclusive, a própria idéia de “missão” ganha seu sentido, ou melhor, representa que há algo a fazer, algo a ser transformado, e, portanto, legitima a “atuação consciente” e autorizada pelo “efeito social da ciência”.

Assim, a posição de “vanguarda” assumida pelos “intelectuais”, nas condições de uma sociedade econômica e culturalmente dependente, pode ser associada a imagem social do “profeta”, ou seja, aquele que traz o “futuro” para o “presente”, o “mensageiro da modernização”, de cuja base de referência são os “países centrais”. Logo, a posição dos intelectuais é “retroalimentada” pela própria estrutura de “legitimação” política e cultural em países importadores de “filosofias” e “tecnologias” sociais. Em outros termos, em formações sociais onde a estrutura e as “filosofias sociais” não são resultantes dos processos históricos que as geraram, mas de estratégias de “importação”, a hierarquização e a “legitimação” dos dominantes “são estatutárias, visto que se inscrevem na estrutura de mediação e no conjunto das práticas sociais (CORADINI, 1998). Deste modo, a posição dos “intelectuais” é reforçada (SIGAL, 1996) e, inclusive, totalmente “política”.

As bases desta reforma educacional estão conectadas às “contribuições” do *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les relations avec l’Amérique Latine*. Obra do cosmopolitismo Francês, o “grupo” tem como objetivo intensificar as relações franco-latinas e consolidar a hegemonia cultural francesa nas “Américas”. A iniciativa sustenta-se em mais duas instituições, no *Found pour l’expansion universitaire et scientifique de la France à l’étranger* (1912) e no *Service des Ouvres à l’étranger* (1919). Após diversas visitas e missões francesas no Brasil, normalmente lideradas por Georges Dumas, são criados os Liceus Franco-Brasileiros, no Rio de Janeiro em 1922, e em São Paulo em 1925, e os Institutos de Alta cultura.

Inicialmente interessados na “transposição” dos modelos de ensino secundário Francês, legitimados pelos *Liceus*, aos projetos se acrescenta a “cooperação” para a criação das “faculdades de filosofia”, destinadas a formação dos professores secundários. Estas relações de “cooperação” se organizam de modos diferentes no eixo inicial de institucionalização das ciências sociais no Brasil, principalmente no que se refere aos “grupos” que organizam os “contatos” com os franceses.

¹⁷ Cf. LIMONGI, 1989a.

No caso de São Paulo, as relações com Georges Dumas¹⁸ legitimam-se pela “amizade” com Rui Paula Souza, construída nos tempos de estadia na França. Professor de francês na Escola Normal da Praça, onde normalmente ocorriam os seminários e palestras proferidas por Dumas e outros intelectuais franceses quando em “missão” no Brasil, Souza encarregava-se de levá-los, posteriormente, à redação do jornal *O Estado de São Paulo*, local das conversas informais sobre cultura e política no período. Desse modo, o “grupo d’O Estado” exerce influência cabal para a consolidação das relações Brasil-França que se estruturam em São Paulo e, inclusive, opera como mediador do processo de contratação de professores estrangeiros para a afirmação do “projeto universitário”¹⁹.

O movimento que se inicia com a reforma Sampaio Dória em 1920, destinada a “racionalizar”, ampliar e qualificar o ensino primário, toma maiores proporções com o incentivo à formação de professores secundários e, conseqüentemente, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e a organização da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Dentre estes incentivos estão os encontros e conferências realizadas no Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura de São Paulo, fundado em 1925, sob a tutela do “grupo d’O Estado” e com a participação de Dumas²⁰.

Segundo Fernando de Azevedo, Mesquita Filho o procurou em meados de dezembro de 1933, logo após retornar do exílio, solicitando que elaborasse “o projeto do decreto-lei que deveria instituir a primeira universidade de São Paulo” [...]. Para examinar este decreto foi composta uma comissão que “constituiu-se, além de seu relator, que era o próprio redator do projeto, dos professores Almeida Jr. – aquele e este por parte do Instituto de Educação – Teodoro Ramos e Fonseca Teles, pela Escola Politécnica, Raul Briquet e André Dreyfus, da Faculdade de Medicina, Vicente Ráo e Waldemar Ferreira da de Direito, Rocha Lima e Agelissau Bittencourt, pelo Instituto Biológico, e Julio Mesquita Filho” [...] o anteprojeto passa as mãos do Secretário de Educação Cristiano Altenfelder Silva, e de seu consultor jurídico [...] Sampaio Doria (LIMONGI, 1989a, p. 155).

Não se pode esquecer que no ano anterior à organização da Universidade de São Paulo havia sido criada a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em um contexto de

¹⁸ Agregé em filosofia, doutor em medicina e *doctorat-ès-lettres* pela *École Normale Supérieure*, torna-se chefe do Laboratório de Psicologia Patológica da Faculdade de Medicina de Paris, um dos organizadores do *Groupement*, torna-se o principal elo de ligação com o Brasil. Ver FERREIRA, 1999 e MASSI, 1989.

¹⁹ Em 1934, Julio Mesquita Filho escreve uma carta a Dumas pedindo que este “recrutasse” professores na França e designa Theodoro Ramos para a função de mediação e contratação dos mesmos. Ver FERREIRA, 1999 e MASSI, 1989.

²⁰ Em conferência intitulada “Estrutura e Organização das Universidades Francesas”, proferida no Instituto paulista, Paul Fauconnet ressalta a importância da criação de uma faculdade de filosofia visto que “sem órgãos capazes de fornecer esse ensino, não se pode pensar em universidade” (*apud* LIMONGI, 1989a, p.147).

articulações muito próximo. Entre a gama de grupos e indivíduos vinculados à criação da ELSP estão: o “grupo do *Estado*” capitaneado neste período por Armando de Salles, então presidente do jornal; e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), do qual o primeiro presidente foi o próprio Armando de Salles e cujo *staff* “oficial” é composto por Aldo Mario Azevedo, Gaspar Ricardo Junior, Henrique Dumont Villares, Luiz Tavares Alves Pereira, Geraldo de Paula Souza, Monteiro de Camargo, Lourenço Filho e Roberto Monge. Este grupo do IDORT é assessorado por Roberto Simonsen que, embora não subscreva a comissão fundadora, foi um de seus pioneiros²¹. Outros nomes também figuram como importantes na fundação e manutenção da ELSP, tais como, Raul Briquet e André Dreyfus.

Ambas instituições têm como objetivo central a “formação de novas elites” modernizadoras, treinadas segundo os princípios da “ciência”, tendo como base o conjunto das transformações políticas e sociais em curso. Além disso, trata-se de fomentar meios para recolocar o “Estado de São Paulo” na *vanguarda nacional*. Como o exposto no Manifesto de fundação da ELSP, “São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora”. Neste sentido, o “novo exemplo” passará ao largo da inserção na “luta política” e estará centrado em “uma revolução intelectual e científica, suscetível de mudar as concepções econômicas e sociais dos brasileiros; de fazer o nosso país uma grande potência em ação” (*apud* ARRUDA e GARCIA, 2003, p. 34).

Tais processos estão vinculados a disputas políticas mais amplas e ao mecenato das instituições que as hasteiam como bandeira, tais como a FIESP, em torno da qual circulam Roberto Simonsen e outros industriais, e a empresa jornalística *O Estado de São Paulo* capitaneada pela “facção Mesquita”. Pode-se fazer uma idéia da influência destes grupos a partir da entrevista que Mario Wagner Vieira da Cunha²² concedeu ao projeto História das Ciências Sociais no Brasil, desenvolvido pelo IDESP: “o Júlio de Mesquita fez a universidade. Ele esteve em tudo aquilo, tinha ligação com todos. Se ele saísse de sua comodidade e dissesse a um reitor ou a um professor que queria algo, todos fariam o possível para realizar”. (CUNHA, 2008, p. 283)

²¹ Site oficial do IDORT/SP: <<http://www.idort.com/>>. Constam, também, como sócios-fundadores do Instituto, além de Simonsen, José Ermínio de Moraes e Gastão Vidigal. Ver LAPIS, 1992.

²² Mario Wagner Vieira da Cunha nasceu em São Paulo no ano de 1912, formou-se no ginásio de Campinas e estudou na Normal da Praça, mais prestigiada escola normal de São Paulo. Coursou direito na Faculdade de Direito, formando-se em 1935, mesmo ano em que ingressou no curso de ciências sociais da FFCL. Militou na “Revolução de 30”, manteve afinidades com o PRP, e atuou no Batalhão 14 de julho da Faculdade de Direito durante a “Revolução Constitucionalista”. Seguiu curso na Universidade de Chicago, retornando em 1944, foi professor catedrático de Política na ELSP, atuou no SENAI/SP e na fundação do Instituto de Administração da FEA/USP, do qual foi seu primeiro diretor.

A “Escola Livre de Sociologia e Política” foi criada em 1933 sob os auspícios de um grupo de empresários, professores e jornalistas. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Universidade de São Paulo, foram criadas, em 1934, com o apoio do grupo Mesquita, durante a gestão de Armando de Salles Oliveira no governo do Estado. A primeira procurou adotar um modelo de ensino e de pesquisa de inspiração norte-americana e a segunda deu preferência aos modelos europeus. A contratação de professores estrangeiros visava a formação de “quadros técnicos especializados em ciências sociais [...] de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos [...], personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social” (MICELI, 1979, p. 21).

Vale lembrar que ambas instituições estão inseridas em um conjunto de disputas que tem por objetivo central a retomada do poder por parte das “elites” paulistas “alijadas” pós *revolução constitucionalista*. Um dos indicativos deste processo é o esforço de Armando de Salles, um dos principais líderes dos dois projetos universitários, em reorganizar as “forças políticas” paulistas em torno de uma nova aliança que culminaria em sua indicação para candidato a presidência em 1937, frustrada pelo *Estado Novo*.

Em termos específicos, as influências diversas a que estão expostas as instituições de educação superior criadas em São Paulo, estão relacionadas aos grupos que as capitaneiam e as filosofias sociais que legitimam as posições dos “professores estrangeiros”. Inclusive, em termos mais gerais, estas relações definem as “finalidades” a que se propõem ambas as instituições. Ou seja, enquanto o curso de Ciências Sociais da FFCL é organizado em torno do “modelo francês”, o curso da ELSP está referenciado no “modelo norte-americano”, expresso, especialmente, pela Escola de Chicago. Inclusive, as características diferenciais servem para legitimar o “pedido de reconhecimento” da ELSP que, após a criação da USP tem drástica redução no número de inscritos em seus cursos²³. Além disso, sendo uma *fundação*, a ELSP dependia dos recursos e dotações financeiras de entidades privadas, e estes estreitaram-se significativamente no período. Neste sentido, os “membros” da Escola formularam e enviaram ao governo estadual de São Paulo um documento apresentando as diferenças entre os “projetos” universitários e solicitando auxílio e reconhecimento do Estado.

A nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem por fim formar uma elite de professores secundários e elevar o nível da cultura geral de nosso meio. A sua finalidade política, dentro da forma de governo por nós adotada, é concorrer para aumentar a competência do eleitorado.

²³ No ano de fundação da FFCL as matrículas da ELSP passam de 213 para 53. Ver LIMONGI, 1989b, p.218.

Enquanto isso, a Escola Livre de Sociologia e Política tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que, seguindo a carreira administrativa, tanto pública como particular, concorram para aumentar a competência de nossa administração (LOWRIE *apud* LIMONGI, 1989b, p. 218/9).

Além de expressar “usos” distintos das ciências sociais, porém, não excludentes no caso brasileiro, esta distinção é significativa, pois permite a compreensão do perfil dos alunos que investem nestas Instituições de educação superior. Embora as duas apresentem caráter extremamente elitizado, a vinculação da Faculdade de Filosofia à “reforma da educação” por meio da titulação de novos professores para os cursos secundários, coloca-a como possibilidade de ascensão social e “profissionalização” para um mercado em provável expansão, neste caso, o ensino secundário. Além disso, a apresentação da FFCL como uma criação da administração estadual permite que esta se escore no Estado, principalmente, em seus primeiros anos de existência de modo a manter a demanda por seus cursos através de comissionamentos, bolsas e incentivos diversos²⁴. Ao contrário, a ELSP constitui-se como uma iniciativa de industriais vinculados ao IDORT²⁵ e encastelados na FIESP, e mesmo sendo reconhecida como uma instituição de utilidade pública pelo Governo do Estado de São Paulo em 1938²⁶, não gozava de igual prestígio e apoio que a USP e suas Faculdades.

Mesmo assim, segundo Mario Wagner (2008), a ELSP tinha como diferencial o “acesso a empregos” e sua pragmaticidade. Sob a tutela dos *barões da indústria em desenvolvimento*, estava mais centrada e voltada a serviços administrativos e vinculados ao mundo empresarial. De todo modo, não dispunha da “demanda induzida” com a qual contava a FFCL, o que fora seu diferencial, principalmente, nos anos iniciais de consolidação.

Alguns dados podem ser ilustrativos dos públicos diferenciados dos dois cursos. Entre os anos de 1936 e 1955 o curso de Ciências Sociais da FFCL formou 150 alunos, dos quais, 43% do sexo masculino (contra 57% do sexo feminino). Para a ELSP, a proporção é invertida: esta formou, entre os anos de 1937 e 1955, 130 alunos, dos quais, 61% do sexo masculino. A categorização por sobrenome, utilizada por Miceli (1989), não chega a ser significativa²⁷, apontando que, enquanto na FFCL, dos que se formaram no período descrito, 38% eram “descendentes” de imigrantes; na ELSP, 35% preenchiam esta condição. As

²⁴ Para maiores detalhes ver LIMONGI, 1989a, p. 157-186.

²⁵ Tal Instituto pode ser caracterizado como um criador de instituições, entre as que projetou estão: o SENAI, SENAC, SESI, SESC, FGV, DASP. Ver TENCA, 1994.

²⁶ No ano de 1939 a ELSP é incorporada a USP como instituição complementar autônoma de pesquisa, condição na qual se manteve até o início da década de 1980. Ver site oficial: <<http://www.fespsp.org.br/>>

²⁷ Como indica Limongi (1989a), na década de 1920, algo em torno de dois terços da população paulista era composta de imigrantes, sobretudo italianos.

chances e incentivos diferenciais oferecidas pelas duas instituições, no que se refere a inserção dos “títulos”, fundamentam a base dos investimentos em seus “quadros”. O recrutamento da FFCL estivera significativamente baseado no comissionamento de professores primários, o que torna sugestivo o número de mulheres dedicadas ao curso. A maior demanda do sexo feminino pode estar associada ao processo de “feminização do magistério”, principalmente pós início do século XX, quando se passa a associar a *imagem feminina* a educação das crianças²⁸. Segundo Louro (2006), a associação da mulher ao trabalho educativo acompanha de perto o processo de industrialização e, deste modo, a reorganização da *divisão sexual do trabalho*. Assim, as ofertas diferenciais de formação e as bases de recrutamento das duas Instituições superiores são indicativos dos públicos sob as quais a FFCL e a ELSP incidem.

1.2 As ciências sociais no Rio de Janeiro

Os processos diferenciais destacados por diversos estudos consagrados a compreensão da formação das ciências sociais no Brasil acentuam as dinâmicas específicas vinculadas às décadas de 20, 30 e 40, período no qual as ciências sociais desenvolvem-se, principalmente, no eixo Rio-São Paulo (MICELI, 1979; TRINDADE, 2005; MARTINS, 1987).

No que tange à dinâmica de criação institucional e às disputas políticas relacionadas, ambos os Estados têm projetos universitários muito próximos, frutos das mobilizações e da atuação dos membros da ABE, cujas perspectivas de “reforma política e social” punham a educação no centro do processo transformador, e da “crença” no caráter modernizante e transformador do “conhecimento científico”. Ocorre que, diferentemente das condições criadas em São Paulo, o projeto levado a cabo por Anísio Teixeira, cuja base e “ideais” são os mesmos da Universidade *paulista*, não dispõe das mesmas condições políticas e econômicas para sua consolidação.

Embora a previsão para a criação de uma Faculdade de Filosofia e Educação destinada à formação de professores secundários estivesse presente no projeto da Reforma Campos e na

²⁸ Escreve Lourenço Filho em 1921, “o magistério primário é em todos os países do mundo uma função feminina; no Brasil, as últimas cifras publicadas avaliam a cooperação das mulheres em quase 70% do total de funcionários encarregados do ensino. Particularmente em São Paulo, há uma crise de homens no magistério público. (*apud* LOURO, 2006, p. 452)

organização da Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, somente vai se realizar, de fato, pela iniciativa de Anísio Teixeira e Pedro Ernesto.

As dificuldades inerentes à consolidação do projeto de laicização da educação no Rio de Janeiro estão vinculadas à tutela da Igreja Católica sobre “este domínio” e as constantes mobilizações da mesma para ver retomado seu espaço na “política formal”. Atrelada ao Estado desde o período colonial²⁹ e principal investidora na educação, não se poderia intervir nesta área “sem negociar as principais reformas previstas com a Igreja Católica” (MICELI, 1979, p. 168). Fato que, inclusive, incide na dinamização das transformações e na cooperação com a “missão francesa”.

Com uma filial do *Groupement* instalada no Rio de Janeiro desde 1908 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, inicia-se um processo de “implantação” de Liceus em 1916, e, no ano de 1922, funda-se o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura do Rio de Janeiro. Embora Dumas fosse o “fio condutor” do projeto de implementação do ensino secundário ao estilo francês no Brasil, e “figura” de alta importância na cooperação universitária estabelecida em São Paulo, não logra o mesmo “prestígio” no Rio de Janeiro. Também principal articulador das “criações institucionais” ligadas a cooperação francesa no Rio de Janeiro, Dumas não logra o mesmo êxito e base de sustentação para os “projetos” se transformarem em programas de cooperação universitária. As negociações em termos de “projetos” educacionais ficam encampadas no Governo Federal, com forte pressão da Igreja Católica e com a tutela do Ministério das Relações Exteriores³⁰.

Sendo o Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro não possuía autonomia política e constituía-se como o epicentro das disputas pelo controle e intervenção no Governo Central. Após o “golpe” de 1930, as clivagens políticas, a *cooptação* e a “conciliação” entre grupos constituiu a principal moeda de troca, de sustentação e perpetuação do governo Vargas. No período de fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF), o conjunto de mobilizações “pró” ou “contra” o governo acirravam-se. Os movimentos de “renovação católica” expressos, principalmente, na criação da *Revista Ordem* e do *Centro Dom Vidal* ganham um impulso no final da década de 1920 quando Alceu Amoroso Lima assume a direção destes dois empreendimentos. Sob seu zelo são criados o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), vinculado ao Centro Dom Vidal, e a Liga Eleitoral Católica (LEC), da qual foi

²⁹ A dominação religiosa tem função auxiliar na dominação colonial, funcionando como “braço administrativo” através do *padroado* e como “princípio de legitimação e obediência”. Ver ALENCASTRO, 2000.

³⁰ Cf. FERREIRA, 1999.

secretário-geral. Todas estas movimentações visavam manter a Igreja Católica ligada às discussões políticas no Brasil.

Figura participativa na política da Capital Federal, Pedro Ernesto Batista³¹ tornou-se prefeito do RJ no ano de 1934 e, após sua posse, convida Anísio Teixeira para ocupar a pasta de Diretor Geral de Instrução do Rio de Janeiro. Formado em Direito na Universidade do Rio de Janeiro, descendente de uma tradicional família baiana, ex-Inspetor Geral de Ensino da Bahia, membro da ABE, da “Escola Nova” e um dos subscritores do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, Teixeira é um dos principais articuladores da organização da Universidade do Distrito Federal (UDF), datada de 1935.

Concorrendo com o ICES, fundado em 1932, a UDF contou com um amplo quadro de professores franceses, contratados pelo então reitor Afrânio Peixoto. A “nova universidade” estava vinculada à realização do “ideal” reformador dos movimentos educacionais que tiveram início na década de 1920. Mas, ao contrário do projeto universitário levado a cabo em São Paulo, expresso principalmente pela USP, a UDF não dispunha de “autonomia” política e financeira e, além disso, não gozava das vantagens administrativas da Reforma Francisco Campos, ou ainda, como salienta Almeida (1989), “não contava com a mesma rede social de apoio” (p. 197).

Contrariamente às diretrizes do Governo Federal que instituía a Universidade do Brasil como modelo de organização universitária e, com isso, tentava padronizar e tutelar o ensino superior brasileiro³², a UDF foi concebida com um modelo “alternativo” estruturado por certa autonomia administrativa, visto que, ao invés de estar vinculada ao Governo Federal, constitui-se como vinculada à administração municipal. Expressando os ideais “modernos” da ABE e concebendo a universidade como um lugar de “atividade científica livre” e “produção cultural desinteressada”, o projeto foi alvo de ferrenho ataque da “intelectualidade” católica.

Outros dois pontos podem ser destacados como complicadores da consolidação e manutenção da UDF: a coincidência entre a fundação da Universidade e o acirramento dos enfrentamentos e movimentações sociais cujo caráter espreita a radicalização³³, e a dependência política e financeira com relação ao Governo Federal. Esta exposição demasiada

³¹ Nasceu em Recife no ano de 1884. Formado em medicina no Rio de Janeiro, participou do levante do Forte de Copacabana e das mobilizações contra o governo de Artur Bernardes e Washington Luis, apoiou o “golpe” de 1930 e o governo Vargas. Participa da fundação do Clube 3 de Outubro e do Partido Autonomista, a partir de 1935 aproxima-se da ANL, é preso após o fechamento da UDF e apoia a candidatura de Armando Sales de Oliveira para presidente em 1937.

³² Reforma Francisco Campos de 1931.

³³ No ano de 1935 acirram-se as disputas entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e uma frente liderada, principalmente, pelo Partido Comunista, encampada na Aliança Nacional Libertadora (ANL).

às “marés políticas” e à fraca base de apoio e “autonomia” constituir-se-ão como os princípios de desestruturação do “projeto” universitário.

Após a tentativa de “golpe” do Partido Comunista, a UDF sofre diversas intervenções. Sendo associada ao PCB, torna-se, como destaca Amoroso Lima em carta remetida a Capanema, então Ministro da Educação, a “gota d’água que faz transbordar a grande inquietação dos católicos” já que a “nomeação de certos diretores de Faculdade [e professores] não esconde as intenções de pregação comunista”. Com a incisiva pressão católica, e com a simpatia da AIB, Pedro Ernesto é preso, e, do mesmo modo, Anísio Teixeira e outros professores têm prisão decretada. Os professores estrangeiros são dispensados e, a partir de 1937, a Universidade é entregue ao “reitorado” de Alceu Amoroso Lima, que encarrega-se de “desmantelar” as pretensões de consolidação de uma instituição leiga e centrada nos princípios de renovação educacional propugnados pelo “escolanovismo” brasileiro³⁴.

Com a dissolução da UDF em 1938, os alunos e professores remanescentes transferem-se para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), criada em 1939 e vinculada à Universidade do Brasil (UB). A tutela da intelectualidade católica é forte sobre esta instituição, ao ponto que, a contratação de professores franceses para a universidade obedece a um critério: que estes sejam adeptos ao catolicismo³⁵. Além disso, o curso de ciências sociais e humanidades passa a tutela de “ex-integralistas” como San Tiago Dantas e Thiers Martins Moreira.

Sob a “política de Vargas”, a “cultura” constitui-se oficialmente como um “negócio do estado” (MICELI, 1999), fato que, como salienta Martins (1987), representa uma pesada ingerência do Governo Central sobre a conformação do “campo” cultural. Ademais, o constante espírito de “agregação” de alianças estende os “braços do Estado” aos intelectuais que passam a figurar no governo e a ocupar postos no aparelho burocrático³⁶. Neste processo, são criados o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) em 1937, cujo primeiro presidente é Lourenço Filho³⁷, e, no ano posterior, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que passa a constituir-se como referência nos estudos demográficos brasileiros.

³⁴ Cf. MARTINS, 1987.

³⁵ Cf. MASSI, 1989.

³⁶ Cf. MICELI, 1979 e 1999.

³⁷ Lourenço Filho mantém-se na direção do INEP entre 1938 e 1945.

2 FLORESTAN FERNANDES E A FORMAÇÃO DA “ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA”

O projeto de consolidação e afirmação da sociologia como disciplina “acadêmica” no Brasil tem seu ápice na década de 1950, com a formação da chamada “escola de sociologia paulista”, cujo grupo originário de sociólogos forma-se sob a direção de Florestan Fernandes (LIEDKE FILHO, 2005).

Nascido no ano de 1920, Florestan Fernandes não conheceu seu pai. Sua mãe, descendente de imigrantes portugueses, exercia trabalhos domésticos na capital paulista. Na ocasião de seu nascimento, ela trabalhava na casa de Hermínia Bresser de Lima, a qual, veio a ser madrinha de batismo de Florestan. O convívio direto com a família da madrinha até os sete anos de idade e a manutenção dos contatos após este período foram importantes, pois, segundo Florestan, eles “foram seus protetores”, permitindo-lhe a vivência de um “padrão de vida” diferenciado.

[...] o importante era o contato com a família de minha madrinha, com o padrão de vida, com as aspirações sociais deles e, principalmente com a valorização da instrução [...]. Aquilo que poucos da plebe conseguiam ter [...] eu era capaz de perceber através de experiências concretas. Isso foi importante porque me levou a valorizar a instrução, a querer ler e estudar, a procurar uma ponte para não me conformar com aquela situação que eu ficava (*apud* SOARES, 1997, p. 23).

Iniciou sua escolarização em uma escola particular, mas, devido a desentendimentos familiares, sua mãe afastou-se da família Bresser e, Florestan transferiu-se para o Grupo Escolar Maria José, onde frequentou regularmente a escola primária até o terceiro ano. Após a experiência de escolarização inicial, abandonou os estudos para dedicar-se integralmente ao trabalho, de modo a ajudar no sustento da família. Entre o período de abandono e retomada dos estudos, em 1937, exerceu vários trabalhos manuais, entre os quais auxiliar de barbearia, de alfaiate, engraxate e garçom.

As “aventuras e desventuras” que “pontilharam uma infância e adolescência” marcadas pela necessidade de “ganhar a vida” e de vencer a condição “humilhante e degradante” dos trabalhos exercidos funcionaram como “instrumento de relação com os outros” e, assim, de conhecimento “prático” dos “usos” possíveis da “condição” em que se encontrava, e mesmo do “passado”. Este “senso pratico” permite a compreensão das vantagens objetivas que tinham chance de ser conquistadas a partir destes “usos” e da “inserção em determinados círculos de relações”. Neste sentido, o “uso” constante das

“experiências de vida” e do “passado” vão estruturar as relações de troca nas quais Florestan baseia sua ascensão “profissional” e social³⁸.

O trabalho de garçom no Bar Bidu proporciona-lhe um espaço de sociabilidade diferenciado, principalmente o que estabelece com os clientes. O Colégio Riachuelo instalara-se no sobrado vizinho ao Bar e “os professores iam ao bar tomar o lanche”. Deste modo, Florestan cultiva “relações com alguns professores” e obtém “uma concessão, através do professor Jair de Azevedo”, para realizar os estudos com pagamento reduzido³⁹. Também através da socialização realizada no Bar, consegue trocar de emprego e passa a entregador de amostras no Laboratório Novoterápica.

O período que compreende sua entrada no Curso de Madureza e os exames para ingresso na Universidade são descritos por ele como o “rompimento do círculo de ferro”, principalmente pela socialização ocorrida no Colégio Riachuelo e no novo emprego. Esta socialização de “segunda ordem” tem como principal resultado a criação de um tipo de “comunidade”, na qual se estabelecem relações profundas “entre colegas e entre professores e alunos”. O trabalho no Laboratório proporciona a entrada em um tipo de “circulação” que, “através do olhar atento de Manoel Lopes de Oliveira Neto”, diretor da Novoterápica, proporciona-lhe a “conquista” do posto de “chefe da secção de materiais dentários” e, conseqüentemente, o estabelecimento de relações com as “firmas envolvidas nas transações comerciais” destes materiais. Por meio destas, conhece Corinto Félix Palma e Antônio Scala Netto e, inclusive, através deste último, entra em contato com Mário Piana, cunhado de Scala e recém chegado da Itália, com o qual teve “a primeira oportunidade de discutir a sério o socialismo e a sociedade brasileira”, fato que o levou a ler mais sistematicamente as obras “clássicas” de formação socialista⁴⁰.

Neste período, Florestan estava morando com Vilma e José de Castro Manso, amigos da enteada de sua madrinha. Também havia trocado de emprego, sai da Novoterápica e transfere-se para a Boticão Universal como representante de vendas e, posteriormente, passa a trabalhar no Laboratório Pio Miranda & Cia como “propagandista”⁴¹, empregos conseguidos com a ajuda do amigo Maneco⁴². Segundo Florestan, sua saída da Novoterápica para estes novos empregos foi significativamente importante, pois passa a desfrutar de mais tempo e

³⁸ A recorrência ao “passado” está sempre presente nas “auto-biografias” e “entrevistas” de Florestan Fernandes, principalmente quando este coloca-se a “justificar” sua própria ascensão social. Ver FERNANDES, 1976, 1977, 1978, entre outros.

³⁹ Cf. FERNANDES, 1977, p. 147.

⁴⁰ Idem, p. 151.

⁴¹ Para maiores detalhes conferir em FERNANDES, 1991, p. 4.

⁴² Manoel Lopes de Oliveira Neto.

poderia então pensar em ingressar no “ensino superior, desde que em um curso de meio período”.

Graças a uma regalia instituída pelo artigo 100 dos cursos de madureza, eu podia tanto candidatar-me aos exames de seleção para o pré, subordinado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quanto tentar os exames de habilitação para a secção de ciências sociais e políticas [...] a conselho dos amigos empreendi as duas coisas [...] e obtive a aprovação em ambas (FERNANDES, 1977, p.155).

Com acionamento de redes de relações familiares e de vínculos específicos adquiridos na socialização do “mundo do trabalho”, Florestan constitui uma base de sustentação que proporciona o investimento em um curso superior. Ao mesmo tempo, a socialização através do “movimento socialista” e o engajamento nas lutas clandestinas contra o Estado Novo, levaram-no a uma leitura mais sistemática de autores específicos e a aproximação com o ambiente de renovação cultural que pairava “pela cidade de São Paulo”, e cujo centro irradiador era a Faculdade de Filosofia e a secção de ciências sociais (FERNANDES, 1977).

No ano de 1940, Florestan Fernandes presta os exames de seleção para ingresso na FFCL da Universidade de São Paulo. Já por volta de 1942, começou a freqüentar as redações do jornal *O Estado de São Paulo*, e principalmente da *Folha da Manhã*. Neste último conheceu Hermínio Sacchetta, “líder do movimento trotskista, ligado à IV Internacional” (FERNANDES, 1991, p.5). Estas relações estabelecidas na redação *d’O Estado* reestruturam a participação nos “movimentos de esquerda” e encaminham os primeiros contatos de Florestan com o Partido Socialista Revolucionário (PSR). A partir de 1943, passa a militar na facção do partido vinculada ao *movimento trotskista*, a qual pertenciam Hermínio Sacchetta, Rocha Barros, Plínio Gomes de Mello, Vítor de Azevedo e José Stacchini.

O *trotskismo* constituía um *locus* aglutinador de numerosos intelectuais nos primeiros anos da década de 1940⁴³, assim como, a redação da empresa jornalística *O Estado de São Paulo*. Este último constituía-se como uma espécie de “clube de cultura”, em torno do qual circulavam importantes “figuras” estaduais⁴⁴. Nesta época, Antonio Candido de Melo e Souza era “colaborador” *d’O Estado* e assistente de Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia I. A partir de então, os dois passam a ampliar relações, segundo Fernandes, “Antonio Candido [...] é uma pessoa a qual eu dedico uma amizade profunda, uma espécie de irmão”

⁴³ Cf. PÉCAUT, 1990, p. 86.

⁴⁴ Cf. LIMONGI, 1989, p. 112.

(FERNANDES, 1991, p.11)⁴⁵. No ano de 1943 Florestan também inicia sua carreira como repórter e colaborador do Jornal *Folha da Manhã*, do qual o secretário era Hermínio Sacchetta.

Desde o primeiro ano, Florestan coloca-se no que denomina de “adaptação protetora”, ou seja, a adesão tácita às regras do jogo visando “suavizar” as diferenças estruturais que, de certa forma, se expressavam nos “*ethos* de classe”, pela convivência formal. Ao mesmo tempo, distingue os “dois planos” das relações de sociabilidade universitárias - o da relação com os colegas, e o da relação com os professores. Com estes últimos, a relação foi “propositalmente” forçada, principalmente pela “habilidade adquirida, desde a mais tenra idade” como *menino de rua*. Assim, “a questão era ter acesso aos professores fora dos contatos formais das salas de aula”. Traçando o caminho das pedras através dos trabalhos de aproveitamento, dedica-se “com maior afinco a dois” deles: um sobre a Evolução do Comércio Exterior no Brasil da Independência a 1940”, passado pelo professor Paul Hugon; o outro sobre “O Folclore em São Paulo”, pedido por Roger Bastide.

“Com o professor Hugon tudo evoluiu naturalmente e com muita rapidez”, sendo que, ao expor as dificuldades pelas quais passara e sua experiência de vida, este, inclusive, informou-lhe que “arranjaria um emprego mais condizente” com as “aspirações” que pleiteava. Os contatos “provocados” com Roger Bastide renderam a Florestan um convite para a discussão do trabalho sobre o folclore e, o “uso do passado” e de sua “condição social” proporcionaram os contatos com Sérgio Milliet e a redação do jornal *O Estado de São Paulo* (Fernandes, 1977, p.160-1).

Por intermédio de Roger Bastide, publica seu primeiro artigo científico na revista *Sociologia*, administrada por Emílio Willems e, acompanhada de perto, por Donald Pierson, Herbert Baldus e Bastide, os quais constituíam-se como seus principais colaboradores. A partir dos contatos iniciais de Florestan Fernandes com Bastide, estabelece-se um tipo de relação patronal, onde o segundo passa a inserir o primeiro em círculos variados de relações. Dentre estes, pode-se destacar a frequência a Escola Livre de Sociologia e Política, privilegiada por meio de contatos com Willems e Baldus, e o ingresso no círculo de relações da empresa jornalística *O Estado de São Paulo*. Estas “redes de mediação” vão dar sustentação a indicação de Florestan para assumir a Cadeira de Sociologia I, em 1954.

⁴⁵ “O companheiro mais chegado que eu tinha [...] que já tinha inclusive me ajudado na minha carreira, Antonio Candido”. (apud ABRUCIO et al. 2006, p. 20)

No ano em que conclui seu bacharelado⁴⁶, Florestan recebe o Prêmio Temas Brasileiros, cujo julgador era Roger Bastide, conferido pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP pelo trabalho “Trocinhas do Bom Retiro”.

As relações iniciais estabelecidas, principalmente, com Antonio Cândido e Roger Bastide estruturam-se como o conjunto de oportunidades decorrentes de sua atuação em múltiplas frentes: no trabalho “acadêmico”, na militância contra o governo Vargas e na redação *d’O Estado*. Tais relações vão criar as possibilidades de prosseguimento na “carreira universitária” por meio da indicação a uma vaga de professor assistente ao lado de Antonio Candido.

Em 1944 fui convidado pelo doutor Fernando de Azevedo para ser seu assistente na cadeira de Sociologia II. Na mesma ocasião, fui convidado pelo professor Paul Hugon para ser assistente da cadeira de Economia. Recebi outro convite do professor Eduardo Alcântara de Oliveira, para ser segundo assistente da cadeira de Estatística [...]. O Eduardo Alcântara me convidou [...] porque era meu amigo. Já no caso do professor Hugon, a coisa era mais seria, porque desde o primeiro ano ele mantinha vínculo comigo. Arranjara para que eu trabalhasse com o Roberto Simonsen, o que eu não quis (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p.18).

O “uso” das relações de solidariedade forjadas na convivência prolongada e no “imperativo moral” decorrente das “exposições de uma condição social paupérrima” estruturam as “possibilidades de ascensão” e de construção de uma “carreira universitária” fundadas no “capital de relações sociais” proveniente das “trocas” interpessoais e da “adesão às regras do jogo”. Além disso, a própria lógica tangencial em que se desenvolve a trajetória de Florestan Fernandes, notadamente em termos de origem social, reforça a “crença” no “mérito” e no “dom”, questões amplamente ostentadas por seus biógrafos autorizados⁴⁷.

Florestan assume, no ano de 1945, como segundo assistente da cadeira de Sociologia II, cujo catedrático era Fernando de Azevedo, com o qual nutria relações de amizade desde fins de 1942. Por volta desta data, conheceu-o por intermédio de Willems, e, como os demais professores, este também oferecera sua ajuda através de uma “bolsa”, do acesso a sua “biblioteca” particular ou de “orientação”.

Em 1945, conhece Mario de Andrade por intermédio de Candido, sobre o qual realiza uma pesquisa que seria publicada na *Revista do Arquivo Municipal*, cujo principal motivador era Herbert Baldus. O ingresso no mestrado em Antropologia na Escola Livre de Sociologia e

⁴⁶ Havia concluído a Licenciatura em Ciências Sociais no ano de 1943.

⁴⁷ Cf. CERQUEIRA, 2004; SOARES, 1997; ARRUDA e GARCIA, 2003; SOUZA MARTINS, 1998; entre outros.

Política, no mesmo ano em que inicia sua atuação como assistente, representa um reforço nos contatos com Willems e Baldus. A conclusão de mestrado, cujo trabalho fora orientado por este último, rende-lhe o Prêmio Fabio Prado⁴⁸, em 1948.

Dentre as estratégias de afirmação no círculo universitário e nas atividades políticas, destacam-se as publicações intermediadas por um conjunto de “relações de reciprocidade”. A partir de 1942, Florestan inicia suas contribuições constantes nas revistas especializadas da época, cujos principais signatários eram Bastide, Baldus e Willems. Entre 1942 e 1950, contam-se 10 artigos e 15 resenhas publicadas sob o amparo de seus mestres, dentre os autores resenhados estavam Roger Bastide, Emilio Willems, Donald Pierson, Herbert Baldus, Egon Schaden e Sérgio Buarque de Holanda.

Ao mesmo tempo em que viabiliza a divulgação de seus trabalhos e se inscreve como um aluno de “grande produção”, Florestan passa a render “homenagens” e a “divulgar” o trabalho de seus “mestres”. Do mesmo modo, por vias de sua militância no *movimento trotskista*, traduziu, em 1946, o livro *Contribuição à crítica da Economia Política* de Marx, escrevendo um prefácio “um tanto arrojado” para a publicação. O trabalho fora realizado por intermédio do movimento socialista de São Paulo, do qual participava, e publicado pela Editora Flama, cujo “líder” era Hermínio Sacchetta.

A partir do ano de 1947, “graças ao enorme prestígio de Fernando de Azevedo” (CANDIDO, 1996, p. 12), a hierarquia entre os assistentes fora destituída e estes passaram a ter regime integral. Com uma participação constante nos processos de socialização universitária, Florestan passa a atuar também na Sociedade de Sociologia de São Paulo, fundada em 1934⁴⁹, e que, a partir de 1950, passará a se denominar Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Subscrevem a ata da reunião do dia 19 de janeiro de 1950: Fernando de Azevedo (Presidente), Mario Wagner Vieira da Cunha (Vice-Presidente), Antonio Candido, Florestan Fernandes, Herbert Baldus, Octávio da Costa Eduardo, Donald Pierson, Juarez Brandão Lopes, Mauro Brandão Lopes, Lucila Hermann, Roger Bastide, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Egon Schaden, entre outros. A sociedade representava o ponto de confluência e de organização das atividades dos sociólogos paulistas, tais como, estabelecimento de convênios universitários, representações em entidades internacionais e organização de

⁴⁸ Acompanhavam Florestan no momento da entrega do Prêmio: Herbert Baldus, Fernando de Azevedo, Emílio Willems, entre outros.

⁴⁹ A primeira diretoria da Sociedade fora formada por: Fernando de Azevedo (Presidente); Júlio de Mesquita Filho (Vice-Presidente); Arbousse-Bastide (2º Vice-Presidente); Emilio Willems (Secretário); Cyro Berlinek (2º Secretário); Bruno Rudolfer (Tesoureiro).

atividades acadêmicas, entre as quais os Congressos Brasileiros de Sociologia, iniciados em 1954.

Este espaço de atuação organizado em torno da SBS permite a ampliação da rede de relações e uma inserção mais sistemática nos círculos universitários, bem como a participação no espaço de planejamento e definição das “diretrizes” da sociologia e de suas possibilidades de intervenção. Na virada dos anos 40 para os anos 50, Florestan deixa o *movimento trotskista*, pois, segundo ele, “não havia um movimento socialista capaz de aproveitar os intelectuais no meio brasileiro de uma maneira mais consistente”. Igualmente, a frase de seu amigo, e correligionário, Sacchetta, líder da facção *trotskista*, é representativa da situação em questão: “é melhor você se afastar da organização e se dedicar à universidade, que vai *ser mais importante para nós*” (FERNANDES, 1991, p. 5) [grifo nosso].

Segundo Florestan (1978, 1991), havia um “dilema moral”: dedicar-se ao movimento socialista com o qual estava identificado e sacrificar a carreira intelectual, ou abandonar o movimento e intensificar sua atuação na universidade. Ocorre que, ao mesmo tempo em que se afasta do *movimento*, Florestan define sua própria atuação como sociólogo a partir das experiências da militância política. Mais especificamente, passa a definir o que deveria ser a sociologia a partir de sua perspectiva “socialista”⁵⁰ e atuar, a partir da universidade, em direção aos “de baixo”. Nestes termos, a colocação de Sacchetta é significativa, o “importante para nós”, reproduzido pelo discurso de Florestan, ocorre em um período de emergência deste na Universidade – início dos anos 50 – e, não se tratava de “separar” o *mundo da militância* do *mundo universitário*, mas inserir a atuação universitária no papel da militância socialista-marxista “*a lá brasileira*”, ou seja, conduzir a “conscientização” através de um *populismo intelectual*.

O sociólogo isolou-se demais no passado, em detrimento de sua liberdade intelectual, do aproveitamento dos resultados das investigações sociológicas pela sociedade e de sua própria influencia constitutiva sobre os acontecimentos. Cumpre-nos tentar modificar esta situação e, em especial, procurar um novo enlace com o movimento socialista, o único que poderá, a médio prazo, tirar o sociólogo de seu confinamento intelectual e aproveitar, praticamente, as contribuições de uma sociologia verdadeiramente crítica e militante (FERNANDES, 1977, p138-9).

Embora a definição acima tenha sido dada em 1976, as práticas específicas que vinculam o “fazer sociológico” com uma espécie de “ir ao povo”, já se expressam na

⁵⁰ Cf. FERNANDES, 1977, 1978, 1991.

organização e realização do projeto da UNESCO sobre relações raciais no Brasil a partir de 1951.

Realizado por meio de uma das redes de pesquisa que se organizam a partir dos anos de 1950, o projeto da UNESCO, coordenado por Roger Bastide e contratado por Alfred Métraux, então coordenador do Setor de Relações Raciais no Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, reúne uma equipe de pesquisadores que vai contar com Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virgínia Bicudo, Anielá Gisberg, Lucila Hermann e Renato Jardim Moreira. Como refere Florestan, “neste ano é que ocorreu uma coisa substancial para mim e para minhas relações com o professor Bastide” (FERNANDES, 2003, p.142), ambos coordenaram a pesquisa sobre relações raciais na área urbana de São Paulo, enquanto Oracy Nogueira coordenou a realização na área rural. Além dos recursos iniciais destinados à realização do projeto, o mesmo fora também “financiado” pela influência de Paulo Duarte⁵¹ junto a Universidade, o que possibilitou uma “suplementação” financeira, sendo esta somada aos recursos da UNESCO. As relações entre Roger Bastide e Paulo Duarte eram muito próximas e, neste interstício, Bastide o aproxima de Florestan. Fernando Henrique Cardoso, que havia ingressado na FFCL em 1949, participou da pesquisa como auxiliar, principalmente na sistematização e organização dos dados de campo.

O projeto sobre relações raciais representou a primeira oportunidade de intervenção direta no mundo social. Segundo Florestan, houve uma inovação na pesquisa ao desenvolverem a preocupação de dar voz aos “de baixo” e de romper com o silêncio do “preconceito”. A estrutura de pesquisa dinamizava-se com a “integração do negro na universidade”, o que consistia em dar uma “consciência política e organização ao movimento”. Florestan e Bastide engajaram-se neste projeto⁵² e, segundo Candido (1996), isso proporcionou um “marco na trajetória de Florestan, uma vez que evidenciou sua faceta de líder”⁵³.

O impacto que eu recebi no estudo do negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista

⁵¹ Paulo Alfeu Junqueira Monteiro Duarte formara-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, atuou como revisor em *O Estado de São Paulo*. Foi repórter responsável pelas notícias do governo e chegou a editor-chefe no final dos anos 40. Cultivara amizade com a família Mesquita, a qual lhe permitiu participar de importantes episódios da vida política e cultural paulista. Exerceu mandato de deputado estadual pelo Partido Constitucionalista, por seu engajamento na luta contra o governo *getulista* fora preso varias vezes e, com a instauração do Estado Novo, exilou-se na França. De volta ao Brasil, funda a Revista Anhembi, a qual será caixa de ressonância do “grupo” de intelectuais da sociologia da USP.

⁵² Cf. MAIO, 1999.

⁵³ Cf. FERNANDES, 1978, especialmente, pags. 91-102.

prévia, em parte graças a origem que tenho [...] condições sem as quais provavelmente tudo isso apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional “neutro”, “seco” e “impecável” (FERNANDES, 1978, p. 96).

Juntamente com a realização da pesquisa inicia-se a definição do “fazer sociológico” que vai orientar a “filosofia” e a “política” do grupo encabeçado, a partir de 1954, por Florestan Fernandes. Assim, caberia ultrapassar “uma sociologia profissional ressentida” e confinada à universidade, de modo a por os “conhecimentos” definidos a partir da “pesquisa científica” a serviço da comunidade. Nota-se que este projeto de “fazer sociologia” coaduna-se com a “proposta” inicial da conformação do *ensino superior paulista* e produção de uma *nova elite*, versada nos conhecimentos científicos e apta a empregá-los na “administração” e no “governo” da sociedade. Além disso, a palavra de ordem vinculada ao conhecimento científico pode ser expressa pelo verbo *decifrar*. Trata-se de por a ciência a serviço da “conscientização” e do desvelamento das estruturas arcaicas da sociedade de então, visto que se inicia um contexto de “transformações sociais” alçado pelo “nacionalismo”. Ao mesmo tempo, a sociologia mantém-se no patamar de “discurso do Brasil sobre si mesmo” e, deste modo, a atuação dos intelectuais ligados às ciências sociais vinculam-se, diretamente, à conjuntura (SAINT-MARTIN, 1988; PÉCAUT, 1990).

O projeto da UNESCO fora concluído no ano de 1952, e, neste meio tempo, Florestan havia terminado seu doutoramento sob a orientação de Fernando de Azevedo⁵⁴. Com a transferência de Gilda de Mello e Souza para a secção de Filosofia para assumir a Cadeira de Estética, em 1952, Roger Bastide convida-o para ser seu assistente na cadeira de Sociologia I, fato que o leva a transferir-se da cadeira de Sociologia II para a de Sociologia I. Segundo Florestan, o que pesou em sua decisão foi o fato de que,

quando o professor Roger Bastide me convidou para ser seu assistente, já tinha em mente que eu deveria ser seu o substituto. Ao sucedê-lo, procurei escolher pessoas que haviam sido meus estudantes e para os quais eu tinha um certo ideal de carreira. (*apud* ABRUCCIO et al. 2006, p. 20)

Conforme Antonio Candido (1996), a época que Florestan é convidado por Bastide para transferir-se para a Cadeira de Sociologia I, este já estava preparando-se para retornar a França. Em termos específicos, consolidam-se as redes objetivadas anteriormente no espaço da universidade, nas publicações científicas e na participação na SBS, de modo que as

⁵⁴ Tese intitulada “A função social da guerra na sociedade Tupinanbá” e defendida em 1951.

relações que conduzem a ocupação do posto de responsável pela cadeira de Sociologia I a partir de 1954 já haviam sido constituídas *apriori*.

Ainda como assistente de Bastide, Florestan defende sua livre-docência no ano de 1953, condição necessária para assumir a frente da Cátedra, com a tese “Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia”. Na banca estavam: Fernando de Azevedo, Roger Bastide, Herbert Baldus, Mario Wagner Vieira da Cunha e Octávio da Costa Eduardo. Neste mesmo ano, Florestan “arranja” com Bastide a inserção de Fernando Henrique Cardoso no quadro de auxiliares da cadeira de Sociologia I⁵⁵.

Para o que está em pauta, é importante notar que a conformação da banca também obedece a critérios de reafirmação de redes previamente estabelecidas em espaços de atuação diversos. Ou seja, as relações de patronagem e “amizade clientelar” no âmbito da universidade estão expressas em níveis distintos, vinculando-se às publicações e prêmios (Baldus, Bastide e Azevedo), e as participações em bancas examinadoras (Costa Eduardo e Mario Wagner⁵⁶).

A partir de 1954 inicia-se a estruturação daquilo que seria conhecido como a “escola sociológica paulista” ou ainda, “o grupo de Florestan Fernandes”. Ao assumir definitivamente o controle da Cadeira de Sociologia I, após o retorno de Bastide à França, Florestan passa a constituir sua “escuderia”, ou seja, “o negócio [...] era escuderia” e “eu pertencia a escuderia do Florestan”, salienta Fernando Henrique Cardoso⁵⁷. Nestes termos, a construção do grupo e a escolha dos orientandos passam a configurar um tipo de “adaptação protetora” que, como destaca Florestan (1977), fizera parte de sua estratégia durante a formação inicial e, ao que tudo indica, passa a orientar a organização do grupo do qual será o centro. Mais especificamente, a estratégia de “auto-proteção” está vinculada, em diversos níveis, à manutenção e consolidação de uma posição social de controle de uma gama significativa de recursos variados. Ao mesmo tempo, pode-se caracterizar tal modalidade de ação como a configuração de uma “facção”, no sentido de grupo estruturado em torno de uma posição (ou espaço) definida e que, a partir de uma lógica interna, controla a expansão e o recrutamento segundo critérios definidos de atuação e auto-proteção.

⁵⁵ Nas palavras de Fernando Henrique, “Florestan arranhou com Bastide para eu voltar para a Faculdade de Filosofia como auxiliar de ensino” (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 72)

⁵⁶ Eu me relacionava muito bem com o Florestan, nós morávamos quase vizinhos, de modo que tínhamos muito contato. Além disso, minha posição também foi muito reforçada pelo auxílio que o Florestan me prestou quando tive algumas dificuldades. (CUNHA, 2008, p. 280)

⁵⁷ Cf. SOARES, 1997, p. 63.

Neste aspecto, há uma proximidade da organização e estratégia de defesa adotados, com os esquemas e “modalidades de atuação” experienciados por Florestan Fernandes ao longo de sua infância e adolescência.

A violência – explica Florestan – entrou na minha vida muito cedo, era um processo de autodefesa: se eu não usasse a violência, eu acabaria sofrendo uma utilização sexual violenta por parte dos adultos. Acabaria sendo castigado nos grupos de crianças brincavam no bairro [...] cada um conquistava o seu ponto com base no seu valor de luta [...]. Era assim que as coisas se resolviam (*apud* SOARES, 1997, p. 24-25).

Além de uma lógica de atuação fundada na “ruptura” e na “rigidez”, Florestan “gostava da competição”, incentivando a “disputa interna ao grupo” e o combate aos “adversários externos, e/ou internos”. Chegado ao cargo de professor responsável pela Cátedra de Sociologia I, Florestan é apresentado como um caso exemplar por seus biógrafos, daqueles que “conseguem vencer” por suas próprias forças, capacidades e excelência individuais.

Posicionado no topo de um dos centros de gravidade da FFCL, ou seja, no “controle” da Cátedra e dos recursos atinentes a ela, Florestan aproveita a experiência de pesquisa realizada para a UNESCO em São Paulo e estende o projeto sobre relações raciais para o sul do Brasil, “aproveitando a disponibilidade de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira”. O desenvolvimento do projeto, segundo os mesmos princípios daquele realizado juntamente com Bastide, passa a criar problemas internos à universidade, e uma reação dos colegas quanto às formas de atuação. No que se refere ao “movimento negro”, ficaram “encantados” pelo fato de sua “causa” ganhar ressonância na universidade, e, ao mesmo tempo “parecia que a sociologia lhes abria uma ‘ponta de justiça’ [...] acenando como uma perspectiva” de transformação, de esperança (*apud* CERQUEIRA, 2004, p. 52).

Sob a esteira deste projeto e das pesquisas realizadas sobre as “relações raciais” na sociedade brasileira, Octávio Ianni⁵⁸ vai defender sua dissertação de mestrado intitulada *Raça e Mobilidade social em Florianópolis* em 1956, passando no mesmo ano a professor contratado da Cadeira de Sociologia I. Inclusive, como ressalta Candido (2005), fiel a suas

⁵⁸ Octávio Ianni nasceu em Itu no ano de 1926, descendente de imigrantes italianos, concluiu o primário na Escola Cesário Mota e realizou seus estudos ginasiais e secundários no Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó. Durante o curso secundário, foi militante do PCB, participando das lutas contra o Estado Novo e do movimento de entrada do Brasil na guerra contra o nazifacismo. Ingressou na FFCL em 1948, mas, por questões familiares, afastou-se do curso por um período, o que ocasionou um atraso em sua formatura. Fizera parte, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, do “primeiro escalão” dos assistentes de Florestan Fernandes.

convicções políticas e engajado nas “lutas” dos “movimentos populares”, Octávio Ianni será o mais fiel discípulo de Florestan Fernandes, mantendo-se sempre ao lado do “mestre”.

O processo de legitimação e consolidação “universitária” do “grupo” organizado em torno da Cadeira de Sociologia I organiza-se por meio das publicações mediadas por relações de *patronagem* acionadas, principalmente, por Florestan Fernandes e utilizadas como estratégia de afirmação de sua posição a “testa” do “grupo”. No entanto, o conjunto de publicações e confrontos específicos firmados em torno da “construção” de um “projeto” através do qual pretendia-se “marcar” a forma de *fazer sociologia*⁵⁹, explicita as divisões internas e as primeiras rupturas no grupo.

As publicações dos componentes do *staff* do grupo de Florestan estruturam-se, principalmente, em torno da *Revista do Museu Paulista*, criada e coordenada por Herbert Baldus, da *Revista Anhembi*, cujo editor era Paulo Duarte, e da *Revista Brasiliense* editada por Caio Prado Junior⁶⁰.

Florestan iniciara suas publicações sob a tutela da Baldus, Bastide e Willems. Do mesmo modo, seus assistentes passam a publicar nas revistas especializadas, por contatos muito provavelmente viabilizados por ele. Em termos cronológicos, as primeiras colaborações dos assistentes da Cadeira de Sociologia I datam de 1957 e aparecem em resenhas publicadas na *Revista Anhembi*, por Ianni e Cardoso (Quadro 1). Entre os livros resenhados está *Da comunidade a Metrópole*, de Richard Morse, amigo de Floresta Fernandes⁶¹. O texto escrito por Fernando Henrique apresenta um “tom elogioso” e “um resumo bem feito” (JACKSON, 2004). As estratégias de publicação apresentam-se como consolidação e divulgação dos “autores” e/ou “celebração” ou “ruptura” com os pares. O conjunto das publicações representa o conjunto das posições na hierarquia interna a Cadeira, sendo que Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni contabilizam mais publicações. Além disso, fora Luiz Pereira, José de Souza Martins e Maria Sylvia de Carvalho Franco os demais assistentes figuram apenas nos espaços dedicados às resenhas (Quadro 1).

Além da estrutura hierárquica, as publicações relacionam-se diretamente aos “títulos” ostentados pelos currículos. Ou seja, há uma relação direta entre o “título” de doutorado, ou a

⁵⁹ Cf. FERNANDES, 1977.

⁶⁰ Florestan conheceu Caio Prado Jr. na ocasião da reunião da Associação Brasileira de Escritores, em 1945, sobre a qual escreveu uma reportagem para o jornal *Folha da Manhã*. Parte da exposição do evento ocorreu na livraria de Caio Prado Jr. Posteriormente, participam juntos das conferências proferidas no II Congresso dos Trabalhadores de São Paulo, em 1960.

⁶¹ Ver entrevista de Benício Viero Schmidt. In: ABRUCIO *et al*, 2006.

iminência de sua obtenção, e a publicação na secção de artigos das revistas⁶². Estas estratégias de viabilização das publicações orientadas para a “celebração” através de resenhas (Marialice Foracchi, Octávio Ianni, Luiz Pereira e Gabriel Cohn resenham os livros de Florestan Fernandes), ou para a “ruptura”, interna ou externa, estão na base de afirmação do grupo. Uma ruptura interna é feita pelas constantes críticas de Octávio Ianni a Maria Isaura Pereira de Queiroz. Maria Isaura fora assistente de Bastide, juntamente com Gilda de Mello e Souza, após o retorno deste para a França e a “investidura” de Florestan no comando da Cadeira de Sociologia I, Queiroz passa de “protagonista” a “coadjuvante”, tendo suas pesquisas sistematicamente criticadas por Ianni, transfere-se para a Cadeira de Sociologia II em 1958.

Quadro 1

Publicações em revistas especializadas nas décadas de 40, 50 e 60

AUTORES	Sociologia (ELSP)		Revista do Arquivo Municipal		Revista do Museu Paulista		Revista de Antropologia		Anhembi		Revista Brasileira		RBEP		RBCS (MG)	
	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A
F. Fernandes	3	4	13	4	-	4	-	2	-	18	-	12	-	1	-	1
F. H. Cardoso	-	1	-	-	-	-	-	-	8	1	-	6	-	2	-	1
O. Ianni	-	-	-	-	-	2	-	1	4	1	-	6	-	1	-	3
M. S. C. Franco	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
M. M. Foracchi	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
L. Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	3	-	-	-	-
G. Cohn	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J. S. Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-

Legenda: R = Resenha; A = Artigo

A partir de 1957, apresentam-se duas novas redes de pesquisa nas quais o “grupo de Florestan” se engaja. Primeiramente, cabe destacar as pesquisas sobre transformações sociais e urbanização coordenadas por Darcy Ribeiro, estas relacionam-se diretamente ao contexto de

⁶² Por exemplo, o início das contribuições de Ianni na secção de artigos se dá pela publicação de “Estudos de comunidade e conhecimento científico” na *Revista de Antropologia* em 1961, ano da defesa de sua tese de doutoramento.

transformações econômicas e sociais do período JK, e incentivam a reorganização do “objeto” de estudos da Cadeira de Sociologia I. Um segundo espaço de atuação é o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), fundado no Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE)⁶³. No estado de São Paulo, o centro regional é coordenado por Fernando de Azevedo, que passa a contar com a colaboração sistemática de Florestan Fernandes.

A reestruturação do foco de pesquisas do “grupo” de Florestan vincula-se diretamente à situação de “injunção intelectual” que direciona os debates à temática do desenvolvimento econômico e às transformações sociais.

No início dos anos de 1960, com o auxílio de Fernando Henrique, então no Conselho Universitário da USP, com a colaboração de Alain Touraine e com o apoio do governador Carvalho Pinto⁶⁴, cria-se o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), órgão de pesquisa vinculado a cadeira de Sociologia I, que passa a servir de “cabide” ao “viveiro” de auxiliares de pesquisa que se aglomera em torno da Cátedra sob o comando de Florestan.

O processo de criação deste centro de pesquisas está vinculado às “influências” de Fernando Henrique e Florestan Fernandes na Universidade e fora dela. Segundo Florestan, “logo no começo da década de 60, graças principalmente ao Fernando Henrique, nós obtivemos uma doação especial da Confederação Nacional das Industrias (CNI)”, além disso, “a influência de Fernando Henrique na Universidade, através do Conselho Universitário” e a “minha própria influência” contribuíram para viabilizar o Centro (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 21-23).

O CESIT passa a funcionar paralelamente à estrutura universitária e, com a concessão de bolsas aos alunos, via INEP, inicia-se um processo de estruturação de pesquisa que vai abrigar as defesas de mestrado e/ou doutorado de Luiz Pareira, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi, Juarez Rubens Brandão Lopes⁶⁵, Roberto Cardoso de Oliveira, Paul Singer, Leôncio Martins Rodrigues Neto, José de Souza Martins, Gabriel Cohn, além de

⁶³ Os Centros são criados sob a égide do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cujo diretor era Anísio Teixeira, o objetivo que estrutura o projeto apresenta-se como síntese das diretrizes do grupo de “reformadores educacionais”, do qual fazia parte juntamente com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho (primeiro presidente do INEP), entre outros.

⁶⁴ Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, governador de São Paulo entre 1959 e 1963.

⁶⁵ Juarez Rubens Brandão Lopes nasceu em Minas Gerais no ano de 1925, é descendente de uma família vinculada ao que a literatura convencionalmente chama de “oligarquia política”. Seu avô, Gaspar Lopes, exerceu medicina em Alfenas (MG), onde foi delegado de Polícia de Higiene, Juiz de Órfãos, promotor, vereador, presidente da Câmara e prefeito. Posteriormente, foi eleito deputado estadual e senador pelo estado de Minas Gerais. Juarez Lopes, ao descrever suas origens, assim o faz: “meus irmãos já eram advogados e estavam entrando no escritório de advocacia do meu pai. Meu avô pelo lado do meu pai era político. As raízes da família são mineiras, oligárquicas” (*apud* BASTOS et al, 2008, p. 24)

outros não orientados por Florestan Fernandes, mas que integraram-se às pesquisas realizadas pelo Centro.

Após um período inicial de funcionamento do CESIT, Fernando Henrique Cardoso viabiliza o processo de obtenção de recursos e de contratação de uma pesquisa junto a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fato que ilustra o significado que começa a tomar sua inserção no “grupo” de Florestan, Fernando Henrique é ilustrativo:

Arranjei recursos com o Fernando Gasparian, que era meu amigo e cuja mulher, Dalva, tinha sido colega da Ruth⁶⁶ no colégio em São Paulo. Fernando foi nomeado pelo Jango como interventor na Confederação Nacional das Indústrias, a CNI. Assim, arranjei uma verba para fazer a pesquisa [...]. Eu tinha muito cuidado para o Florestan não imaginar que eu quisesse ameaçar o poder dele (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 74).

Fernando Henrique Cardoso torna-se o diretor do Centro de pesquisas através do qual se desenvolve o projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, e Florestan começa a reforçar sua inserção institucional em outros espaços, mas, sem descuidar do controle institucional sobre o “grupo” que gravitava em torno da Cátedra de Sociologia I. Ocorre que, como salienta Florestan, ele e Fernando Henrique formavam “nódulos” de poder que transcendiam a estrutura de cátedra em termos de mobilização de recursos e/ou estruturas institucionais, o que significou a afirmação do “grupo” e sua estruturação para além da universidade.

Vinculado à Sociedade Brasileira de Sociologia desde quando era assistente de Fernando de Azevedo, quando este deixa a presidência da Sociedade para assumir a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo, Florestan Fernandes assume seu lugar no cargo que exercerá entre 1960 e 1962. Em 1962, preside e profere o discurso de abertura do II Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte. Engajado no movimento em *defesa da escola pública*, Florestan dá o tom e reforça o “papel” inerente a atuação do sociólogo.

[...] o sociólogo brasileiro de nossos dias defronta-se com exigências intelectuais que transcendem os limites confinados de sua especialidade [...] cabe-lhe [...] contribuir para o avanço da pesquisa sociológica no Brasil. Se quiser enfrentar essa situação com espírito íntegro, imaginativo e criador [...] não pode se medrar onde a ciência é repelida como forma de explicação [...] a ciência só pode expandir-se, efetivamente, entre os povos cuja civilização liberte a inteligência e a consciência do jugo do obscurantismo [...]. O combate ao atraso cultural inscreve-se entre seus papéis intelectuais, como e enquanto cientista [...], porque seu de partida exige que ele atue como agente

⁶⁶ Fernando Henrique casara-se com Ruth Corrêa Leite Cardoso em 1953.

de inovação institucional, ao mesmo tempo que proceda como produtor de uma modalidade do saber científico (FERNANDES, 2003, p. 52).

O engajamento de Florestan no movimento de *defesa da escola pública* se inicia em 1959 e, como destaca, fora “empurrado” para isso, por diversas razões, entre as quais, seus vínculos com Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Júlio de Mesquita Filho⁶⁷, a constante inserção e movimentação nas pesquisas educacionais e a atuação junto aos movimentos sociais⁶⁸. A partir deste *movimento* e do subsequente contexto de “injunção social” que passa a se configurar na década de 1960, a visibilidade de Florestan se consolida através da mobilização de um “capital de notoriedade”, notadamente, legitimado pela sobreposição de redes de atuação, pela publicização das lutas nas quais se envolve, e pela inserção nos processos de “conscientização” dos “de baixo”.

De repente, nós nos vimos envolvidos na realização de uma convenção de defesa da escola pública que foi feita no auditório da biblioteca municipal. Na presidência dessa mesa estavam o Júlio de Mesquita Filho, o Paulo Duarte, eu próprio. A partir desta manifestação, tivemos a consciência de que se deveria levar debates desse tipo para toda a sociedade brasileira (FERNANDES, 2003a, p 146).

O estopim das manifestações nas quais se engajaram Florestan e outros “intelectuais” fora a aprovação de um projeto-lei, no início dos anos 1960, que substituiu a proposta apresentada por membros de movimento dos *Pioneiros da Educação Nova* para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O projeto substitutivo havia sido elaborado por Carlos Lacerda, e, de acordo com Florestan (2003), “a história da campanha de defesa da escola pública é a história que gira em torno do combate ao projeto Carlos Lacerda” (p. 146). O movimento tomou grandes proporções, principalmente porque Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte “garantiram larga cobertura publicitária, principalmente através de *O Estado de São Paulo*”. Florestan afirma ter proferido umas “cinquenta ou sessenta conferências e debates, sem contar as entrevistas e declarações para a imprensa”⁶⁹, o que dá uma amostra da dimensão da Campanha e da centralidade que ocupou na liderança do movimento.

Neste processo de inserção e militância pela *defesa da escola pública*, Florestan diversifica um conjunto de relações e, através da rede de pesquisas educacionais, passa a

⁶⁷ Outros intelectuais também estavam envolvidos na Campanha, tais como, Fernando Henrique Cardoso, Almeida Junior, Lourenço Filho, Paulo Duarte, entre outros.

⁶⁸ Mantendo a estrutura das pesquisas sobre relações raciais, amplia-se o horizonte de movimentos sociais com os quais o “grupo” passa a se relacionar, a partir dos estudos sobre o (sub) desenvolvimento e a sociedade de classes, realizados junto ao CESIT.

⁶⁹ Cf. FERNANDES, 1978, pags. 50-69.

transitar pelos estados brasileiros e proferir palestras nos CRPEs situados em Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Esta dedicação às “causas diversas” e a detenção de uma posição de “prestígio” universitário e institucional permite a Florestan valer-se de um conjunto de “estratégias de condescendência” e usufruir das retribuições simbólicas correspondentes. Como catedrático da FFCL, circula na alta burocracia universitária e é membro permanente da Congregação. Do mesmo modo, suas relações com Júlio de Mesquita Filho, Antonio Candido de Mello e Souza, Mario Wagner Vieira da Cunha, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Caio Prado Junior, entre outros, permitem-lhe uma circulação interna às “elites” paulistas e a participação em círculos de reciprocidade cuja posição social de seus interlocutores estava diretamente vinculada ao “campo do poder”. Por outro lado, os engajamentos diversos nos movimentos sociais e sindicais, além do uso do passado, permitem a Florestan gozar de “grande visibilidade” entre os estudantes universitários e os líderes de movimentos sociais diversos.

Ocorre que a circulação intra-elites paulistas, notadamente, intra grupo *d'O Estado* passa a cindir-se com a adesão às *reformas de base*, a radicalização das posições, e a intensificação da militância política. Do mesmo modo, a atuação como um “um franco atirador em plena atividade” cria conflitos internos à universidade e à Congregação da FFCL. Florestan exerce uma militância intensa, voltado à “conscientização” das massas e à “condução da revolução”, passando a definir os “padrões de atuação intelectual” segundo os princípios de adesão e “responsabilidade social” frente às “causas primordiais”, visto que, para além das atividades de sociólogo, este tem uma “responsabilidade como e enquanto cidadão” (FERNANDES, 1976).

O projeto de “utilizar” a instituição e, a partir dela, “formar um grupo de sociólogos” que “deveria produzir sociologia” chega a culminância com a tese intitulada *A integração do negro na sociedade de classes*, que lhe rendeu o título de professor titular e a nomeação como professor catedrático da Cadeira de Sociologia I. Com o “golpe militar”, Florestan Fernandes é arrolado em “inquérito” policial-militar e incluído na lista dos primeiros professores a deporem. Na mesma noite, Florestan foi avisado por Paulo Duarte que Júlio de Mesquita Filho pedira ao general Orlando Geisel para que retira-se o nome de Florestan da lista⁷⁰. Segundo Florestan (1984), no vai e vem, “meu nome voltou ao devido lugar” e ele foi prestar depoimento. O fato emblemático da entrega de uma carta de “repúdio” ao tenente-coronel responsável pela ação militar na Universidade é resgatado por todas as biografias e materiais

⁷⁰ Cf. CERQUEIRA, 2004, pags. 91-100.

de cunho hagiográfico de Florestan Fernandes, além de destacada por ele próprio em suas entrevistas e “narrativas de vida”. Além disso, o fato do “posicionamento frente à omissão da Universidade” que aceitou com passividade as imposições da “ditadura militar” evidencia uma ruptura interna na Faculdade de Filosofia e o contraste entre as posições dos professores, diretores de faculdade, alunos, entre outros. Mais especificamente, Florestan defendia um posicionamento institucional da universidade frente ao “terrorismo cultural” e aos “recursos de intimidação” utilizados pela “polícia política”, mas, como destaca, “não vingou a atitude que eu defendia – ‘por nós não passarão!’” (FERNANDES, 1984).

Após a apresentação da carta, Florestan é preso e fica detido por três dias. Recebendo voz de prisão do tenente-coronel Bernardo Schönmann, Florestan pede licença para ir a sua sala e, distribui cópias das cartas aos estudantes “que estavam de sobreaviso”, dá sinal a sua secretária para difundir o material e, em seguida, informa a imprensa de sua prisão. Segundo ele, “a eficiência dos estudantes foi tamanha que ao chegarmos à sede da Segunda Região Militar já estavam lá os jornalistas a minha procura” (FERNANDES, 1984, p. 101). Florestan atribui a sua rápida saída ao “impacto da carta nos jornais, a pressão dos estudantes e o protesto do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade” (idem). Ao sair da prisão, Florestan passa em casa e, com os filhos pequenos, dirige-se à universidade,

ao descobrirem minha presença, alunos e professores foram saindo das salas de aula. Fiz um relato de tudo e propus que cantássemos o hino nacional [...] não só como uma resposta a altura, mas como um protesto cívico [...] era da maior conveniência utilizar politicamente o evento (FERNANDES, 1984, p. 101).

De fato, a utilização política da prisão representa a “exemplaridade da presença de Florestan”, ou seja, seu engajamento, “auto-afirmado” por sua origem social e pela identificação que possuía com as “causas” sociais, revela, segundo Fernando Henrique, um Florestan “seminal [...] porque mostrou que o acadêmico pode e deve [...] lançar-se a posições concretas de luta para melhorar as condições de vida de seu país”⁷¹.

A reorientação nos engajamentos e o rompimento com a “adesão tácita” que professava nos momentos de “auto-afirmação” no espaço universitário, estão na base da monopolização do “capital simbólico” de que dispõe no “espaço acadêmico” como referência canônica aos estudos dedicados a compreensão das ciências sociais no Brasil, bem como da influência que exerce nas definições do “fazer sociológico”. Ao mesmo tempo, ao imprimir

⁷¹ Depoimento de Fernando Henrique Cardoso. In: SOARES, 1997, p. 50.

uma diretriz de “ruptura” pessoal com os “interesses” que orientavam as atuações das “elites paulistas”, Florestan perde parte de sua base de apoio, fundada amplamente, no “capital de relações sociais” constituídos a partir da universidade.

Logo após a “conquista da Cátedra”, Florestan vai passar um semestre na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e, ao retornar em 1966, continua seu engajamento contra a ditadura militar. Neste período, Florestan pressiona seus orientandos a defenderem suas dissertações de mestrado, pois, como ressalta José de Souza Martins, achava que com os títulos seria mais difícil que houvessem perseguições. Segundo Martins,

em novembro de 1966, eu dava uma prova aos alunos do primeiro ano quando o Leôncio Martins Rodrigues entrou na sala e disse-me que o Florestan estava me chamando na sala dele. Ele ficaria no meu lugar. Chego lá e a banca estava reunida, Florestan, Ianni e Marialice. Sem aviso prévio e a seco, fiz minha defesa e fui aprovado” (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 146).

A esta altura, a cadeira de Sociologia I, coordenada por Florestan Fernandes, tinha ao todo dezenove colaboradores, dentre os quais, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia de Carvalho Franco, José de Souza Martins, Gabriel Cohn, José Cesar Albertini Gnaccarini, José Carlos Pereira, Marialice Foracchi, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, entre outros. Destes, os nove primeiros constituíam o “núcleo estratégico” do grupo, segundo Florestan. Neste conjunto de pressões, Gabriel Cohn defende sua dissertação de mestrado intitulada *A Política do Petróleo no Brasil*, sob a orientação de Octávio Ianni, com o crivo formal de Florestan.

Os anos que se seguem a novembro de 1966 são marcados por ampla mobilização estudantil em oposição aos acordos referentes à reforma universitária. Neste processo, Florestan se engaja de “peito aberto”, e, juntamente com Paulo Duarte, empreende uma luta contra o “imobilismo da Congregação da FFCL” em uma tentativa de “oferecer uma resistência a altura”. Mas, “não consegue vencer o sentimento de auto-proteção” a que se “agarraram seus colegas” e depara-se com uma “cruzada” sem sucesso.

Neste período de engajamento constante e de afirmação de um perfil de “intelectual” identificado com os problemas dos “de baixo”, Florestan inicia a preparação do livro *A Revolução Burguesa no Brasil* como uma “resposta à situação política”. Os escritos iniciais produzidos durante sua estadia em Columbia passam a circular entre os colaboradores da Cadeira de Sociologia I e “dividem o grupo”, provocando reações e desentendimentos, fato

que evidencia a penetração do “terrorismo” e do conseqüente sentido de “auto-proteção individual” no “grupo” formado segundo a lógica de uma organização de “luta” coletiva⁷².

A reação aos escritos expressos no livro *A Revolução Burguesa no Brasil* fora mais ferrenha, principalmente porque o argumento central gira em torno do “bloqueio da transformação” a partir de dentro. Ou seja, a *reação sociopática* à mudança representava, antes de tudo, uma crítica à estrutura interna da universidade e, especialmente, do “grupo” encampado na Cadeira de Sociologia I, ou, como expressa Florestan, no interior da estrutura “tivemos nossos Fariseus, os nossos Pilatos e os nossos Judas” (FERNANDES, 1977, p. 215).

Assim, volta-se ao “processo de conscientização intelectual” e dedica seu “tempo a luta política”, ao enfrentamento da ditadura. Em março de 1968 dá uma declaração a *Folha de São Paulo* onde deixa claro, “se sou indesejável na Universidade, que me digam isso claramente que então sairei para trabalhar em outro lugar”. No que se refere aos acordos universitários entre o MEC e a agência americana USAID, conclama: “essa situação atinge à totalidade dos intelectuais brasileiros” e “acho que os intelectuais devem esforçar-se para ficar aqui e fazerem o pouco que é possível fazer” (*apud* CERQUEIRA, 2004, p. 101).

Sua última participação em uma reunião da Congregação, em 1968, evidencia as disputas internas à universidade e ao “grupo da Cadeira de Sociologia I”. Florestan reivindica o posicionamento institucional e público da Faculdade de Filosofia frente “ao sentido da evolução política da ditadura [...], a maquinação contra a universidade e sua *função* crítica” [grifo nosso]. Dentre as resistências ao seu pedido de “manifestação pública” e do envolvimento da Faculdade na luta “contra a ditadura”, está a contraproposta apresentada por Fernando Henrique Cardoso que sugere, ao contrário, que a “posicionameto” dos professores seja registrado em ata e, por isso, conste burocraticamente, como nota de repúdio. “Fiquei ressentido e intimamente furioso”, pois não aceitava a “solidariedade passiva” que demonstrava que a FFCL “não estava madura para um outro tipo de resposta a uma agressão externa fulminante” (FERNANDES, 1984, p. 105-6).

Na primeira lista de aposentadorias compulsórias decorrentes do AI-5, em abril de 1969, está o nome de Florestan Fernandes. Posteriormente, são aposentados, também, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Tendo chegado ao topo da carreira universitária em 1965, quando assumiu oficialmente como professor Catedrático de Sociologia I, e ao topo de uma “posição social” reconhecida e legitimada por sua atuação política e seu controle de recursos institucionais, a cassação desmonta sua base de legitimação e “corta

⁷² Ver, especialmente, FERNANDES 1978, 1977, 1976, 1984.

significativamente” suas possibilidades de intervenção a partir de um posto institucionalmente reconhecido. Como destaca Florestan, “nunca poderia ter me tornado sociólogo se não fosse professor de sociologia na USP”, ou seja, *devo* tudo a instituição. Mesmo com o reconhecimento social e a condição de líder intelectual da sociologia brasileira, galgado a partir de sua inserção na “luta aberta contra a ditadura”, o “posto” como condição de garantia e de legitimidade institucional significa a base de sustentação e de “poder” no interior da universidade, ao passo que, destituído de seu cargo, perde o “poder legítimo de sanção”, poder propriamente político vinculado à condição de liderança de um grupo. No mesmo sentido, o “cargo institucional” permite o acesso aos recursos, materiais e simbólicos, e a sua “redistribuição” de modo a “retribuir” as dedicações específicas dos membros do grupo do qual é o líder. Na verdade, todo *capital* utilizado por Florestan na formação do um “grupo” que gravitava em torno da Cadeira de Sociologia I estava baseado em seu controle institucional das “nomeações” e “destituições”. Assim, a perda do controle institucional fê-lo perder o monopólio da liderança legítima sobre o grupo.

A significância do “capital institucional” na *estrutura de capitais* de que dispõe Florestan é tal, ao ponto que, ao perder completamente este recurso, sente-se “desarvorado”, ou, como ressalta, “não sei para onde vou, estou numa crise que é psicológica, é moral e é política [...] perdi um ponto de referência e de identidade que poderia ser muito vantajoso para minha sobrevivência e meu trabalho” (FERNANDES, 1978, p. 70).

A crença na “noção de intelectual” como guardião da “consciência nacional”, sintetizada na posição do sociólogo como “sociólogo-cidadão” fundamenta e estrutura a posição de Florestan Fernandes frente às lutas pelas “causas sociais” e liberdades democráticas (FERNANDES, 1977). Igualmente, a radicalização das posições e a relação entre a “militância” e a multiposicionalidade em *redes de mobilização*, expressas em suas atuações junto a líderes sindicais e estudantis, estrutura a monopolização de um “capital de reconhecimento social” que passa a fundamentar sua própria posição de poder frente as “definições” do papel de “intelectual” e de “sociólogo”.

A centralidade das ciências sociais e a estruturação de um novo “perfil de intelectual”, definido a partir de uma *expertise* específica e de uma “noção de intelectual” redefine os “papéis intelectuais” a partir de um amálgama entre “a atividade profissional” e a “crença na responsabilidade política”, refletindo a figura do “intelectual” na “imagem social do universitário” (PÉCAUT, 1990). As rupturas que passam a estruturar as *tomadas de posição* dos “cientistas sociais” podem ser estruturadas em torno das posições de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, ou, como salienta Pécaut (1990), entre a proposta de “ruptura

radical” e de defesa de uma “democracia social”, ou a “participação” fundada nas “organizações da sociedade civil” e na “representação política”.

De todo modo, a polarização entre “ruptura radical” e “coalizão” expressa, já nos debates internos à Universidade e a estrutura da Cadeira de Sociologia I entre Florestan Fernandes e Fernando Henrique, relacionam-se as próprias condições de possibilidade de *manutenção e reprodução* de suas posições sociais. Para o caso de Florestan, a condição de Professor Catedrático definia e estruturava sua posição social, visto que, como ressalta, “nunca poderia ter me tornado sociólogo se não fosse professor de Sociologia da USP”. Nestes termos, o peso do “cargo” e da capacidade de mobilização de recursos materiais e humanos que ele representa, insere Florestan em sua luta contínua para que a Instituição garanta o exercício do “cargo” e a manutenção do mesmo, a partir de uma não aceitação de imposições externas e de uma *crença* na mobilização coletiva como instrumento de luta. Ao contrário, Fernando Henrique Cardoso dispõe de uma ampla gama de recursos de sustentação, estruturados para além do reconhecimento social que galgara obter em suas participações, por exemplo, na *Campanha em Defesa da Escola Pública*, o que pode ser verificado pela variedade de seus investimentos e *redes* de apoio, tal como será demonstrado no próximo capítulo.

3 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A “DISSIDÊNCIA” DA “ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA”

Como bem destaca Florestan (1977), ele e Fernando Henrique Cardoso mobilizavam um conjunto de recursos institucionais e sociais que, em ampla medida, transcendiam os limites da Cadeira de Sociologia I e, inclusive, da Universidade. Do mesmo modo, a estrutura e o conjunto da *rede de relações* que mobilizam é amplamente diferente, começando pelo *capital de relações sociais* ligado ao grupo familiar, e conseqüentemente, as modalidades de atuação e *alianças* forjadas ao longo de seus trajetos, as quais, estruturam a capacidade de manter ou *reconverter* seus recursos em espaços sociais distintos.

As relações de socialização de Fernando Henrique Cardoso estão associadas às posições tradicionais de exercício do poder político e militar, aos quais sua família está historicamente ligada. Sintomaticamente, não se trata apenas de uma “afeição” à política vinculada às bases e interesses familiares, mas a uma vinculação estreita com os “agentes” do “campo do poder” no Brasil.

No Rio de Janeiro, onde nasci, nos intermináveis serões à mesa de jantar em casa de minha avó paterna, Leonídia Fernandes Cardoso, a "Vovó Linda", ou na de meu pai, general Leônidas Cardoso, voltava-se amiúde a discutir os detalhes da "conspiração republicana" contra a Monarquia, na qual meu avô, Joaquim Ignácio Batista Cardoso, e um tio-avô, seu irmão Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, tomaram parte ativa. Meu avô morreu em 1923 com a patente de marechal e Augusto, general, foi ministro da Guerra do governo provisório de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1932. Esse mesmo cargo seu filho Ciro, primo de meu pai e igualmente general, exerceria entre 1952 e 1954, ainda sob Getúlio, só que desta feita Presidente eleito por voto direto em 1950. Também as lutas "tenentistas" dos anos 1920 e 1930, ou as campanhas nacionalistas dos anos 1950 nas quais meu pai, eu e vários tios e primos estivemos envolvidos, eram vistas e revistas a cada encontro familiar numeroso. (CARDOSO, 2006, p. 50)

Nascido no Rio de Janeiro, Fernando Henrique se muda para São Paulo em 1940, por conta da transferência de seu pai para a Segunda Região Militar. No período em que cursava o secundário no Colégio São Paulo, engaja-se na política estudantil e nas campanhas pela anistia dos presos e perseguidos políticos do Estado Novo. Atuando juntamente com seu pai, envolve-se também nas campanhas nacionalistas. Em 1948, seu último ano de curso secundário, publica um artigo no jornal *Tribuna Estudantil* intitulado "O petróleo". O engajamento nas manifestações do período e a "grande amizade" com Fernando Pedreira⁷³, aproximam Fernando Henrique do PCB paulista e da *Revista Brasiliense* capitaneada por Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto, por intermédio destas relações, Cardoso passa a integrar o corpo editorial da *Revista Fundamentos*, lançada pela *Brasiliense* em 1948.

No espaço de sociabilidade que girava em torno do "partidão", interseccionado por *redes* diversas, Fernando Henrique entra em contato com Agenor Barreto Parente, Paulo Emílio Salles Gomes, Mario de Andrade, Sergio Muniz, João Batista Villanova Artigas, Antonio Candido de Mello e Souza, Nelson Pereira do Santos, Lourival Gomes Machado, Rui Andrada Coelho, Gilda de Mello e Souza, entre outros.

Ingressando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1949, Fernando Henrique passa a colaborar, em 1950, como auxiliar voluntário da Cadeira de Sociologia I, cujo catedrático era Roger Bastide, que contava com Gilda de Mello e Souza e Maria Izaura Pereira de Queiroz como assistentes. Ao mesmo tempo, envolvido na campanha pela nacionalização da exploração do petróleo, participa da formação de grupos de apoio ao

⁷³ Militante estudantil e vinculado ao PCB, Fernando Jorge Pedreira nasceu no Rio de Janeiro em 1926. Sua família possuía fortes vínculos com as estruturas políticas e militares, e também com as grandes oligarquias do Recôncavo Baiano. Para maiores informações, ver depoimento concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Site oficial: <www.mme.org.br>

movimento e insere-se no escopo de atuação do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), do qual seu pai, Leônidas Cardoso, fora fundador, e seu tio, Felicíssimo Cardoso, o presidente. Do mesmo modo, seu envolvimento com os movimentos políticos ligados ao *slogan* “o petróleo é nosso” leva-o a contribuir na criação da *Liga de Emancipação Nacional* (LEN), fundada em 1953, da qual seu pai será o procurador-geral.

Paralelamente ao envolvimento político nas campanhas nacionalistas ao lado de membros de sua família, Fernando Henrique passa a trabalhar na pesquisa desenvolvida por Roger Bastide e Florestan Fernandes sobre relações raciais no Brasil. No período entre 1951 e 1952 atua, com Maria Isaura Pereira de Queiroz e Renato Jardim Moreira, na coleta e organização do material da pesquisa. Em decorrência disso, aproxima-se de forma mais sistemática de Florestan, o qual, em 1951, o indica para trabalhar na Faculdade de Economia e Administração, “arranjando” a vaga através de contato com Mario Wagner Vieira da Cunha, catedrático, diretor e membro fundador do Instituto de Administração (IA) da Universidade de São Paulo. No IA, trabalha com Lucila Hermann, assistente de Wagner, e Maria Sylvia de Carvalho Franco, em uma pesquisa no Palácio das Indústrias de São Paulo.

A inserção de Fernando Henrique no IA, a aproximação com Mario Wagner e sua amizade de Maurício Segall⁷⁴, facilitam sua indicação, em 1952, para trabalhar com Alice Cannabrava, como assistente de Cátedra. Como não havia concluído a graduação, e não poderia assumir o cargo por falta de titulação, precisou da expedição de uma portaria de autorização do reitor para poder ser nomeado assistente de Alice na Faculdade de Economia. Feito isso, leciona História Econômica da Europa, acompanha os cursos de Dorival Teixeira Vieira e o doutoramento de Delfim Netto. Além de Fernando Henrique, gravitavam em torno da Cátedra de História Econômica, José Albertino Rodrigues e Fernando Novais. Por desentendimentos com a professora catedrática que “brigava muito”⁷⁵, sai da Faculdade de Economia e vai trabalhar na Secretaria do Trabalho de São Paulo, juntamente com Ruth Corrêa Leite e Eduardo Tess, que, liderados por Celeste Andrade, realizam uma pesquisa sobre desemprego no Brasil.

Fernando Henrique Cardoso mantém uma forte circulação e inserção em “grupos” diversos que equacionam relações internas e externas à Universidade. Ao mesmo tempo, “acompanhava o que estava acontecendo”, tanto na política do Rio de Janeiro, visto que um

⁷⁴ Ex-aluno da ELSP e assistente de Mario Wagner na Faculdade de Economia.

⁷⁵ “A certa altura, eu e a Alice não entramos em entendimento: ela era muito rigorosa e fazia pesquisa histórica rigorosa, usando uma quantidade de dados infernal. Eu não entendia bem para onde é que ela queria ir, então ela disse: “você é como Antonio Candido, vocês nunca vão ser cientistas”. Eu achei um elogio...” (CARDOSO, 2008, p. 7)

primo seu era prefeito do Distrito Federal⁷⁶ e outro Ministro da Guerra⁷⁷, quanto em São Paulo, através de sua atuação junto a grupos ligados ao Partido Comunista e ao movimento nacionalista, aos quais também estava ligado seu pai. A *multiposicionalidade* intensa e a participação em redes diversas, nas quais contava com um *capital de relações sociais* ligadas ao grupo familiar muito forte, favorecem seu posicionamento em um espaço de intersecção entre a “universidade” e a “política”. Ou seja, há uma sobreposição entre *redes* fundadas em *relações familiares, de amizade, e “profissionais”* que dinamizam a inserção e a legitimação de recursos em diversos espaços de atuação.

Após um curto período de atuação na Secretaria do Trabalho, Florestan Fernandes “arranja” com Bastide o retorno de Fernando Henrique à Faculdade de Filosofia, como auxiliar de ensino. A nomeação como auxiliar, posição hierarquicamente inferior no quadro das Cátedras, causa um incômodo, mas aceitou pois “queria que a vida acadêmica fosse” sua “atividade principal”. Ocorre que, assim que Florestan Fernandes assume a Cátedra de Sociologia I como professor contratado, nomeia-o seu assistente, o que causou muito “ciúme” no grupo. Segundo Fernando Henrique, o candidato direto a nomeação era Renato Jardim Moreira, que vinha trabalhando com Florestan desde a pesquisa da UNESCO, mas, ao contrário do que se esperava, Cardoso foi nomeado “primeiro” assistente⁷⁸. Como destaca Fernando Henrique, “Florestan fez uma violência para me *proteger* e me nomeou primeiro assistente na frente de todos os demais” (*apud* SOARES, 1997, p. 63), criando aquele clima, mas o “Florestan tinha isso, ele gostava da competição” (*apud* ABRUCIO *et al.* 2006, 73).

Recentemente empossado no cargo de responsável pela cátedra, Florestan toma como estratégia a formação de um “grupo” sob seu comando, de tal modo que as relações de fortalecimento do próprio grupo estão vinculadas ao acesso de recursos e a capacidade de mobilização de *redes* diversas de que dispõem seus “membros”. Ou seja, a constituição do grupo está fundada no estabelecimento de *trocias desiguais* e de *retribuições diversas*, nas quais, a estrutura de capitais dos agentes em relação é fundamental.

No início de 1954, por conta da Convenção da Emancipação Nacional, realizada no Rio de Janeiro, seu pai torna-se presidente da LEN e é um dos indicados “pelos comunistas” a concorrer ao cargo de Deputado Federal pela sigla do PTB de São Paulo. Neste mesmo ano, Fernando Henrique, em uma “aliança com a Faculdade de Economia e a de Medicina”, foi

⁷⁶ Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, prefeito do DF entre 1952 e 1954.

⁷⁷ Ciro do Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra entre 1952 e 1954.

⁷⁸ Hierarquia “simbólica” que representava o substituto direto do Catedrático, caso esse se ausentasse.

eleito representante dos ex-alunos no Conselho Universitário, tendo como suplente Delfim Netto.

A mobilização de alianças internas ao PCB permite que conte com o apoio de uma “dissidência” da Faculdade de Direito e, posicionando-se “à esquerda”, lança-se candidato contra a “Bucha”⁷⁹. Do mesmo modo, a “circulação” interna a USP e o *capital de relações sociais* ligado ao “grupo familiar” capaz de mobilizar criam as condições de possibilidade para que se torne o “mais jovem membro do Conselho Universitário da USP” e “com uma influência muito grande” no mesmo, visto que,

[...], fui para o Conselho Universitário da USP [...]. Então fui para a reitoria, onde quem mandava naquela época eram os professores Camargo, da política, Honório Monteiro que tinha sido ministro do trabalho do Dutra, e Zeferino Vaz. [...] meu pai era deputado pelo PTB, o presidente do Banco Central era meu tio, o prefeito do Rio e o Ministro da Guerra eram meus primos [...]. É, eles descobriram que eu tinha “poder na República”. E me levaram ao Rio porque tinham que liberar uma verba. (*apud* ABRUCIO *et all.* 2006, p. 74).

Em 1955, Florestan reestrutura o projeto sobre relações raciais e vincula-o ao escopo da Cadeira de Sociologia I. De tal modo, este projeto serve de “guarda chuva” para a tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso (1961), e para a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Octávio Ianni (1957, 1961, respectivamente).

Neste mesmo período em que desenvolve suas pesquisas no sul do Brasil, parte que coube a ele e a Octavio Ianni na pesquisa de Florestan, envolve-se com o movimento de “reforma da universidade” do qual se torna um dos líderes. Participando juntamente com Villanova Artigas e Juarez Brandão Lopes, mobilizam-se no processo de *renovação política, administrativa e arquitetônica* da USP e, com Alberto Carvalho da Silva, integrante da Faculdade de Medicina, atua nas reivindicações para a regulamentação da carreira de assistente. Ao mesmo tempo, vincula-se as articulações e a organização de apoios para a candidatura de Antônio Barros de Ulhôa Cintra a reitor da universidade, atuando ao lado de Juarez Lopes, com o qual também se envolve, posteriormente, nas “articulações” para a criação da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)⁸⁰.

A sobreposição de redes de atuação, e/ou sua mescla e acionamento em diversos espaços sociais, são estruturantes da inserção de Fernando Henrique em diversas frentes de

⁷⁹ Organização “secreta” da Faculdade de Direito de São Paulo, com a qual tinham alguma relação: Júlio de Mesquita Filho, Paulo Nogueira Filho, Artur Bernardes, Francisco Morato, entre outros. Para maiores informações ver MICELI, 1979.

⁸⁰ Cf. CARDOSO, 2006.

atuação. O envolvimento constante na política universitária e a ligação *familiar* com a política nacional e estadual, legitima sua posição central por *redes de reciprocidade e inter-reconhecimento diversas*, normalmente sobrepostas em *redes de relações familiares, universitárias, de amizade, e partidárias*, entre outras. Ou seja, a *multiposicionalidade* em redes diversas garante as vantagens de pertencimento a grupos variados e fundamentam as possibilidades de imposição e da acionamento de “trunfos” em situações de confronto.

Fernando Henrique Cardoso vale-se da *multiposicionalidade* e das *alianças* diversas, inclusive daqueles provenientes de seu casamento com Ruth Corrêa Leite, em 1953. Dentre as relações de interconhecimento vinculadas a estas redes, está o contato com José Arthur Giannotti, colega de turma de sua irmã e de seu cunhado⁸¹, que passa a cultivar amizade com Fernando Henrique. Ambos, juntamente com Ruth Cardoso, vão formar o “núcleo duro” do “grupo de estudos” sobre Marx. A origem das discussões está vinculada ao período de “desilusão” e afastamento do PCB, às discussões ocorridas na casa de Paulo Emilio Salles, juntamente com Pedreira e Parente, e a rede de amizades que cultivava na universidade e fora dela. No final dos anos de 1960, “Giannotti retorna da França e propõem a formação do grupo”.

A idéia inicial foi do Giannotti. Nós estávamos na praia no Rio de Janeiro – eu ia com muita frequência ao Rio nas férias. Giannotti, Ruth, Roberto Cardoso, meu cunhado, e talvez o Darcy Ribeiro, que morava no subúrbio e vinha para a casa do meu pai no Arpoador, íamos todos juntos à praia. [...]. Giannotti voltava da França naquele momento entusiasmado com a idéia de análise estrutural de texto [...] ele nos propôs começarmos a fazer o seminário do Marx (*apud* ABRUCCIO *et all.* 2006, p. 75).

No ano de 1959, funda-se o *Seminário d’O Capital*, que funcionava como um “*college* inglês, havia a convivência intelectual e depois o jantar”. Este seminário tem papel unificador de um grupo de “intelectuais” e, ao mesmo tempo, funciona como início da ruptura com a “tutela” exercida por Florestan Fernandes. Segundo Cardoso, o “seminário” representava “a emancipação intelectual” e a afirmação de uma nova geração. Ou ainda, como define Giannotti, “nós estávamos interessados em ocupar o nosso espaço”, “estávamos interessados em brilhar” e Florestan era “nosso pai”, “tínhamos que engolir o que ele dissesse” e “não

⁸¹ Roberto Cardoso de Oliveira nasceu em São Paulo no ano de 1928, descendente de uma “família de produtores de café”, formou-se em Filosofia na USP em 1953. Durante a graduação casa-se com Gilda Cardoso, irmã de Fernando Henrique Cardoso.

passou pela nossa cabeça que o velho mestre pudesse participar”⁸². Como completa Fernando Henrique, “e nós também não queríamos” a participação dele.

Os conflitos internos à Cadeira de Sociologia I são atribuídos à rigidez de Florestan Fernandes, modalidade de ação que pautava a organização do grupo. Florestan “dava o tom” às ações vinculadas à Cátedra e definia os procedimentos aceitos e não aceitos, na tentativa de construir uma *sociologia brasileira*. O processo de ascensão social e “profissional” que conduz Florestan Fernandes à posição de responsável pela Cátedra de Sociologia I e, conseqüentemente, por todas as incumbências e retribuições provenientes do cargo, é operada por sua inserção em uma lógica de *relações assimétricas*, legitimada por uma ampla produção “acadêmica”⁸³, pela coordenação de um projeto de pesquisa de grandes proporções e repercussão, e por sua colaboração constante em jornais e “periódicos” diversos. Além disso, o contexto propício, estruturado por uma “proposta universitária” calcada em valores *liberais*, legitima a posição ocupada como “conquista” individual, “vitória” ou “grande” feito de um homem contra sua própria origem. A *crença* no “meritocratismo”, fundado e estruturado sob a *visão* de um ambiente científico no qual a “universidade” constituiria “o centro” das relações sociais e dos investimentos profissionais, o “lugar de realizações”, visto que esta seria “a instância decisiva de reconhecimento do mérito científico e intelectual” (MICELI, 1989, p. 86), lastreia o “trajeto profissional” através da crença nas “capacidades individuais” ou no “dom”⁸⁴.

De modo geral, a *crença* em uma estrutura “meritocrática” e a posição a frente de um “grupo” para o “qual tem um certo ideal” de produção acadêmica e de construção de uma sociologia com a marca do Brasil, introduz no jogo a *crença no jogo*, de modo a “incentivar a corrida aberta entre todos” e administrar as “tensões inevitáveis” decorrentes da *luta* pela “ambição de produzir, de fazer uma carreira de alto nível” e de “conquistar uma posição de relevo para a sociologia, dentro da universidade e fora dela”⁸⁵. A lógica da competição pelo mérito torna-se a regra interna ao “grupo” e a “tutela” de Florestan sobre o mesmo se impõe. As discussões e decisões eram tratadas com o “primeiro escalão” do grupo, composto por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, e comunicadas aos demais, de modo que, “toda vez que se revelassem vantajosas ou necessárias” eram feitas substituições no grupo, “qualquer que fosse o valor do elemento em causa como sociólogo ou como pessoa”

⁸² Cf. SOARES, 1997, p. 62.

⁸³ Florestan Fernandes assina como autor, entre 1948 e 1955, cinco livros, e entre 1942 e 1955, 31 artigos.

⁸⁴ Ver interpretes ou “biógrafos” autorizados: SOARES, 1997; CERQUEIRA, 2004; ARRUDA e GARCIA, 2003; CANDIDO, 1996. Ver também depoimentos e entrevistas: FERNANDES, 1977, 1978, 1991.

⁸⁵ Cf. FERNANDES, 1977, especialmente, cap. 8.

(FERNANDES, 1977, p. 185). Além disso, o controle das temáticas a serem estudadas e dos objetos de pesquisa ficava a cargo de Florestan Fernandes e, como destaca Miceli, “Florestan mandava mesmo, e mandava neles todos”.

Aí tem um pouco o estilo Florestan. Ele era uma pessoa muito dura, que veio de origem social humilde. Ianni tinha uma definição maravilhosa: “Florestan é talhado a machado”. Tinha uma relação muito sofrida, de apreço e, ao mesmo tempo, machucava. Florestan era um cara forte, não puído. Ele incentivava muito a competição pelo mérito e de fazer valer a capacidade de bater. Com o Fernando Henrique e o Ianni ele fez uma coisa cruel. Pegou os dois estudantes e jogou um para fazer doutorado na mesma área de pesquisa que o outro, competindo, assim, como se tivesse jogando os dois no mar. Isto foi cruel por uma razão muito simples, o Fernando Henrique era equipado (COHN *apud* BASTOS *et alli*. 2008. p.111).

Ocorre que, a ruptura com a ordem estabelecida ou com as regras do jogo não é para aqueles menos providos de recursos. Tomado como um “marco” de ruptura no grupo da Cadeira de Sociologia I, o “seminário” estrutura-se como ponto de confluência entre *redes diversas* a passa a marcar posição de um “grupo” e da exclusão de outro, ou seja, o objetivo era afirmar-se, era *fazer seu nome*. Do mesmo modo, de todos os assistentes de Florestan que participaram do *Seminário d’O Capital*, Fernando Henrique Cardoso é o que “rompe” de uma forma mais contundente e explícita com a “tutela” de Florestan.

O *staff* do *Seminário d’O Capital* era formado por Fernando Henrique, Ruth Cardoso, José Arthur Giannotti, Paul Singer, Octávio Ianni e Fernando Novais. Aos poucos outros foram recrutados. Juarez Brandão Lopes⁸⁶ integra-se ao grupo a convite de Singer, Bento Prado Junior “entra mas sai” por debates “acalourados” com Giannotti. Aos poucos, também outros alunos passam a integrar o “grupo”, entre os quais: Leôncio Martins Rodrigues, Francisco Weffort, Ruy Fausto, Roberto Schwarz, Sebastião Advíncula da Cunha e Michel Löwy.

Ao final dos anos de 1950, um “grande *patron*” da sociologia francesa, Georges Friedmann, vem à FFCL para auxiliar nas discussões sobre sociologia do trabalho, que passava a nortear as transformações temáticas da sociologia neste período. Pelo conjunto de recursos capaz de mobilizar, Fernando Henrique Cardoso torna-se muito próximo a Friedmann. Em suas palavras, “como eu tinha automóvel e falava francês, andei com ele por São Paulo” (CARDOSO, 2008, p. 9). Neste período e sob a influência de Friedmann, inicia-se o projeto de estudos que vai culminar na criação do CESIT. Ao retornar a França, indica a

⁸⁶ Paul Singer era assistente de Mario Wagner, quando este vai trabalhar na ONU, Juarez Brandão Lopes assume como catedrático substituto de Ciências da Administração e “herda” os assistentes de Wagner.

vinda de seu assistente ao Brasil para dar prosseguimento as discussões. Assim, entre 1959 e 1960, Alain Touraine vem ao Brasil para dar alguns cursos e ajudar na estruturação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. Neste processo de elaboração e criação de um novo projeto de pesquisa, Fernando Henrique e Touraine tornam-se amigos e, depois de criado o Centro, Touraine indica-o para ocupar o cargo de diretor, o que “causa um certo mal estar”. Funcionando como um centro aglutinador e como um “viveiro” da Cadeira de Sociologia I, como se referia Florestan, o CESIT passa a se configurar como um centro de gravidade pelo qual passam diversos pesquisadores.

Fernando Henrique passara a estabelecer contatos, a partir do final dos anos 50, com o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), no Rio de Janeiro. Centro de pesquisa constituído com o apoio da UNESCO, torna-se um lugar de intensa atividade “acadêmica” e de discussão sobre a temática do desenvolvimento na América Latina. Participavam de atividades no CLAPCS, dirigido por Luiz de Aguiar Costa Pinto, uma série de intelectuais, entre eles estavam, Gino Germani⁸⁷, Rodolfo Stavenhagen⁸⁸, Torquato Di Tella⁸⁹, Jorge Graciarena⁹⁰. Após concluir sua tese de doutorado, em 1961, segue com Leôncio Martins Rodrigues como auxiliar para realizar uma pesquisa em Buenos Aires, onde reforça os contatos estabelecidos no CLAPCS. De volta da Argentina, no ano seguinte vai para a França, a convite de Touraine, realizar um curso no *Laboratoire de Sociologie Industrielle*.

Na França, com sua esposa e seu amigo José Arthur Giannotti, intensifica relações com Alain Touraine e conhece outros intelectuais franceses. Em uma janta com professores do *Collège de France*, conhece Michel Foucault e destaca: “Chequei a dar carona para ele [Foucault] no meu carro” (*apud* ABRUCIO *et all.* 2006, p. 84).

O monopólio de uma posição social de “elite tradicional” no Brasil e o acúmulo de um *capital cosmopolita* viabiliza sua circulação internacional e a aquisição de “capital simbólico” a partir da inserção nos “grandes” *círculos intelectuais internacionais*. Por meio da ostentação de títulos e do posicionamento em “campos” transnacionais, Fernando Henrique adquire “visibilidade” e “peso” significativo como “mediador cultural” em um país política e culturalmente dependente como o Brasil. Do mesmo modo, as redes de circulação e a *posição*

⁸⁷ Economista italiano radicado na Argentina.

⁸⁸ Sociólogo mexicano.

⁸⁹ Sociólogo argentino.

⁹⁰ Sociólogo argentino.

social nacional dinamizam a gama de imposições possíveis e as possibilidades de legitimação dos “títulos internacionais” de modo a “galgar” o reconhecimento “acadêmico”⁹¹.

No início dos anos 1960, o grande escrito “sociológico” que marca a posição divergente de Fernando Henrique com relação a Florestan, é sua tese de doutoramento intitulada, *Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*. Ao apresentar o texto a Florestan, este não aceita. Em meio a discussões, Fernando Henrique ameaçou trocar de orientador e defender a tese com Lourival Gomes Machado, seu amigo e catedrático de Política na FFCL. Essa “ameaça” ocasionou um “pega pra capar” e Florestan disse que tal ato “seria inaceitável”. Ao fim, Cardoso amenizou o texto e o defendeu em 1961. Segundo Cohn,

[...] o escrito mais programático e mais ambicioso em meados dos anos 60, aliás, foi justamente aquele em que Fernando Henrique Cardoso marcava sua posição divergente de Florestan e propunha a criação de uma alternativa [...] a proposta de um grupo que não teria Florestan como líder, mas ele próprio (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 120-1).

Com as *campanhas de defesa da escola pública*, Fernando Henrique engaja-se e participa de algumas palestras e conferências ao lado do “grande líder” no movimento: Florestan Fernandes. Em 1963, defende sua tese de livre docência com uma pesquisa sobre o empresariado. Nesta conta com a colaboração de dois de seus amigos: Fernando Gasparian⁹² e José Ermínio de Moraes⁹³.

Pós “golpe de 64” e a instalação do Inquérito Policial Militar (IPM) na USP, tem início um período *declarado* de radicalização interna à Universidade e instauração da “caça as bruxas”. Segundo Florestan (1984), a ditadura militar toma conotações de terrorismo cultural ao ponto que se transforma em arma de ascensão e de “resolução de desafetos” internamente ao ambiente universitário. Além disso, passado o mandato de Ulhoa Cintra, assume a reitoria da USP Luis Antônio da Gama e Silva, catedrático da Faculdade de Direito, simpático ao *regime militar* e adversário político do grupo que conduzira o “movimento reformador” da universidade durante o mandato anterior. O novo reitor instala um “regime interno de caça às

⁹¹ Ver DEZALAY, 2004; DEZALAY et GARTH, 2002, 2006, 2008.

⁹² Presidiu o centro acadêmico da Universidade Mackenzie, da qual é ex-aluno. Foi presidente da UEE/SP e sócio do “Jornal de Debates”. Um dos principais empresários da indústria têxtil do país, dirigiu a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e compôs o Conselho Nacional de Economia. Criador, durante o regime militar, de revistas de oposição tais como: “Opinião”, “Argumento”, “Ensaio de Opinião”, “Cadernos de Opinião”. A partir de 1973 assume a editora Paz e Terra, colocando como um de seus acionistas, Fernando Henrique Cardoso.

⁹³ Filho de fazendeiros do nordeste, cursou engenharia nos EUA. Tornou-se um dos principais empresários do Brasil, participando da criação do Grupo Votorantin. Foi Senador e Ministro da Agricultura.

bruxas” nomeando um grupo de professores para investigar “atividades subversivas”. Assim, em maior ou menor medida, os embates ideológicos e a radicalização do período são incorporados pela universidade.

Em outubro de 1964 as investigações internas divulgam a lista dos “comunistas”. Esta inclui os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Junior, Mario Wagner Vieira da Cunha, Paul Israel Singer, e outros “convidados” a depor ao “regime” interno da USP⁹⁴.

Quando seu nome sai na lista do IPM da USP, Fernando Henrique não estava mais no Brasil. Aceitando um convite para lecionar na Argentina, encontrava-se em Buenos Aires, onde permaneceu, aproximadamente, um mês. Então, foi convidado para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sediada no Chile⁹⁵, país que se configura como grande centro “aglutinador” de intelectuais do período, tornando-se um espaço de sociabilidade e confluência de *redes de movimentação internacional*, alargadas no período do regime ditatorial latino-americano.

Como destaca Fernando Henrique (2008), no Chile “tive contato com intelectuais de toda a América Latina” (p. 15). Chegando ao país, em maio de 1964, hospeda-se na mesma casa em que estavam Francisco Weffort, Celso Furtado e Wilson Cantoni. Lá, vincula-se ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Começa a dar aulas na Faculdade de Economia e de Sociologia do Chile e na Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (FLACSO). Neste período, participa dos seminários da CEPAL com Raul Prebisch, Theotônio dos Santos, Celso Furtado, Andreas Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, entre outros. Em colaboração com Aníbal Pinto, reedita um seminário, anteriormente realizado por ambos no CLAPCS, sobre história das idéias, do qual participam Weffort, Almino Afonso, Plínio Sampaio, Maria Conceição Tavares, José Serra, Leon Hirszman, entre outros. Em 1965, José Medina Echavarría⁹⁶ indica Fernando Henrique a diretor-adjunto da divisão de estudos sociais do ILPES. Na prática, entrega o comando a ele. Com relações antigas com a “cúpula” da CEPAL, proclama ter conquistado a confiança de Medina Echavarría, de Aníbal Pinto e de Prebisch. No comando do instituto, Fernando Henrique passa a “estar protegido dentro da burocracia da ONU” (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 82). Em uma posição

⁹⁴ Cf. ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004.

⁹⁵ Entre as relações que favorecem o deslocamento de Fernando Henrique para a CEPAL está a amizade com José Medina Echavarría, Raul Prebisch e Celso Furtado.

⁹⁶ Echavarría estivera em São Paulo em 1959 organizando um seminário da UNESCO sobre urbanização na América Latina e entra em contato com a secção de Sociologia da FFCL e com Juarez B. Lopes, da Faculdade de Economia e Administração.

institucionalmente privilegiada e legitimada pelo *capital de relações sociais* que a sustenta, intensifica sua atuação “intelectual” e institucional sob o respaldo da ONU, participando de conferências e palestras nos Estados Unidos e na França, e destaca a importância de “conhecer a ONU” por dentro (idem). Durante sua estada na CEPAL, Fernando Henrique solidifica relações com Enzo Faletto, Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins.

No ano de 1967, Alain Touraine convida-o para dar aulas na Université Paris-X, em Nanterre. Chegando à França, assume uma cátedra em Nanterre, posto no qual permanece até 1968. Em Paris, reencontra Celso Furtado, que estava dando aulas na Sorbonne, e outros brasileiros que “andavam por lá”, tais como, Luciano Martins, Waldir Pires e Paulo de Tarso Santos. O tempo que passa na França serve como reforço de uma posição de mediação entre o “campo intelectual nacional” e o “internacional”, visto que, durante sua experiência no “exílio”, Fernando Henrique entrou em contato, como destaca, com,

Manuel Castells [...] que hoje é um grande amigo meu. [...] o Marcuse apareceu para uma comemoração da UNESCO [...] à qual fui levado por Lucien Goldmann, que era meu colega e amigo. Cohn Bedit foi meu aluno, bem como outros que se tornaram famosos. Alan Garcia, ex-presidente do Peru, e Dante Caputto, que foi chanceler da Argentina. Também Jorgito Sábato, que foi ministro da educação, filho do romancista Ernesto Sábato. E, ainda por cima, a Marta Harnecker, grande difusora do marxismo cubano que assistira a cursos meus no Chile e estava sempre em contato comigo, insistindo para que eu fosse ver o Allthusser. (*apud* ABRUCIO *et all.* 2006, p. 85)

Neste período na França produz o trabalho que servirá para o concurso da Cátedra de Ciência Política na FFCL que estava vaga, já que o antigo titular e amigo Lourival Gomes Machado havia falecido. Na pesquisa, utiliza o material coletado na Argentina, com a ajuda de Leôncio Martins Rodrigues, e o material levantado por Pedro Paulo Poppovic, que fez a coleta de dados no México. Com a instauração do Inquérito Policial Militar no interior da USP, Fernando Henrique Cardoso é convocado a depor, como não estava no Brasil, não comparece ao Inquérito e tem prisão decretada pelo Tribunal Militar. Informado de que não poderia voltar ao Brasil, pois seria preso, Fernando Henrique consegue revogar a ordem de prisão por meio de um *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Militar (SPM) e conquistado por meio da intervenção de um amigo da família, o general Peri Bevilacqua.

De volta ao Brasil em 1968, presta concurso para a cátedra de Política da FFCL. Aprovado, torna-se professor catedrático da USP. No contexto deste conflito e radicalização política, Florestan Fernandes toma o centro dos debates e passa a figurar como uma das principais lideranças “intelectuais” no combate a ditadura. O retorno de Fernando Henrique

ao Brasil para disputar a cátedra de Ciência Política e, conseqüentemente, inserir-se na hierarquia universitária ao largo do grupo de Florestan tem um “impacto negativo sob os alunos da Faculdade” que compreendem tal fato como uma atitude subversiva (PÉCAUT, 1990). Fernando Henrique Cardoso fica pouco tempo à frente da Cátedra, pois, juntamente com outros professores da USP, é aposentado compulsoriamente pelo AI-5 em 1969.

4 REDES E DIVERSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO

No período das décadas de 1950 e 1960, as ciências sociais conhecem um novo alento no Rio de Janeiro. Em 1953, um grupo de intelectuais, entre os quais, Hélio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodrê, Roland Corbisier e outros, fundam o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Contando com “intelectuais” vinculados ao meio empresarial e a órgãos de assessoria política do governo Vargas⁹⁷, o IBESP proclama-se o “dever” ou a “vocação” para auxiliar na direção dos negócios do estado. Com Café Filho na presidência, o Instituto passa a órgão oficial do governo vinculado ao Ministério da Educação e Cultura⁹⁸, tendo o nome trocado para Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujo principal objetivo era “a formação de quadros” e a “produção de estudos” para “organismos governamentais ligados ao desenvolvimento nacional” (LOUREIRO, 1992, p. 53).

Ao mesmo tempo, há uma diversificação nas iniciativas voltadas as ciências sociais. Em Minas Gerais, a institucionalização das ciências sociais ocorre amplamente vinculada aos *estudos jurídicos* da Faculdade de Direito, e aos *estudos econômicos e administrativos* da Faculdade de Economia, Administração e Finanças da Universidade de Minas Gerais. Como destaca Lamounier, neste contexto vai se criar uma escola “para formar pessoas que vão pensar os problemas do governo” (*apud* ARRUDA, 1989, p.254). O curso de Sociologia e Política data de 1953, e surge vinculado a Faculdade de Economia. No ano de 1961, foi

⁹⁷ Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida estão vinculados, neste período, a Assessoria Econômica de Vargas e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

⁹⁸ Segundo Pécaut (1990), a intervenção de Cândido Motta Filho, então Ministro da Educação e Cultura, foi fundamental, assim como as vinculações deste com Roland Corbisier, que remontam as “mobilizações” do integralismo e a participação na Sociedade de Estudos Políticos de São Paulo. O ISEB também recebe subvenções da CAPES, cujo secretário-geral era Anísio Teixeira (p. 109).

fundada a Revista Brasileira de Ciências Sociais sob a direção de Julio Barbosa⁹⁹, a qual, muito por influência de seu “animador”, privilegia a temática do desenvolvimento econômico e social do Brasil¹⁰⁰.

Além da diversificação e organização de institutos diversos ligados as ciências sociais, tais como, o Instituto de Ciências Sociais (1961) vinculado a Faculdade de Filosofia (1943) da Universidade da Bahia, o Instituto Joaquim Nabuco (1949) em Pernambuco criado sob o comando de Gilberto Freyre, a divisão de Antropologia do Museu Goeldi fundada por Eduardo Galvão, o período entre o fim do *Estado Novo* e o “golpe militar” de 1964 foi permeado por um conjunto de redes de pesquisa. Entre as principais, podemos destacar: as pesquisas sobre relações raciais no Brasil¹⁰¹, realizadas com o apoio da UNESCO e em convênio com a Universidade de Columbia, que se iniciaram na Bahia sob a coordenação de Anísio Teixeira, Luiz Costa Pinto e Thales de Azevedo¹⁰²; os *cursos de formação de pesquisadores sociais* organizados por Darcy Ribeiro no Museu do Índio com a participação de Eduardo Galvão, Castro Faria e Pedro Limas, e a organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) em 1956 e, posteriormente, dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), ambos vinculados ao INEP, cujo diretor era Anísio Teixeira, contaram com a participação de Oracy Nogueira, Aparecida Joly Gouveia, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, entre outros; pesquisas sobre urbanização e industrialização organizadas por Darcy Ribeiro com a participação de pesquisadores do Rio e de São Paulo, entre os quais, Jacques Lambert, Evaristo de Moraes Filho, Florestan Fernandes, Alice Canabrava, José Francisco Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Eunice Durham e Luiz Pereira.

Entre a ampliação dos espaços de atuação intelectual e as transformações sociais decorrentes do desenvolvimento econômico, os intelectuais encontram-se duplamente engajados no debate “acadêmico” acerca da interpretação do Brasil e dos processos em curso, e nos movimentos de “conscientização” vicejantes no espaço político. Este período é marcado pela polarização entre “povo” e “inimigos do povo”, que marca o engajamento dos intelectuais na defesa dos “interesses” nacionais. Neste movimento “fundam classes”, “forjam a ideologia”, inserem-se como porta-vozes do “povo” e “pedagogos” da emancipação. A

⁹⁹ Julio Barbosa foi catedrático de Sociologia no ISEB, tendo substituído Guerreiro Ramos, foi também um dos principais articuladores dos convênios com a Fundação Ford para a criação do departamento de ciência política da UFMG.

¹⁰⁰ Cf. ARRUDA, 1989.

¹⁰¹ Tem início em 1948 na Bahia e se estendem para Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

¹⁰² Realizou-se em Salvador, no ano de 1955, a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia, na qual estavam presentes, Donald Pierson, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros.

“conscientização” passa a ser “estar na ordem do dia”, projeto no qual se engajam, de diversas modalidades e por diversas vias, “as elites intelectuais paulistas”¹⁰³, a “intelligentsia carioca”¹⁰⁴ e os estudantes¹⁰⁵. Nesta “marcha ao povo” o “populismo intelectual” ganha seus contornos mais claros e expressa-se na “crença” da conversão política das massas por meio da intervenção da “ideologia”.

Multiplicam-se os movimentos culturais e de “contestação”. Neste período surge o Centro Popular de Cultura (CPC) criado pelos integrantes do Teatro de Arena de São Paulo, cujos principais animadores foram Oduvaldo Viana Filho e Gianfrancesco Guarnieri. O primeiro diretor e principal teórico do CPC foi Carlos Estevam Martins¹⁰⁶. Em Recife, sob os auspícios de Miguel Arraes cria-se o Movimento de Cultura Popular (MCP), no qual figuram nomes como Paulo Freire e Ariano Suassuna. Os movimentos católicos também se reorganizam neste período, principalmente, pós Concílio Vaticano II, uma cisão interna faz surgir o movimento da esquerda católica¹⁰⁷, coordenado, principalmente, por Dom Helder Câmara, este movimento vai estar na origem da Ação Popular (AP), na qual destacaram-se Herbert José de Souza, José Serra, Vinícius Caldeira Brant entre outros. Todos estes movimentos de “contestação” e “ruptura” são permeados pelas redes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por meio destes processos, abrem-se diversas vias de apoio e interação intelectual e militante e o “estudante universitário” passa a figurar como ator político por excelência. O conjunto de manifestações, entre as quais, a *Campanha em Defesa da Escola Pública* onde se engajam Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Júlio Mesquita Filho, Anísio Teixeira, Almeida Junior, Lourenço Filho, Paulo Duarte, Fernando Henrique Cardoso, Rui Galvão, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Ruth Cardoso, Roberto Cardoso de Oliveira, Oracy Nogueira, Darcy Ribeiro, Renato Jardim Moreira, Azis Simão entre outros, as *marchas* organizadas pela UNE em parceria com os “movimentos operários”, a *Campanha da Legalidade* cujo principal líder fora Leonel Brizola, constituem-se como arena de disputas político-intelectuais. Além disso, a crescente radicalização das posições políticas pós 1961, o Comício da Central do Brasil, e a resposta através da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, constituem um processo de “injunção social e política” sem precedentes, que vai se transferir para o âmbito universitário

¹⁰³ Como se auto-denominavam, já na década de 1920, os intelectuais que circundam o grupo *d'O Estado* em São Paulo.

¹⁰⁴ Auto-denominação dos intelectuais vinculados ao ISEB.

¹⁰⁵ Encampados nos movimentos católicos e na união estudantil.

¹⁰⁶ Carlos Estevam Martins fora vinculado ao movimento estudantil e a UNE, atuou como assistente de Álvaro Vieira Pinto no ISEB, e foi um dos fundadores do CPC, sendo o redator de seu manifesto de fundação.

¹⁰⁷ Dentre os quais pode-se destacar a Juventude Universitária Católica (JUC), cuja liderança “intelectual” é atribuída ao padre jesuíta Henrique Lima Vaz.

através de um repúdio as “ciências burguesas” e a qualquer “autor” que não estivesse vinculado aos paradigmas de contestação e ruptura política e social (PÉCAUT, 1990).

4.1 Definição dos padrões de apresentação

O material analisado possibilitou a divisão em “padrões de apresentação” a partir de espaços de relações sociais, a saber: o primeiro se define a partir do CEBRAP, o segundo da “universidade” e o terceiro da “militância”. Embora com toda chance de incorrer no erro da redução, visto que, por diversas vezes, as “lógicas” acionadas pelos agentes para a conquista de “postos” de notabilidade na hierarquia “profissional” não são excludentes e sim complementares, optou-se por uma exposição com base em “pontos de referência” específicos.

Os espaços nos quais os agentes sociais “ampliam” suas redes de reciprocidade foram tomados como “princípio de divisão” e “exposição” do material. Para tanto, são observadas as dinâmicas de “inserção” e a “adesão” a determinadas *redes de relações sociais* estruturadas, principalmente, através de centros de pesquisa, da universidade e da “militância”. As divisões foram estabelecidas com relação à significância que espaços de relações específicos têm no conjunto dos trajetos individuais e nos deslocamentos operacionalizados a partir do acionamento de *redes de reciprocidade* “conquistadas” *na e pela* inserção em determinados grupos ou espaços sociais.

No primeiro caso, a significância institucional do CEBRAP está vinculada às *redes* que se entrecruzam sobre o “rótulo” desta instituição e aos “recursos” ligados aos trajetos individuais de seus membros-fundadores. Mais especificamente, a *multiposicionalidade* dos “dirigentes” do centro de pesquisa respaldam as relações que se estabelecem com diversos grupos sociais e multiplicam a gama de recursos passíveis de serem acionadas a partir de *redes de reciprocidade e reconhecimento*. Para o caso em pauta, a inserção na instituição como “estratégia” de ampliação das redes de relações e, conseqüentemente, do conjunto de mobilizações possíveis de serem operantes em várias frentes foi, tomado como critério definidor.

O conjunto de relações que se objetivam sob os espaços definidos como “universitários” estão fundamentados no “capital de relações sociais” que estrutura as “trocas” que estão na base da ocupação de determinados “postos” ou na conquista de “vagas”

no interior destas instituições. Embora muitas das *redes* acionadas tenham origem “fora” do “espaço universitário”, como lugar estruturado a partir das posições ocupadas nas instituições de ensino superior, focaliza-se, nesta exposição, as relações de troca que se definem pelo acesso diferenciado as “posições” no interior das instituições de ensino e pela *brokerage* operacionalizada pelos diferentes agentes sociais.

O item caracterizado pela palavra “militância” é, certamente, o mais problemático. Primeiro porque corre-se o risco do uso ordinário da “palavra”, segundo, porque o “processo” aqui referido está direcionado aquelas relações que se configuram, preferencialmente, fora dos espaços institucionais dos centros de pesquisa ou da universidade, *strictu sensu*. Ou seja, as *redes* apreendidas nesta divisão referem-se aquelas que tem seu fundamento – ou base – nas atuações em movimentos sociais.

4.1.1 Multiposicionalidade em redes e ascensão “profissional” a partir do CEBRAP

A radicalização chega ao ápice com o AI-5. As “cassações” decorrentes do ato institucional representam o “desmanche” do “grupo de Florestan”, em torno do qual estruturava-se a “escola sociológica paulista”. Neste mesmo processo, a reforma universitária de 1968 reestrutura as dinâmicas internas da universidade, extinguindo a cátedra, aglutinando as faculdades em universidades, reorganizando a estrutura curricular e “fixando” critérios de controle e produtividade “acadêmica”.

Neste contexto de crise, a fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969, constitui-se como um projeto de organização institucional destinada a atuar no “combate a ditadura”, e a manter atuantes no quadro das transformações políticas e sociais que ocorriam no Brasil, um grupo de sociólogos cujo líder personificava-se em Fernando Henrique Cardoso. Muito mais que um centro de pesquisa, o CEBRAP funciona como “potencializador” das “redes de relações” e das “estruturas de dominação” internas ao “campo das ciências sociais”.

Contando também com professores ainda atuantes no quadro da USP e de outras universidades o CEBRAP, cujo núcleo de fundadores fora composto por, Juarez Rubens Brandão Lopes, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, José Arthur Giannotti, e Fernando Henrique, consolidar-se-á como um centro aglutinador de “forças políticas”. Além do núcleo inicial, receberá, em seus primeiros anos de atuação, a

adesão de Cândido Mendes¹⁰⁸, Vilmar Faria, José Reginaldo Prandi, Francisco Weffort, Bolívar Lamounier, Boris Fausto, Carlos Estevam Martins, Vinícius Caldeira Brant, Eunice Duhram, Luiz Werneck Vianna, José Serra, entre outros. Octávio Ianni também aderiu ao centro de pesquisa, mas o abandonou logo depois. Segundo Juarez Lopes, um dos fundadores do CEBRAP,

as relações entre seus fundadores eram antigas. Tinham sido cimentadas em ocasiões anteriores, tais como o movimento de reforma da universidade, ou na participação do grupo de discussão *d'O Capital*, ou na luta pela criação da FAPESP. Vários de nós estavam há tempos discutindo a viabilidade da criação de um centro de pesquisas externo a USP (*apud* ABRUCIO et al. 2006, p. 105).

As *redes* que se objetivam na organização institucional do CEBRAP, estão na base dos processo de recrutamento, organização interna e das relações com outras instituições e espaços de atuação. Neste sentido, a organização torna-se estruturalmente dependente dos recursos políticos e sociais do “grupo original” e de seus “auxiliares”, ou seja, constitui-se como um “jogo de afrontamentos práticos e simbólicos” (SAWICKI, 1997) entre seus membros, que visa impor os “princípios de ação” que estão na base dos processos de “adesão” ou “defecção”.

A primeira “baixa” no grupo do CEBRAP se dá com a saída de Octávio Ianni. Discordando da parceria com a Fundação Ford, este entra em conflito com Fernando Henrique Cardoso, e, após uma discussão sobre o “desenvolvimento” econômico na ditadura, evidenciam-se as rupturas ético-políticas que orientavam as tomadas de posição. A retomada do debate e das “tomadas de posição” que já se evidenciavam no interior da Cadeira de Sociologia I, quanto ao “desenvolvimento” correto associado a “democratização por baixo” ou a “representação política”, estruturam as “polarizações” e adesões a determinados grupos e “projetos políticos”¹⁰⁹. Assim, com uma sucessão de desacordos, Ianni abandona o centro de pesquisa, por compreender que este “não exercia mais sua função de combate a ditadura”¹¹⁰, e vai para o “exílio”, permanecendo fora do país até a segunda metade da década de 1970.

A viabilidade e sucesso do CEBRAP, como órgão aglutinador da “intelectualidade brasileira” no período ditatorial, está fundamentada no conjunto de redes e contatos externos que consegue mobilizar, a começar, pelos recursos financeiros conseguidos junto a Fundação

¹⁰⁸ Que desde os primeiros momentos de criação do *Centro* prestou seu apoio e colocou sua estrutura institucional a disposição para que o CEBRAP pudesse receber apoio financeiro (SORJ, 2001).

¹⁰⁹ Cf. CARDOSO, 2008.

¹¹⁰ Cf. SORJ, 2001.

Ford e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Principal articulador da parceria, Fernando Henrique Cardoso dispunha de conhecimento do “mundo das fundações”, adquirido a partir de sua participação na CEPAL e, conseqüentemente, da circulação interna a ONU. O contato com Peter Bell, “que se tornaria um bom amigo” é fundamental para a consolidação da “cooperação”¹¹¹, e para a garantia da maior dotação financeira da Fundação Ford para um centro de pesquisa privado. Contabiliza-se mais de 2 milhões de dólares¹¹².

Na base dos contatos externos estão, as ligações com o IUPERJ, legitimada pela “amizade” de Fernando Henrique com Candido Mendes, com os economistas da FGV/RJ e da PUC-Rio, com a UFMG, com a UFRJ, com a “esquerda católica”, com a USP, com o MDB e com um “grupo” de empresários e políticos paulistas, tanto governistas como de oposição¹¹³. Além disso, os “mesões” funcionam como centro do debate político do período e como principio de constituição de alianças, tanto em nível nacional, quanto em nível internacional¹¹⁴.

Após a afirmação do grupo inicial, “outros, mais no início de carreira, foram incorporados, trazidos pelos membros do grupo central”. Dentre os quais, Luiz Werneck Vianna e José Reginaldo Prandi. Descendente de família tradicional do Rio de Janeiro, Luiz Werneck Vianna, após “advogar” no escritório de “um grande advogado”, que tinha sido “muito amigo” de seu pai, ingressa no curso de ciências sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) em 1964. Neste mesmo ano, faz parte, como aluno regular, do ISEB, participa do CPC e do PCB. Forma-se em 1967 e passa a integrar o Departamento de Sociologia da PUC/RJ, onde trabalha com “Elisa Reis, Antônio Carlos Peixoto, Luiz Costa Lima, entre tantos outros”.

Este período é marcado pela radicalização política e, principalmente, pós-1968, pela emergência de “grupos” vinculados a luta armada. Como destaca Luiz Werneck Vianna, “quando estava concluindo o segundo ano do mestrado” no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1970, os “agentes da repressão” invadiram o instituto e “vieram me prender”, “abandonei tudo” e “fiquei um pouco na clandestinidade em São Paulo e, “de lá me rebocaram para o Chile, onde permaneci por um ano” (*apud* ABRUCIO *et al.* 2006, p. 165). Werneck volta ao Brasil em 1971 e, após chegar ao Rio de Janeiro, foi preso

¹¹¹ Cf. CARDOSO, 2008.

¹¹² Cf. MICELI, 1993.

¹¹³ Pode-se destacar, José Mindlin, Celso Lafer, Sergio Mota, Oswaldo Gusmão, Paulo Egídio e Severo Gomes.

¹¹⁴ Nos anos da década de 1970 passaram pelo CEBRAP: Albert Fishlow, Albert Hirschman, Alain Touraine, Mario Vargas Llosa, Jorge Baldan, Alfred Stepan, Mário Soares, Enzo Faletto, Mauricio Font, Daniel Pécaut, Maria Conceição Tavares, Thomas Skidmore, Perry Anderson, Edilberto Torres-Rivas, Peter Evans, Harry Makler, entre outros.

por seis meses, ao sair da cadeia, “volta a advogar” com seus colegas cariocas, posteriormente, recebe um convite para ir a São Paulo. O acionamento das redes formadas na militância política e no exílio levam-no a capital paulista, pois tinha “grandes amigos lá”.

Toquei a campainha [...] Estevam veio à porta e me deu um abraço. ‘Como está?’ Eu disse: ‘Sem emprego’. Ele pegou o paletó e me levou a casa do Fernando Henrique Cardoso. Na mesma hora Fernando disse que eu estava empregado. [...] Estevam, então, me apresentou ao Francisco Weffort. Em menos de quinze minutos, em um botequim de São Paulo, eu já estava aceito como doutorando da USP e, dois dias depois, já havia conseguido uma bolsa da FAPESP. [...] Mas Fernando e Weffort fizeram isso por dezenas de pessoas – sou um caso, apenas um exemplo da generosidade daqueles, então, jovens professores (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 166-7).

As estratégias de “inserção acadêmica” legitimadas pela “troca desinteressada”, ou pela “amizade instrumental”, são significativas na estruturação das redes de reciprocidade e na consolidação de apoios diversos. Justamente porque o imperativo da retribuição está fundado na “moral do desinteresse” e do “gratuito” (BRIQUET, 1999), tem toda chance de se impor como princípio de afirmação do grupo por meio da “auto-afirmação” do agente e de sua relação com o grupo.

Atuando internamente ao CEBRAP, Werneck Vianna alia-se a Fernando Henrique na aproximação com o MDB. Cardoso havia se engajado, juntamente com Fernando Gasparian, na “imprensa política de oposição” e, a partir de 1974, estreita relações com o MDB. Convidado por Pedro Simon, Cardoso proferiu uma série de conferências, em conjunto com Giannotti, no Sul do Brasil. Neste mesmo ano, aproxima-se de Ulisses Guimarães, Orestes Quércia e Franco Montoro em São Paulo, que, juntamente com Tancredo Neves, inserem o CEBRAP no interior do “partido”. Segundo Vianna, a idéia do Ulisses era mobilizar a “inteligência de São Paulo, que, naquele momento, era crucial à atividade político-eleitoral de oposição ao regime militar”, assim, a “grande jogada” de Fernando Henrique foi colocar o CEBRAP como “intermediário” das relações entre a “intelectualidade paulista” e o MDB.

Desta aliança surge à elaboração do Programa do partido para as eleições de 1974, subscreveram a comissão de elaboração Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Francisco de Oliveira, entre outros. Nesta relação consolida-se a “adesão” de Cardoso ao MDB e este passa a figurar como umas das lideranças internas do partido, fato que o autoriza a pleitear um cargo no Senado em 1978 e a prefeitura de São Paulo em 1985.

No caso de José Reginaldo Prandi, a inserção no CEBRAP se dá via engajamento em um grupo de pesquisa. Após cursar o primário e o científico, vai para São Paulo e ingressa na

Faculdade de Medicina Veterinária da USP, em 1965. No mesmo período estava sendo criado o Centro Universitário Fundação Santo André, no qual inicia o curso de ciências sociais em 1967. Por volta deste ano, participa de uma pesquisa coordenada pelo Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (Cedip), vinculado a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, o centro estava ligado à Cátedra de Estatística, cuja responsável era Elza Berquó. O Cedip contava também com a participação de Paul Singer e Cândido Procópio Ferreira de Camargo, constituindo-se em um dos palcos de discussão para a formação do CEBRAP.

A importância do “grupo de pesquisa” resume-se as *redes de sociabilidade* constituídas a partir dele, por meio das quais, Prandi aproxima-se de “Elza Berquó, Paul Singer, Candido Procópio e João Yunes, que era da Faculdade de Medicina e depois foi secretário de governo e representante do Brasil na Organização Mundial da Saúde”. Na mesma época, “José de Souza Martins ia fazer seu doutoramento sobre desenvolvimento agrícola no Vale do Paraíba” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 293), como a equipe que estava fazendo a amostragem para a pesquisa era vinculada ao Cedip, Prandi engaja-se como auxiliar de pesquisa de Martins, e assim, potencializa suas relações internas a Universidade de São Paulo.

Com as aposentadorias compulsórias, Elza Berquó e Paul Singer são cassados e transferem seu núcleo de atividades para o CEBRAP, além disso, o primeiro presidente deste novo centro de pesquisa é Candido Procópio Ferreira de Camargo. Deste modo, Prandi tinha os “dois pés no CEBRAP: um pela Sociologia da Religião, com o Procópio, e outro pela Estatística, com a Elza” (*idem*, p. 295). Atuando no CEBRAP desde sua formação, inicia o mestrado na USP, sob a orientação de Aparecida Joly Gouveia e passa a trabalhar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), universidade com a qual “havia uma grande integração”. Muitos dos pesquisadores que trabalhavam no centro de pesquisa também figuravam nos quadros profissionais da Pontifícia de São Paulo, dentre estes estavam, Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Andrea Rios Loyola, Candido Procópio e Prandi. A *multiposicionalidade* institucional era tal que, não raro, professores compunham os quadros da USP, da PUC/SP e do CEBRAP, como era o caso de Lamounier e Candido Procópio.

As relações com os “movimentos católicos” se estruturam em uma confluência de vetores que permeiam tanto o CEBRAP quanto a USP. No primeiro, as relações com Paulo Evaristo Arns se fundamentam, por um lado, na amizade deste com Candido Procópio¹¹⁵ e Fernando Henrique Cardoso, por outro, nas pesquisas desenvolvidas junto a Igreja Católica

¹¹⁵ Membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

por Reginaldo Prandi e Antonio Flavio Pierucci¹¹⁶. No caso da USP, o principal expoente dos contatos com a “esquerda católica” é Jose de Souza Martins, através de ligações com Pedro Wilson Guimarães e, por intermédio deste, com Dom Pedro Casaldáliga, Martins vincula suas pesquisas a “militância” no interior dos “movimentos católicos”. Com a “ajuda” de João Yunes, consegue autorização viajar juntamente com o “Serviço da Malária”, ligado ao Ministério da Saúde, o que facilita seu deslocamento pelos estados do Mato Grosso, Rondônia, Pará e Maranhão para acompanhar as “caravanas” da Pastoral da Terra. Posteriormente, em decorrência destes vínculos, vai se tornar assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Concomitantemente a centralização dos “debates intelectuais” e das “intervenções políticas” em torno do CEBRAP, a dinâmica interna da USP mantém seu funcionamento. Embora reestruturada pela reforma universitária, o “legado” da Cadeira de Sociologia I é sustentado por Luiz Pereira, que assume as tarefas administrativas de Florestan, Ianni e Cardoso, ficando também responsável pela conclusão das orientações em andamento, principalmente as de Gabriel Cohn e José de Souza Martins.

Luiz Pereira envolveu-se em luta forte, até certo modo, heróica, em defesa de uma Sociologia crítica de forte inclinação marxista. Ele podia, tinha densidade intelectual excepcional, e queria manter isto na Universidade. Ele tinha um compromisso e, por isso, combateu até o último alento a institucionalização das Ciências Sociais, nos moldes em que ela acabou se realizando. (COHN *apud* BASTOS *et alli*, 2008, p. 79-80)

Segundo Cohn, esta resistência a transformação e a adequação as diretrizes da reforma universitária estava vinculada aos vínculos “amizade” e “lealdade” entre Luis Pereira e Florestan. O “grupo” da Cadeira de Sociologia I estava enfraquecido com o afastamento de seu “líder” Florestan Fernandes, o que facilita a ascensão do “outro grupo” que, embora jamais tivesse tido uma liderança explícita, “reunia intelectuais de valor” tais como: Ruy Coelho, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Azis Simão, Douglas Teixeira Monteiro (COHN *apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 120). A resistência de Luis Pereira estava associada à convicção de que Florestan retornaria ao seu posto na USP, convicção sustentada também pelo próprio Florestan que, antes de engajar-se na atividade político-partidária, alimentava as esperanças de retornar a USP¹¹⁷.

¹¹⁶ Ex-seminarista, graduado em Filosofia pela PUC/SP e Especialista em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma/Itália. Foi orientado por Candido Procópio no mestrado e por José Reginaldo Prandi no doutorado. Atualmente é professor titular da USP.

¹¹⁷ Cf. FERNANDES JUNIOR e FERNANDES, 1995.

Após a conclusão do mestrado, Prandi presta concurso para o Departamento de Sociologia da FFCL, dentre as vagas abertas no concurso, candidata-se a disciplina de metodologia, a qual era coordenada por sua orientadora e por Oracy Nogueira, Depois de aprovado, precisa convencer o “coronel”, responsável pela tutela à USP, de que “não representava perigo” e que poderia ser nomeado professor. O ingresso na USP foi difícil e evidenciou a “ruptura” entre dois “legados”. Com origem no CEBRAP e vinculado aos “aliados” de Fernando Henrique Cardoso, fora recebido com desconfiança por Luiz Pereira e pelos “intelectuais” ligados a “herança fantasma” da Cadeira de Sociologia I, que “continuava a marcar território”. De acordo com Prandi, receberam-no como se “estivesse ali a mando de Fernando Henrique”, como espião.

Atrelado as *redes* institucionais e respaldado pelas relações com Aparecida Joly Gouveia, Oracy Nogueira, Candido Procópio e Vilmar Faria, Prandi exerce um papel significativo na “transformação institucional” da USP com vistas a sua adequação aos novos padrões exigidos pela Capes. Atuando sob a “proteção” de Azis Simão, que o investe como “coordenador interino”, coloca o “departamento de Sociologia no âmbito de atuação das agências Capes e CNPq”, para isso, conta com o “monitoramento” de Aparecida Joly Gouveia, Candido Procópio e Vilmar Faria, que assumem, sucessivamente, cargos administrativos na Capes (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 299-300).

A intersecção de um conjunto de *redes de relações* mediadas, estão na base da ocupação de cargos institucionais e do acesso as posições de “notabilidade”. Além disso, a inserção neste “fluxo” de trocas é retroalimentado pela estrutura das *redes* em cascata, ou seja, existem níveis hierarquizados de acesso que são mediados pelo “capital de relações sociais”. Deste modo, “há sempre uma rede de relações personificadas de reciprocidade subjacente ao elenco de títulos e postos que compõem as trajetórias” (CORADINI, 1997d, p. 273).

Além das *redes* de mediação entre as agências de fomento estruturadas em torno da *multiposicionalidade* de Prandi, Procópio e Faria, a atuação de Fernando Henrique e outros intelectuais, por meio do CEBRAP, é fundamental para a consolidação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), e para o controle de recursos institucionais vinculados a Fundação Ford da qual participam, na segunda metade da década de 1970, como responsáveis pela Comissão de Bolsas, Ruth Cardoso, Boris Fausto, Juarez Lopes, Bolívar Lamounier e Fabio Wanderley Reis.

A articulação para formação da associação se inicia em 1972, quando Mário Brockmann Machado¹¹⁸ redige os primeiros esboços de um estatuto destinado a formação de uma associação de pós-graduação. A criação da associação foi capitaneada pelo IUPERJ e pelo CEBRAP e apoiada pela Fundação Ford. As articulações culminam com a formação da primeira diretoria provisória formada por Francisco Weffort e Olavo Brasil de Lima Junior, respectivamente, presidente e secretário-executivo. Além destes, participam da “mobilização” Otávio Velho, Cândido Mendes, Bolívar Lamounier, Fabio Wanderley Reis, entre outros. Com a chapa composta por “sugestão” de Fernando Henrique, não há oposição e a primeira diretoria é eleita por aclamação. Como destaca Wanderley Guilherme dos Santos, Weffort e Cardoso foram os únicos “convidados” de São Paulo para a “legitimação” da associação.

Olavo cautelarmente convidou, de São Paulo, somente Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Quem reclamaria? Reclamar como, sobretudo quando demais assuntos resolvidos, o avalista e apresentador da chapa disposta a compor a primeira diretoria da associação foi justamente o professor Fernando Henrique Cardoso. A chapa – Francisco Weffort, presidente; Olavo Brasil de Lima Jr., secretário-executivo – foi aprovada por aclamação. Golpe de mestre – uma das raras ocasiões em que a raposa presta serviço as uvas. Estava criada a Anpocs (SANTOS, 1999, p. 4).

De tal modo, a *multiposicionalidade* dos agentes em redes de reciprocidade reforça e respalda suas “carreiras” na ocupação de cargos de direção e “honorabilidade” e, ao mesmo tempo, reforça os vínculos institucionais por meio da permeabilidade das redes que os atravessam. As relações multiposicionais estruturam as relações de poder e as possibilidades de intervenção e atuação em diversos espaços específicos. Do mesmo modo, a inserção em relações de troca permite a ampliação do escopo de ação de determinados “grupos” que passam a ocupar, estrategicamente, todas as funções centrais nas instituições de representação, nos centros de pesquisa e nas universidades.

¹¹⁸ Mário Brockmann foi diretor da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e do Instituto de História Social Brasileira da Universidade Cândido Mendes. Foi também subsecretário do Ministério da Educação e Cultura, diretor do CNPq e da Capes.

4.1.2 Multiposicionalidade em redes e ascensão “profissional” a partir da “universidade”

Os contatos iniciais estabelecidos por Sérgio Miceli com o “grupo de Florestan Fernandes” são intermediados por Octávio Ianni, e facilitados pela “conquista” de uma bolsa de estudos da Capes, intermediada pelos contatos de sua mãe com José Arthur Rios, diretor da instituição.

Sergio Miceli Pessoa de Barros nasceu em 1945, no Rio de Janeiro. Descendente, por parte de mãe, de uma família de imigrantes italianos com inserção na alta burocracia do estado, o avô era “empreiteiro de obras”, arregimentava “mão-de-obra nas colônias italianas”, seu tio fora “secretário de Estado”, “procurador-geral do Estado”, “redator-chefe do jornal *Correio da Manhã*” e responsável pelo “financiamento” dos estudos dos sobrinhos. A família de seu pai, era de “Resende, Barra do Pirai”, tinham “umas terras e um hotel”. Segundo Miceli, seu pai morreu “na casa-grande em Santa Tereza, perto da Igreja”. Seu trajeto escolar perfaz-se no Colégio São Bento e no Andrews, ambos “colégios de elite”, ingressa na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1964, no curso de ciências sociais, sendo “logo aliciado pelo lado cristão”¹¹⁹ (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 219-222).

Formado em 1967, ingressa no mestrado em Sociologia na USP em 1968 com a pretensão de “ficar uns dois anos” em São Paulo, visto que seu “grupo” era do Rio de Janeiro, formado por: Lygia Sigaud, Alice Rangel, Marilena Diegues, Manoel Diegues, Sebastião Lacerda (filho de Carlos Lacerda), Gilberto Velho e Yvonne Maggie. Em São Paulo, inicia um projeto de estudo sobre o “tropicalismo”, mas o “objeto” de pesquisa é barrado por Florestan Fernandes. Com as aposentadorias compulsórias Miceli, volta a carga sobre os professores remanescentes para conseguir definir seu próprio “objeto”. Inicia sua orientação com Luiz Pereira, mas “depois de uns comentários meio atravessados”, troca de orientador e passa a ser orientado por Leôncio Martins Rodrigues, que era seu “amigo”.

Depois de lecionar em “Marília” e “Araraquara”, Miceli presta concurso para a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, iniciando sua carreira “acadêmica” nesta universidade ao lado de José Carlos Durand. Nascido em 1941, José Carlos Garcia Durand é filho de “funcionários burocráticos, escreventes” do Fórum Criminal de São Paulo, segundo ele, o “capital da família” de sua mãe “estava situado [...] no alto Judiciário”, através deste recurso, ele, seu irmão e sua mãe conseguiram “emprego” após a morte de seu pai em 1954. Seu trajeto escolar pré-universitário compreende a realização do primário em um “Grupo

¹¹⁹ Segundo Miceli, havia uma tensão entre cristãos e comunistas no interior na PUC/RJ.

Escolar, no Cambuci, o ginásio no Colégio Estadual Alexandre Gusmão” e o colegial no Colégio Estadual Presidente Roosevelt. Ingressa no curso de ciências sociais da USP em 1963, formando-se em 1966 (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 184).

José Carlos Durand teve intensa participação no Centro Acadêmico da USP e, atuando juntamente com Bolívar Lamounier, Otávio Velho e Amaury de Souza, engaja-se na “luta” pela regulamentação da “profissão de sociólogo”, no final dos anos de 1960. Neste período, trabalhava no Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Inese), emprego conseguido por intermédio de Octávio da Costa Eduardo, proprietário do instituto. Posteriormente vai trabalhar com pesquisa de mercado na Ideal Standard, por indicação de Sedi Hirano. Em fins de 1967, após “conversar com alguns professores das ciências sociais” da USP e com a ajuda de Luis Pereira presta concurso para “técnico de planejamento” do Estado de São Paulo, aprovado, começa a trabalhar no Grupo Executivo da Grande São Paulo (Gegran). Por intermédio deste trabalho conhece Manoel Berlinck, que o “convida para dar aula na Fundação Getúlio Vargas, em um curso avulso para funcionários públicos” quando o curso acabou Berlinck “sugere” para que Durand faça o concurso para professor efetivo, no qual foi “aprovado”. No mesmo período que ingressa na FGV/SP, inicia o mestrado em Sociologia na USP, sob a orientação de Luis Pereira.

Deste modo, a FGV/SP torna-se um núcleo de *relações de reciprocidade* cujos nós são marcados pelas posições de Miceli e Durand. Através de relações de “aliança” estabelecidas por meio do casamento, Sergio Miceli aproxima-se de um grupo de intelectuais judeus que estavam ligados a Editora Perspectiva e, assim, viabiliza a tradução e publicação de um conjunto de textos de Pierre Bourdieu que vão formar a obra “A economia das trocas simbólicas”, publicada em 1972. Este vínculo inicial é significativo para a realização de seu doutorado na França, sob a orientação de Bourdieu, e para o contato posterior de José Carlos Durand com o “grupo” liderado por este “cientista social francês”.

Por volta de 1975, Sergio Miceli é convidado por um “grupo de amigos” capitaneados por Bolívar Lamounier e Maria do Carmo Campello de Souza, para compor o grupo de fundadores do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), convite também feito a José Carlos Durand, mas, ao contrário de Miceli, este não aceita. Ao mesmo tempo, desenvolve-se um projeto de pesquisa sobre lazer em São Paulo, estruturado no interior da FGV/SP e coordenado por Sergio Miceli, contava com uma equipe composta por Gisela Taschner, José Carlos Durand, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Cecília Forjaz e Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Descendente de uma família da “alta elite nacional”, Maria Arminda do Nascimento Arruda nasceu em Minas Gerais em 1949. Os vínculos de sua família estavam estruturados em torno do “latifúndio” e das “relações com a política”, como destaca, seus avós eram pessoas de muitas posses, o avô paterno era “possivelmente um dos homens mais ricos do Brasil naquele período, os três primeiros decênios do século XX”. Seu pai era formado em Agronomia em Viçosa, e foi “exercer a profissão em São Paulo”. No que se refere as origens escolares de Maria Arminda, cursou todo o primário e parte do secundário em um “colégio de freiras” em MG, com a mudança para São Paulo por volta de 1966, passou a freqüentar um colégio estadual, onde se envolveu “com um grupo de estudantes muito politizado” e começou a participar de um “movimento trotskista” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 354/5). No ano de 1967, ingressou no curso de Sociologia da USP.

Maria Arminda entra na USP em fins de 1960 e forma um grupo de amigos com Orlando Miranda, Brasílio Sallum Junior e Gisela Taschner, esta última, “decisiva na construção compartilhada” das escolhas intelectuais. Após lecionar na PUC/SP e na Faculdade Farias Brito, transfere-se para a FGV/SP como pesquisadora a convite de Miceli.

Quando se inicia o projeto História das Ciências Sociais no Brasil, realizado pelo IDESP com financiamento da FINEP e coordenado por Miceli, este “convida” Maria Arminda para integrar o corpo de pesquisadores do centro. Como o projeto tinha uma grande “vazão” de publicações e as dificuldades para a viabilização de uma estrutura editorial estavam “atrapalhando” a produção, Miceli, sob “orientação de amigos”, decide abrir uma editora, a Editora Sumaré. Aproveitando-se dos contatos estabelecidos com Joan Dassin¹²⁰ por intermédio da Anpocs, viabiliza uma série de recursos para publicações, seminários e para a compra de uma sede para o IDESP¹²¹.

Em 1988, Maria Arminda é “incentivada” pelo bom “amigo” Sedi Hirano, a prestar concurso para uma vaga de docente na USP, sendo “escolhida”, passa a atuar nos quadros desta universidade. No ano seguinte, surge outra vaga para docente do Departamento de Sociologia da USP, “foi feita uma longa negociação”, capitaneada por Maria Arminda e Eva Blay, e chega-se a um consenso sobre o convite à Sergio Miceli, que abandona a FGV/SP e a Unicamp, na qual lecionava por intermédio de Vilmar Faria e dos contatos que fizera a partir da ANPOCS, para dedicar-se integralmente a Universidade de São Paulo.

Assim forma-se um grupo no interior da USP, composto por Sérgio Miceli, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Brasílio Sallum Junior, que já havia ingressado nos

¹²⁰ Diretora da Fundação Ford no Brasil.

¹²¹ Cf. ABRUCIO *et al*, 2006; MICELI, 1993.

“quadros funcionais” da USP em 1974. Colega de turma de Arruda, Brasílio Sallum nasceu em 1946 no Rio Grande do Sul, toda sua escolarização pré-universitária foi realizada em “um Colégio Jesuíta em Porto Alegre”. Após concluir o secundário, ingressa no curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1965, e em 1966, “por influência de um grupo de amigos” vai para o Chile onde permanece cerca de nove meses na Faculdade de Economia vinculada ao ILPES. Regressando ao Brasil, decide prestar vestibular para ciências sociais na USP, onde ingressa em 1967. Concluído o curso Ciências Sociais realiza uma pesquisa sobre “bóias-frias em Jaú (SP) com financiamento da FAPESP. Em 1973 ingressa como professor da ELSP e, ano posterior, como professor da USP. Foi diretor do Instituto de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política e, posteriormente, ingressa nos quadros do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), centro de pesquisa privado dirigido por Francisco Weffort.

A estruturação de *redes de relações* fundamentadas nas relações de *interconhecimento* e *inter-reconhecimento* provenientes da ocupação de posições institucionais concomitantes, ou hierárquicas, no interior das instituições de ensino superior e centros de pesquisa, cria um conjunto de “ligações duráveis” legitimadas por trocas materiais e simbólicas. Estas relações vão estar na base das posições ocupadas ao longo dos trajetos e na constituição de *redes de reciprocidade* que “atravessam” os espaços institucionais. Num espaço de intersecção destas redes está Bolívar Lamounier, “mestres de redes” que ligam instituições como a USP, o IUPERJ, a UFMG e a PUC.

Com a “amizade” estabelecida com Olavo Brasil de Lima Junior, Fabio Wanderley Reis, Simon Schwartzman e Bolívar Lamounier, Elisa Pereira Reis estrutura suas relações e inserções nas redes de mediação e de acesso as “instituições de ensino superior”. Nascida em Minas Gerais, no ano de 1946, Elisa Maria da Conceição Pereira Reis iniciara os estudos do “científico” em Uberaba, com vistas a cursar Engenharia, mas converteu-se a “causa revolucionária” e mudou-se para Belo Horizonte onde fez o clássico no Colégio Estadual de Belo Horizonte em preparação para o curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na qual ingressou em 1963. Formada em 1967, com a intermediação de Fabio Wanderley Reis consegue uma “bolsa” de estudos no Chile, onde ingressou no Instituto Latino-Americano de Doutrina e Estudos Sociais (ILADES), um instituto católico no qual funcionavam “um curso criado pelos jesuítas para a formação de lideranças [sindicais] na America Latina”, e um “curso de especialização em Sociologia do Desenvolvimento”. Concluiu o curso de Sociologia do Desenvolvimento, foi trabalhar na “formação de lideranças” vinculada ao “movimento jesuíta”. Em 1969, voltou Brasil e vai

para o Rio de Janeiro, “com o projeto de colaborar com os jesuítas que estavam criando o Ibrades” (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), no mesmo ano, com a “ajuda” de Bolívar Lamounier, ingressou como docente no Departamento de Sociologia da PUC/RJ, e, por intermédio de Simon Schwartzman ingressa no mestrado em Ciência Política no IUPERJ. Neste ínterim, atua também como assistente de Schwartzman na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Após o doutorado nos Estados Unidos, volta ao Brasil e ingressa no “quadro” de professores do IUPERJ.

Renato José Pinto Ortiz vai inserir-se nas *redes* de mediação que estruturam as posições nas instituições universitárias do período por intermédio de relações constituídas no exterior. Ortiz nasceu em 1947, seu pai “não terminou o ginásio” e trabalhava como representante comercial no Vale do Paraíba, sua mãe, era graduada e havia cursado pós-graduação em educação física, trabalhava como professora secundária em uma escola estadual de São Paulo. Segundo ele, após a morte de seu pai, em 1955, sua mãe passou a se preocupar em “dar” uma profissão ao filho, deste modo, depois de completar os estudos ginasiais, entrou na Escola Prática de Agricultura Agrária em Pirassununga, onde permaneceu em regime de internato por três anos. Depois de concluir o “curso técnico” ingressou na Escola Politécnica em 1966, na qual permaneceu quatro anos no curso de Engenharia, após a morte de sua mãe, sem prestar os exames finais, segue para a França, ingressando, em 1970 no curso de sociologia da Université de Paris – VIII. A transformação no percurso universitário está associado a “ascensão da discussão política” que revestiam as “ciências sociais” com uma “aura de contestação” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 315). Na França concluiu sua graduação, mestrado e doutorado. Por indicação de Roger Bastide, que foi seu orientador no doutorado, atuou como professor na Bélgica, e, também por intermédio deste e de Henri Desroche, conheceu Maria Isaura Pereira de Queiroz, que se oferece para “ajudá-lo” caso quisesse voltar ao Brasil. Esta relação com Maria Isaura permite que inicie uma “sondagem” das possibilidades de atuar no Brasil, após ter tentado trabalhar na Universidade Federal do Ceará e na da Paraíba, dirige-se para São Paulo onde permanece alguns meses sem emprego, até que é “convidado” para trabalhar na UFMG. Participa, como dirigente, das mobilizações da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), em fins de 1970 e, em meados de 1980, retorna a São Paulo a “convite” de Candido Procópio para lecionar na PUCSP. Na Pontifícia trabalhou com “excelentes colegas como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, todos capitaneados por uma pessoa fantástica, Carmem Junqueira” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 320). Posteriormente, através do acionamento de relações com

Candido Procópio e Vilmar Faria, consegue a “indicação” para tornar-se professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

As relações de “troca” internas a universidade se estruturam mediadas por determinadas relações de reciprocidade e de reforço de *redes* anteriormente constituídas. Deste modo, subjacente a ocupação de “postos” no interior das instituições de ensino superior estão as *redes de reciprocidade* estruturadas a partir do *inter-reconhecimento* e da “renovação” constante das “trocas” materiais e simbólicas. Neste sentido, as *redes* pré-estruturadas vão orientar as conexões futuras e legitimar um tipo de “racionalidade distintiva” (ELIAS, 1993) baseada na “celebração” de determinadas relações e “trocas” de favores.

4.1.3 Multiposicionalidade em redes e ascensão “profissional” a partir da “militância”

Ao mesmo tempo, neste contexto de radicalização política pós-1964 e de participação intensa de estudantes nas mobilizações contra a ditadura, o MDB e os “movimentos da esquerda católica” funcionam como “aglutinadores” das iniciativas de “contestação” ao regime. Assim, o caráter de “novidade política” é significativo às *redes* de mobilização e à convergência de interesses e de “líderes” em direção a “espaços de relação comuns”. No caso específico das ciências sociais, São Paulo constituía-se como o “caminho das pedras” para a união entre, a “militância estudantil” e a “instrumentalização das tomadas de posição” conferida pelas “ciências sociais”. Como destaca Schmidt, a partir do conjunto de mobilizações em que a USP estava envolvida, mais especificamente o “grupo de Florestan Fernandes”, cria-se a “imagem social” de contestação a ditadura e “todos nós nos imaginávamos fazendo pós-graduação na USP” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 204).

Após a reorganização do sistema partidário através da promulgação do AI-2, o MDB passa a se configurar como principal palco da oposição a ditadura militar. Estruturando “redes” de debates e resistência por meio das quais promovia a circulação de “intelectuais”, para discutir os problemas “políticos” e “sociais” decorrentes da ditadura, o MDB consolida-se como o principal, e único, centro aglutinador e articulador das redes legais de “militância” contra o “regime autoritário”. Neste processo, estreita-se a relação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, principalmente, por meio de fomento do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), órgão vinculado ao MDB e coordenado por Andre Foster no Rio Grande do Sul.

Sob a batuta do IEPES e de Foster, que também estava vinculado a Associação Gaúcha de Sociologia, organizam-se encontros semiclandestinos com os “intelectuais” da USP, dos quais participam Benício Schmidt e José Vicente Tavares dos Santos. A partir disso, estreitam-se as “relações políticas e acadêmicas” com Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, Luiz Pereira, entre outros.

As “muitas viagens para São Paulo” para “entrevistas e aconselhamentos” com os “intelectuais uspianos” estruturam as dinâmicas de centro e periferia, a nível nacional, que vão estruturar as relações de “poder” no “campo das ciências sociais”. Benício Viero Schmidt nasceu no Rio Grande do Sul em 1944, seu pai era “farmacêutico” e, segundo ele, “sonhava em ver o filho formado em medicina”. Envolvido diretamente com a política estudantil secundarista, era militante e coordenador da Ação Católica e da Ação Popular (AP) e um dos “líderes” da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS), a militância o levou a desistir da Medicina para cursar Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Após este período inicial de “formação” militante e formado em Direito em 1967, Schmidt vai para Belo Horizonte cursar o mestrado em Ciência Política na UFMG. Lá, entra em contato com Julio Barbosa, Antônio Octávio Cintra, Fabio Wanderley Reis, José Murilo de Carvalho e com o norte-americano Frank Bonilla, que vem a ser seu orientador. Após concluir o mestrado, segue para Stanford.

Fazendo o doutorado nos Estados Unidos, concluído no final da década de 1970, Benício Schmidt insere-se no Instituto de Ciências Sociais de Stanford, onde fazia o doutorado e, a partir dos vínculos com o diretor deste instituto, “surge” a oportunidade de indicar um docente brasileiro para ser “professor-visitante” na universidade. Diante disso, indica os nomes de Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso para o preenchimento do cargo, o último é escolhido. Assim cria-se a oportunidade de estruturar “relações com um grande amigo de jornadas de porão acadêmico e conhecer a, já renomada e gentil, professora Ruth Cardoso (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 206). As relações estruturadas na “militância” e nos encontros patrocinados pelo MDB reestruturam-se em um sistema de “trocas” que vão permear o trajeto de Schmidt. No trânsito entre a realização do doutoramento em Stanford e a inserção como docente no Departamento de Ciência Política da UFMG e, posteriormente, do Programa de Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (Propur), Schmidt é convidado por Fernando Henrique Cardoso para compor o quadro de professores da Unicamp, oferta que recusa por “implicações familiares”. A partir de 1979, com o doutorado concluído, torna-se professor-visitante na Universidade de Brasília, e, através das relações estabelecidas com os

“professores de Sociologia da UNB” é convidado à lecionar em Brasília. Deste modo, em 1982 vai trabalhar no “Departamento de Ciências Sociais, em cujo Instituto de Ciências Humanas reinava o grande antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 207)

Ao mesmo tempo, José Vicente Tavares dos Santos estrutura sua inserção por meio de *redes* constituídas na “militância” e na “convivência” escolar. Nascido em Paris no ano de 1949, onde seu pai era gerente-geral da Lloyd, sua família retorna ao Brasil em 1951 e se instala em São Paulo, já que seu pai possuía um escritório de advocacia na cidade¹²². Na capital paulista, freqüentou o Colégio Estadual Presidente Roosevelt, e após o falecimento de seu pai, em 1961, muda-se com a família para Porto Alegre, onde ingressou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o qual, segundo Tavares, “formou toda uma elite política” porto-alegrense. No secundário participou do Grêmio Estudantil, exercendo diversas funções de direção, motivo pelo qual foi expulso do Colégio em 1965, concluindo o “terceiro clássico” em uma escola municipal. Ingressou na Faculdade de Direito da UFRGS em 1967, após cursar o primeiro ano, abandonou o curso e iniciou Ciências Sociais em 1968, na mesma universidade. Formado em 1971, segue para fazer o mestrado na USP, sob a orientação de José de Souza Martins. Em São Paulo, divide seu tempo entre o mestrado e as aulas na FGV/SP, onde compartilha espaços de relações com José Carlos Durand e Sérgio Miceli. Após concluir o mestrado, volta ao Rio Grande do Sul e ingressa como docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao mesmo tempo, mantém vinculações com o MDB e, sob a influência do Conselho Missionário Indigenista, funda um grupo de estudos destinado a “atuar politicamente” junto aos grupos indígenas. Com isso, organiza um “ato público” na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul denominado “Índios e Colonos”. Para a conferência principal convida José de Souza Martins e, a partir deste ato, publicam matérias em jornais e organizam um livro para a Assembléia. Em fins de 1970, José Vicente participa de uma reunião na Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Paulo. Convocada por Antônio Cândido, a reunião tinha por objetivo expor as diretrizes gerais da formação de uma Associação de Docentes, desta reunião participa também Renato Ortiz. Ambos se encontrariam novamente na greve dos docentes em Brasília, em 1980. Após um período de docência e “militância” José Vicente consegue uma bolsa da Capes e segue para a França a fim de realizar seu doutoramento.

¹²² O pai de José Vicente Tavares fora ligado a grupos *antigetulistas*, participou da Revolução Constitucionalista no Rio Grande do Sul em 1932. Foi vinculado ao Partido Social Democrático (PSD) e, posteriormente, ao Partido Social Progressista (PSP).

Cesar Barreira nasceu no Ceará, ano de 1947, filho de “proprietário de terras”, estudou “todo o primário e o ginásio em colégio jesuíta, em regime de internato” (*apud* ABRUCIO *et al*, 2006, p. 391). Esta escolarização pré-universitária está na base de seu engajamento “nas ações assistenciais ligadas a Igreja Católica”. Após concluir a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, no ano de 1972, segue para Brasília com o objetivo de fazer o mestrado juntamente com sua esposa, Irllys Barreira. Concluído o mestrado em 1977, volta ao Ceará, e entra em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Paraíba e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual passa a ser assessor. No início da década de 80, segue para São Paulo com o objetivo de fazer o doutorado na USP. Embora tivesse em José de Souza Martins um de seus principais interlocutores, além de atuar juntamente com este no assessoramento da Pastoral da Terra, não consegue tê-lo como orientador, sendo orientado por Paulo Silveira, “discípulo e amigo” de Francisco Weffort.

De volta da França, José Vicente Tavares começa a atuar também na Comissão Pastoral da Terra (CPT), por intermédio de José de Souza Martins. A Pastoral torna-se um dos principais redutos de *redes de sociabilidade* “intelectual”. Além do engajamento de Martins, Tavares e Barreira, a partir do final da década de 1970, inclui-se também na lista dos “assessores” o nome de Ricardo Abramovay.

A vinculação com a Pastoral da Terra e com as Comunidades Eclesiais de Base expõe estes “intelectuais” às influências da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual se engajam outros intelectuais, tais como, Francisco Weffort, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Ricardo Antunes, entre outros.

As redes de reciprocidade, estruturadas a partir da “militância política”, se entrecruzam com a ocupação de cargos “universitários” e estão associadas às relações de “troca” que se estabelecem em diversos espaços sociais. Além disso, a centralidade das articulações políticas e dos fluxos militantes estrutura as relações nacionais entre centro e periferia e definem a “distribuição” de “mercês” e a sistematização das “trocas” mediadas por relações de reciprocidade.

CONCLUSÃO

Neste trabalho foram examinadas as relações entre trajetórias sociais e profissionais e a “inserção” no “panteão” das Ciências Sociais no Brasil. Mais especificamente, tratava-se de tentar compreender as lógicas e recursos operantes nos processos de definição e hierarquização “profissional”.

O exame inicial das trajetórias de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso tem como função explicitar duas modalidades de ascensão e reconhecimento no campo das ciências sociais brasileiras, quais sejam, a “inserção” em redes de reciprocidade e a “administração” de redes ligadas às posições de “elite” em uma país periférico. Obviamente, não podemos reduzir os trajetos destes dois “sociólogos” às dinâmicas polarizadas acima, visto que, não raro, ambos operam as duas “lógicas de ação” simultaneamente. Mesmo assim, algumas evidências podem ser tiradas desta polarização, a primeira delas é a importância do capital de relações sociais ligado às posições sociais de origem.

No caso de Florestan Fernandes, as “estratégias” de inserção estão vinculadas ao *uso* do passado com vistas à “conquista” de vantagens baseadas na “comoção moral” ou na “idéia de justiça” e “oportunidades” iguais. Assim, na medida em que opera a inserção em “grupos” específicos, obtém os “recursos” relativos ao reconhecimento e a participação nas redes de relações que estruturam estes “grupos”. Os *usos* destas relações mesclados ao repertório de ação individual estão na base da ascensão profissional e do reconhecimento social que obtém como “cientista social” e como “militante das causas populares”.

Enquanto isso, Fernando Henrique Cardoso fundamenta sua ascensão e reconhecimento “profissional” nas ciências sociais por meio da mobilização de recursos, não raro, ligados à posição social de origem a as vantagens relativas desta posição. Ou seja, a inserção em “cargos” administrativos universitários, a criação do CEBRAP e a atuação no interior dos movimentos nacionalistas da década de 1950, do PCB e, posteriormente, do MDB estão associados a *redes de reciprocidade* previamente estabelecidas e acionadas em situações diversas. Ao mesmo tempo, a circulação internacional e o *capital cosmopolita* respaldam as

possibilidades de imposição e de *uso* dos “títulos e reconhecimento internacional” no “campo das ciências sociais” brasileiras.

Por outro lado, o deslocamento ascendente de Florestan Fernandes, relacionado ao “exercício de uma profissão” legitima o ponto de chegada como o reconhecimento das “capacidades individuais”. O destaque às “origens sociais adversas”, à “superação dos desafios”, a “grande capacidade mental”, ao “esforço individual” e à “dedicação sistemática”¹²³ constituem o princípio de legitimidade para a fundamentação da “ideologia meritocrática” e do “dom”. Além disso, o *uso* constante do passado, associando o “fazer sociológico” a sua “experiência de vida”, contribui para impor a “linha” de legitimidade que vai se tornar estruturante na definição da “imagem social” de sociólogo¹²⁴. Neste sentido, inclusive, o *uso* do passado como estruturante de uma condição social que se define no amálgama entre uma “formação humana” e “uma formação acadêmica” torna ilegítima qualquer relação com a sociologia que não esteja fundada em uma dimensão “ontológica” ou associada a “causas primordiais” (CORADINI, 2009).

Além disso, próprias origens históricas das ciências sociais brasileiras se constituem e se legitimam como método de “apreensão da realidade dos fatos” com vistas à instrumentalização e o controle dos processos sociais. Esta representação da “função” do conhecimento sociológico tende a associar a definição do “objeto” das ciências sociais às categorias da “prática social” e, portanto, credenciar o sociólogo “como especialista dos problemas ‘sociais’ do momento”. Ou seja, a correspondência entre a “experiência” e as “representações desta experiência” faz com que se espere do sociólogo a ajuda na resolução dos problemas que se definem como “sociais”, mormente, autoriza o cientista social a “intervir” em tudo que diz respeito às relações entre grupos sociais, em particular, aquelas definidas como assimétricas (LENOIR, 1996). Neste sentido, o “sociólogo” vale-se da força social da ciência como direito sobre o “monopólio do ponto de vista legítimo” sobre o mundo social (BOURDIEU, 1984, p. 44).

Considerando a lógica específica de reconhecimento e de ascensão profissional vigente nas ciências sociais brasileiras, os “sociólogos” vão se definir, justificar suas posições e ocupações de cargos a partir da inserção nas redes de reciprocidade que estão subjacentes a legitimidade profissional. Portanto, a condição fundamental e explícita para fazer parte do “panteão” das ciências sociais no Brasil é a adesão ao sistema de trocas mediadas e hierarquicamente estruturadas. Ou seja, está subjacente ao elenco de postos e cargos que

¹²³ Ver Soares 1997; Candido 1996; Martins 1998; Arruda e Garcia 2003; Cerqueira, 2004; Limoeiro 1995.

¹²⁴ Ver Fernandes 1977, cap. 8, entre outros.

compõem as trajetórias, um conjunto de *redes de reciprocidade* declaradamente proclamadas e reivindicadas como legítimas.

Neste sentido, em uma situação social onde não se estruturam mecanismos impessoais de “troca”, as relações tendem a estar centradas no *reconhecimento* e na afirmação constante da autoridade pessoal (BOURDIEU, 1980; 2006). Ou seja, os princípios de hierarquização e legitimação social estão respaldados em *redes de reconhecimento e interconhecimento*, e as lógicas de atuação tendem a estar direcionadas ao reforço de determinados “atributos” ou “qualidades”, com vistas à inserção nas relações de reciprocidade, condição de garantia da “existência” social e “profissional”.

Portanto, nada justifica a “adesão profissional” às ciências sociais que não esteja respaldada por uma “relação moral” e de “crença”, visto que, “só quem quer algo socialmente vê algo sociologicamente (MARTINS *apud* ABRUCIO *et al.*, 2006. p. 196). A desqualificação de qualquer relação “contingente” com as ciências sociais estrutura a própria legitimidade do exercício profissional e a “hierarquia dos objetos”. Fato que, inclusive, tem toda chance de impor o “engajamento” em causas sociais como argumento de autoridade e princípio de excelência profissional.

REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS

- ABRUCIO, Fernando. *et al.* **Conversas com Sociólogos Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O aprendizado da colonização**. In: _____. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro**. In: MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- ARRUDA, Maria Arminda N. **Modernidade do Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais**. In: MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- ARRUDA, Maria Arminda N.; GARCIA, Sylvia G. **Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna**. Brasília: Paralelo 15, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O Controle Ideológico da USP (1964-1978)**. São Paulo: ADUSP, 2004.
- BADIE, Bertrand y HERMET, Guy. **Las dinámicas huérfanas**. In: _____. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARREIRA, César. (org) **A sociologia no tempo**. Memória, imaginacao e utopia. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASTOS, Elide Rugai. *et al.*, **Conversas com Sociólogos Brasileiros: Retórica e Teoria na História do Pensamento Sociológico do Brasil**. São Paulo: FGV-EAESP/GVPesquisa, 2008. Relatório de pesquisa n. 11/2008.
- BOIGEOL, A. et DEZALAY, Y. De l'agent d'affaires au barreau: les conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. *Genèses*, 27, juin, 1997. p. 49-68.
- BOURDEIU, Pierre. **Critique de La raison théorique**. In: _____. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. p. 43-244.
- _____. **Une "livre à brûler"?** In: _____. *Homo Academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. p. 9-52.
- _____. **A ontologia política de Martin Heidegger**. São Paulo: Papirus, 1989.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Lições de aula: Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982**. São Paulo: Ática, 1994.

- _____. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996a.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas.** São Paulo: EDUSP, 1996b.
- _____. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Science, politique et sciences sociales. **Actes de La recherche em sciences sociales,** Paris, n. 141/142, p. 9-10, 2002.
- _____. **Os usos sociais da ciência :** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. **Modos de dominação.** In: A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: ZOUK, 2006.
- _____. **Método científico e hierarquia social dos objetos. ; O capital social – notas provisórias.** In: CATANI, Afrânio. NOGUEIRA, Maria Alice. (orgs). Escritos de Educação: Pierre Bourdieu. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007a. p. 33-8 e 65-9.
- _____. **O espaço social e suas transformações.; Cultura e Política.** In: _____. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007b.
- _____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007c.
- _____. **Para uma Sociologia da Ciência.** Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *et al.*, **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BRIQUET, Jean-Louis. Des amitiés paradoxales. Echanges intéressés et morale du désintéressement dans les relations de clientèle. **Politix**, Volume 12, Numéro 45, Année 1999.
- CÂNDIDO, Antonio. Entrevista com Antônio Cândido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, 2001. Entrevista concedida a Heloísa Pontes.
- _____. O Jovem Florestan. **Estudos Avançados**, 10 (26), São Paulo, 1996.
- _____. Octávio Ianni: Um homem justo. **Revista de Crítica Literária Latinoamericana**, ano XXXI, n. 61, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política:** histórias que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Ciência e Política.** In. BRASIL, Presidência da República. A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.
- _____. **A nova agenda sociologia na América.** In. BRASIL, Presidência da República. A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. **A utopia viável.** In. BRASIL, Presidência da República. A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. **Agenda para o século XXI.** In. BRASIL, Presidência da República. A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. **O sociólogo e o político.** Entrevista concedida a Bernardo Sorj e Sérgio Fausto. 2008. Disponível em: <http://www.bernardosorj.com/Novidades/O%20sociologo%20e%20o%20politico%20PORT.pdf_07_06_2009_17_05_02.pdf>

CARVALHO, Lejeune M. G. de; MATTOS, Sérgio S. **Sociólogos e Sociologia: História de suas entidades no Brasil e no mundo.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CORADINI, Odaci L. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. **Veritas**, v. 41, n. 162, Porto Alegre, 1995, p.207-220.

_____. Processos e Resultados Eleitorais: Um exemplo e um comentário sobre as bases das controvérsias em sua interpretação. **Cadernos de Ciência Política**, n. 5, Porto Alegre, 1997a.

_____. Grandes Famílias e Elite 'Profissional' na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. III (3), Rio de Janeiro, 1997b.

_____. Origens sociais e princípios de hierarquização escolar: a formação de "intelectuais à brasileira". **Cadernos de Ciência Política**, n. 6, Porto Alegre, 1997c.

_____. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a 'crise da medicina' no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. IV (2), Rio de Janeiro, 1997d.

_____. **Panteões, iconoclastas e as ciências sociais.** In: FÉLIX, L. O. e ELMIR, C. P. (orgs) *Mitos e heróis : construção de imaginários.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.

_____. **A Formação e a Inserção Profissional dos Professores de Ciências Sociais no Rio Grande do Sul.** In: CANEDO, Letícia B. et al (orgs). *Circulação*

internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 213-40.

_____. Formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Estudos Históricos**, n. 35, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Os professores universitários como categoria social. **Colóquio Saber e Poder**, Fócus, UNICAMP, out/2008a. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/focus/Atividades/Eventos/Coloquio2008.htm>.

_____. **As elites como objeto de estudos**. In: _____ (org). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b, p. 7-18.

_____. L'Enseignement Universitaire de Théologie, les Rapports Centre/Périphérie e les Usages des Sciences Humaines et Sociales. **Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs**, v. 2, 2009, p. 93-116.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.20, n. 2, 2008. Entrevista concedida a Sérgio Miceli e Fernando Antônio Pinheiro Filho.

DEZALAY, Y. “Les courtiers de l'international”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 151/152, p. 5-35, 2004.

DEZALAY, Yves. et GARTH, Bryant. **Stratégies impériales et professionnelles dans le champ du pouvoir d'État**. IN : La mondialisation des guerres de palais : la restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et « chicago boys ». Paris : SEUIL, 2002, p. 21-111.

_____. “Les usages nationaux d'une science 'globale': La diffusion de nouveaux paradigmas économiques dans les champs nationaux de reproduction des élites d'Etat”. **Sociologie du Travail**, 48, p. 308-329, 2006.

_____. “L'Impérialisme moral. Les juristes et l'impérialisme américain (Philippines, Indonésie)”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 171/172, 2008.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós – 1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

DURIEZ, Hélène. Modèles d'engagement et logiques de structuration des réseaux locaux de la gauche mouvementiste à Lille. **Politix**, vol. 17, n° 68, 2004.

ELIAS, Norbert. **Introdução**. In: _____. O Processo Civilizador. Volume II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **A Sociologia numa era de Revolução Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **A Sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **A reconstrução da realidade nas ciências sociais**. In: IANNI, Octávio. Florestan Fernandes: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. **Entrevista**. Entrevista concedida a Paulo de Tarso Venceslau. 1991. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/411323.pdf>>

_____. **Entrevista**. In: ARRUDA, Maria Arminda N.; GARCIA, Sylvia G. Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna. Brasília: Paralelo 15, 2003. Entrevista concedida ao Programa *Esta é a Universidade de São Paulo*, Rádio da USP.

FERNANDES JUNIOR, Florestan; FERNANDES, Heloísa R. Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo. **Revista da Adusp**, São Paulo, outubro/1995. Entrevista concedida a Zilda Iokoi e Marcos Cripa.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30**. In: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Gláucia. (orgs). Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, 10 (26), São Paulo, 1996.

GARCIA Jr. Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n 1, São Paulo, 2004.

GAXIE, Daniel. Économie des partis et rétributions du militantisme **Revue française de science politique**, Volume 27, Numéro 1, 1977.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, 11 (1), 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Biografia, para que ?** In : CORADINI, Odaci, L. (org). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

- IANNI, Octávio. **Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira**. In: _____ . Florestan Fernandes: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940 – 1965). **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v.16, n.1, São Paulo, 2004.
- KARADY, Victor. Une “nation de juristes : Des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d’Ancien Regime. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 86/ 87, Paris, 1991.
- LAPIS, Naira Lima. Comentários acerca das modificações no processo de trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1992.
- LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil : história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.14, p. 376-437, 2005.
- LIMONGI, Fernando. **Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo**. In: MICELI, Sérgio (org). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, 1989a.
- _____. **A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo**. In: MICELI, Sérgio (org). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, 1989b.
- LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. Em memória de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, 9 (25), São Paulo, 1995.
- LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. IN: MERLLIÉ, Dominique. et al. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis, RJ : Vozes, 1996.
- LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, ano 7, 1992.
- LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula**. In. PRIORE, Mary Del; BUSSANEZI, Carla.(orgs). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **RBCS**, v. 14, n. 41, 1999.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm.
- MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Vol. VI (1915 – 1933). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
- _____. **História da Inteligência Brasileira**. Vol. VII (1933 – 1960). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978b.

- MASSI, Fernanda. **Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)**. In: MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- MICELI, Sérgio. **Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1940)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- _____. **Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais**. In: MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989a.
- _____. **Intelectuais brasileiros**. In: _____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999. p.369-95.
- _____. (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989b.
- _____. (org). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- PINTO, Louis. La doxa intellectuelle. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 90, p. 95-103, 1991.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PEDREIRA, Fernando. **Entrevista**. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. Entrevista concedida a Angélica Müller e Carla Siqueira.
- SAINT MARTIN, Monique de. À propos d'une rencontre entre chercheurs : Sciences sociales et politique au Brésil. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 71/72, p. 129-134, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Não temos medo de cara feia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, 1999.
- SAWICKI, Frédéric. **Les réseaux du Parti Socialiste : Sociologie d'un milieu partisan**. Paris: Belin, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência : a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia / Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SIGAL, Silvia. **Intellectuels, Culture et Politique**. _____. Le rôle politique des intellectuels en Amérique Latine. Paris: La dérive des intellectuels en Argentine. Paris : L'Harmattan, 1996. p. 21-45.
- SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: o militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência a ditadura ao governo FHC.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA MARTINS, José de. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1998.

TRINDADE, Hélgio. **Ciências sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e institucionalização.** In: As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada: 1930-2005. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 73-177

_____. **Institucionalização e internacionalização da ciências sociais na América Latina em questão.** In: CANEDO, Leticia B. et al (orgs). Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 144-167

WEFFORT, Francisco. **O intelectual das identidades complexas.** In. BRASIL, Presidência da República. A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

Reportagens e sites consultados

Florestan Fernandes. Site oficial: <<http://www.sbd.ffe.ch.usp.br/florestan/index1.htm>>

Octavio Ianni (1926-2004). Reportagem de 30 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://blogquemteviuquemteve.blogspot.com/2008/11/octavio-ianni-1926-2004.html>>

Sociólogo Octavio Ianni morre aos 77 anos. Disponível em <<http://www4.usp.br/index.php/saude/656>>

Instituto Fernando Henrique Cardoso. <www.ifhc.org.br>

ANEXOS

Instituições e ocupantes dos cargos de direção

Instituição	Presidente	Vice-Presidente	Diretoria
International Sociological Association (ISA)	Fernando de Azevedo (1952/53)	Fernando de Azevedo (1950/52)	
	Fernando Henrique Cardoso (1982/86)	Fernando Henrique Cardoso (1978/82)	
Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)	Marcelo Diegues Junior (1966/68)		
	Theotônio dos Santos (1986/88)		
	Emir Simão Sader (1997/1999)		
			José Vicente Tavares dos Santos (1999/2003)
Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)	Fernando de Azevedo (1935/60)	Júlio de Masquita Filho (1935/?)	Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Cyro Berlinck, Bruno Rudolfer
		Mario Wagner Vieira da Cunha (1950/?)	Egon Shaden, Antonio Candido de Mello e Souza, Herbert Baldus, Lucila Hermann, Sergio Buarque de Holanda.
	Florestan Fernandes (1960/62)		
	Gabriel Cohn (1985/87)		Elisa Reis, Evaristo de Moraes Filho, José Albertino Rodrigues
	José Albertino Rodrigues (1987/89)	Elisa Reis	José Reginaldo Prandi
	Simon Schwartzman (1989/91)	Sedi Hirano	
	Sergio Adorno (1991/95)		Cesar Barreira
	José Vicente Tavares dos Santos (1997/2001)	Cesar Barreira	Gláucia Villas Boas
	Cesar Barreira (2001/03)		Benício Viero Schmidt

Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Aseps)	Luiz Pereira (1971/73)	Eva Alterman Blay	José de Souza Martins, Aparecida Joly Gouveia, Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues, Oracy Nogueira, Marialice Foracchi, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Cândido Procópio, José Pastore, Manoel Berlinck, Carmen Junqueira, Rui Galvão.
	Douglas Teixeira Monteiro (1973/75)	José Carlos Durand, Oracy Nogueira	Eva Alterman Blay, Aparecida Joly Gouveia, Bolívar Lamounier, Cândido Procópio, Carmen Junqueira, Florestan Fernandes, Juarez Brandão Lopes, José Pastore, Luiz Pereira, Manoel Berlinck, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Octávio Ianni.
	Cândido Procópio (1977/79)	Heloisa Rodrigues Fernandes	José Vicente Tavares dos Santos
	Francisco de Oliveira (1979/83)	José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida	
	Gabriel Cohn (1983/85)		Sedi Hirano
	Sedi Hirano (1985/87)		Sérgio Adorno, Bolívar Lamounier, Brasílio Sallum Junior.
	Emir Simão Sader (1987/89)		Sergio Adorno, Sedi Hirano
Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Sinesp)	Vinícius Caldeira Brant (1983/89)		
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)	Francisco Weffort (1977/80)	Olavo Brasil de Lima Junior	
	Fábio Wanderley Reis (1980/82)	Bolívar Lamounier	Ruth Cardoso, Otávio Velho, José Reginaldo Prandi
	Wanderley Guilherme dos Santos (1984/86)	Sérgio Miceli	Ruth Cardoso
	Hélgio Trindade (1986/88)	Sérgio Miceli	Cesar Barreira, Benício Viero Schmidt, Eunice Duhram

	Vilmar Faria (1988/90)		Juarez Brandão Lopes
	Juarez Brandão Lopes (1990/92)		Leôncio Martins Rodrigues
	Aspásia Camargo (1992/94)		José Reginaldo Prandi
	Gilberto Velho (1994/96)		
	Elisa Reis (1996/98)	Sérgio Adorno	
	Olavo Brasil de Lima Junior (1998/2000)	Sérgio Adorno	
	Roque Laraia (2000/02)	Maria Arminda do Nascimento Arruda	Elide Rugai Bastos
	Luiz Werneck Vianna (2002/04)	Maria Arminda do Nascimento Arruda	Elide Rugai Bastos
	Gabriel Cohn (2004/06)		
	Rubem Oliven (2006/08)		Gláucia Villas Boas

Perfis Biográficos

Nome e Títulos escolares	Carreira Universitária	Postos ocupados em instituições privadas ou públicas, associações, organizações governamentais, etc.	Prêmios e Títulos
<p>Florestan Fernandes</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1944) FFCL/USP</p> <p>- Mestrado em Antropologia (1947) ELSP/SP</p> <p>- Doutorado em Sociologia (1951) FFCL/USP</p> <p>- Livre-Docente (1953) FFCL/USP</p>	<p>- Professor Assistente (1945/1953)</p> <p>- Professor contratado da Cadeira de Sociologia I (1954/1964)</p> <p>- Professor Catedrático da Cadeira de Sociologia I – FFCL/USP (1965/1969)</p> <p>- Professor Titular da Universidade de Toronto/Canadá (1969/1972)</p> <p>- Professor de Cursos de Extensão no Instituto Sedes Sapientiae (1976/1977)</p> <p>- Professor Titular da PUC/SP (1978/1986)</p>	<p>- Diretoria da Asesp (1973/75)</p> <p>- Presidente do CESIT (1961/1968)</p> <p>- Presidente da SBS (1960/1962)</p> <p>- Deputado Federal (1987/1990) PT/SP</p> <p>- Deputado Federal (1991/1994) PT/SP</p>	<p>- Prêmio Temas Brasileiros FFCL/USP (1944)</p> <p>- Prêmio Fábio Prado (1948)</p> <p>- Medalha Silvio Romero – Prefeitura do Rio de Janeiro (1958)</p> <p>- Título de Cidadão Emérito – Câmara Municipal de São Paulo (1961)</p> <p>- Prêmio Jabuti de Ciências Sociais (1963, 1996 e 1997)</p> <p>- Prêmio Sociedade Brasil-Israel (1966)</p> <p>- Prêmio <i>The Anisfield-Wolf Award in Race Relations</i> – Cleveland Foundation (1969)</p> <p>- Professor Emérito – USP (1985)</p> <p>- Doutor <i>Honoris Causa</i> – Universidade de Utrecht (1986)</p> <p>- Doutor <i>Honoris Causa</i> – Universidade de Coimbra (1990)</p> <p>- Prêmio Estácio de Sá – Governo do Estado do Rio de Janeiro (1989)</p> <p>- Ordem Nacional do Mérito Educativo – MEC (1993)</p> <p>- Prêmio Almirante Álvaro Alberto – CNPq (1993)</p> <p>- Cidadão Honorário de São Carlos (1994)</p> <p>- Ordem do Rio Branco, grau de Grande Oficial – MRE (1995)</p> <p>- Cidadão Honorário de Brasília (1995)</p> <p>- Patrono da “Escola Nacional Florestan Fernandes” – MST (2005)</p>
<p>Octávio Ianni</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1954) FFCL/USP</p> <p>- Mestrado em Sociologia (1956) FFCL/USP</p> <p>- Doutorado em</p>	<p>- Professor Assistente FFCL/USP (1956)</p> <p>- Professor Contratado FFCL/USP (1961/1969)</p> <p>- CEBRAP (1970/1971)</p> <p>- Professor Titular (1977/1986) PUC/SP</p> <p>- Professor Titular (1987/2004) UNICAMP</p>	<p>- Diretoria da Asesp (1971/73)</p>	<p>- Professor Emérito USP (1997)</p> <p>- Professor Emérito UNICAMP (2000)</p> <p>- Prêmio Jabuti – Categoria Ensaio (1993)</p> <p>- Prêmio Jabuti – Categoria Ciências Humanas (1996)</p> <p>- Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano (2000)</p> <p>- Doutor <i>Honoris Causa</i> pela</p>

<p>Sociologia (1961) FFCL/USP - Livre-Docente (1964) FFCL/USP</p>			<p>Universidade de Buenos Aires - Doutor <i>Honoris Causa</i> pela UFPR - Prêmio da ABL na categoria Ensaio, Crítica e História Literária (2001) - Prêmio Florestan Fernandes – SBS (2003)</p>
<p>Fernando Henrique Cardoso</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1952) FFCL/USP - Mestrado em Sociologia (1953) FFCL/USP - Doutorado em Sociologia (1961) FFCL/USP</p>	<p>- Professor Contratado (1954) FFCL/USP - Professor Catedrático – Universidade de Paris X – Nanterre (1967/1968) - Professor Catedrático da cadeira de Ciência Política – FFCL/USP (1969)</p>	<p>- Diretor do CESIT (1961/1964) - Diretor-Adjunto do ILPES/Cepal (1965/1966) - Diretor-Presidente do CEBRAP - Vice-Presidente da ISA (1978/1982) - Presidente da ISA (1982/1986) - Consultor da Universidade do Sul da Califórnia no Centro de Diplomacia Pública - Membro do Clube de Roma - Conselho consultivo da <i>Institute for Advanced Study</i>, da Universidade de Princeton, e da Fundação Rockefeller. - Presidente da Osesp - Presidente do Clube de Madrid - Suplente do Senador André Franco Montoro (1978) - Senador (1983/92) - Candidato a Prefeito de São Paulo (1985) - Ministro das Relações Exteriores (1992) - Ministro da Fazenda (1993/94) - Presidente da República por dois mandatos – PSDB/SP (1995/2002)</p>	<p>- Cátedra Simon Bolívar – University of Cambridge (1976/77) - Doutor <i>Honoris Causa</i> Faculdade de Economia de Coimbra (1995) - Doutor Honoris Causa da Universidade de Montreal (2005) - Revista <i>Prospect</i> – Eleito um dos cem maiores intelectuais ainda vivos - Prêmio Florestan Fernandes – SBS (2009) - Professor Emérito USP (1995)</p>
<p>Juarez Rubens Brandão Lopes</p> <p>- Graduação em Sociologia e Política ELSP/SP (1950) - <i>Marter of Arts</i> em Sociologia (1953) –</p>	<p>- Professor ELSP (1954/5) - Professor Titular (1958/83) FAU/USP - Professor Titular (1983/95) UNICAMP CEBRAP – Sócio-Fundador</p>	<p>- Diretoria da Asesp (1971/1975) - Membro do Comitê Diretivo - Conselho-Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) - Buenos Aires (1974/1981) - Membro do <i>Joint Committee on Latin American Studies - Social Science Research Council</i> - Nova York (1976/1982)</p>	<p>- Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico - Presidência da República do Brasil (1996) - Comendador da Ordem do Rio Branco - Ministério das Relações Exteriores (2001) - Medalha CAPES 50 Anos - CAPES/MEC (2001) - Prêmio Florestan Fernandes – SBS (2005)</p>

<p>Universidade de Chicago - Ph.D em Sociologia (1954) – Universidade de Chicago - Doutorado em Sociologia (1964) – FFCL/USP - Livre-Docente (1966) FAU/USP</p>		<p>- Presidente da Anpocs (1990/92) - Diretor do CNPQ - Secretário-adjunto da SEPLAN (1986/87) - Vice-Presidente do IPEA (1987) - Assessor Especial do Ministério do Trabalho (1995/97) - Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Rural (1997/2001) - Assessor de Assuntos Universitários (UNESP) – Governo do Estado de São Paulo (1983/1987)</p>	
<p>José de Souza Martins</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais – USP (1964) - Mestrado em Sociologia – USP (1966) - Doutorado em Sociologia – USP (1970) - Livre-Docente – USP (1992)</p>	<p>- Professor Titular – USP (1965/atual)</p>	<p>- Diretoria da Asesp (1971/73) - Junta de Curadores da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão (1997/2005) - Assessor do Ministério da Justiça – Secretaria do Desenvolvimento Humano (2002)</p>	<p>- Prêmio Visconde de Cairu – Instituto Roberto Simonsen (1977) - Cátedra Simon Bolívar – University of Cambridge (1992/1993) - Prêmio Jabuti de Ciências Humanas (1993, 1994 e 1999) - Prêmio Érico Venucci Mendes – CNPq/SBCP (1993) - Cidadão Emérito de São Caetano do Sul (2003) - Prêmio Florestan Fernandes – SBS (2007) - Professor Emérito FFLCH/USP (2008) - Professor Titular USP (1998)</p>
<p>Gabriel Cohn</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1964) USP - Mestrado em Sociologia (1967) USP - Doutorado em Sociologia (1971) USP - Livre-Docente (1977) USP</p>	<p>- Professor Titular – USP (1964/atual)</p>	<p>- Presidente da Asesp (1983/85) - Presidente da SBS (1985/87) - Presidente da Anpocs (2004/06) - Comitê de Assessoramento de Política Científica - CNPq</p>	<p>Professor Titular USP (1985)</p>
<p>Luiz Werneck Vianna</p> <p>- Graduação em Direito (1962) UERJ</p>	<p>- Advogou no RJ (1962/1966) - Professor PUC/RJ (1967/1970) - CEBRAP (1971/1975) Professor Visitante UNICAMP (1980/1983)</p>	<p>- Presidente da ANPOCS (2002/04)</p>	<p>- Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (1997) - Colar do Mérito Judiciário (1998) - Medalha do Mérito Judiciário (1999)</p>

<p>- Graduação em Ciências Sociais (1967) FNF/RJ - Mestrado em Ciência Política (1970) IUPERJ - Doutorado em Sociologia (1976) USP - Pós-Doutorado (1984) Milão/ITA</p>	<p>- Professor IUPERJ (1980/atual) - Professor UFRRJ (1984/1999)</p>		
<p>José Carlos Garcia Durand</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1966) USP - Mestrado em Sociologia (1972) USP - Doutorado em Sociologia (1985) USP - Pós-Doutorado (1988) EHESS - Pós-Doutorado (2000) New York University</p>	<p>- Centro Universitário Fundação Santo André (1969/72) - Professor FGV/SP (1969/2006) - Pesquisador UNICAMP (2006/atual)</p>	<p>- Consultor da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (1983/84) - Coordenador do Centro de Estudos da Cultura e Consumo (1990/2006)</p>	<p>- Maitre de Conférences Associe – EHESS (1988) - Rockefeller Postdoctoral Fellow (1999) - Directeur de Recherche Associe – EHESS (2001)</p>
<p>Benício Viero Schmidt</p> <p>- Graduação em Direito (1967) PUCRS - Mestrado em Ciência Política (1970) UFMG - Doutorado em Ciência Política (1979) Stanford - Pós-Doutorado (1994) Sorbonne</p>	<p>- Professor UFMG (1973/76) - Professor UFRGS (1976/82) - Professor UNB (1982)</p>	<p>- Presidente da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (1995/96) - Secretário-Executivo - Conselho Nacional de Educação (2006/07) - Coordenador da Cooperação Internacional CAPES (2004/06) - Diretor do Departamento de Pesquisas Jurídicas – Conselho Nacional de Justiça (2008)</p>	<p>- Charles Borden – XLIII Congress of Americanists</p>
<p>Sérgio Miceli</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1967) PUCRJ - Mestrado em Sociologia (1971) USP - Doutorado em Sociologia (1978) USP e EHESS - Livre-Docente (1986)</p>	<p>- Professor FGV/SP (1969/88) - Professor UNICAMP (1984/88) - Professor Titular USP (1989/atual)</p>	<p>- Secretário-Executivo da ANPOCS (1984/88) - Presidente do Comitê de Sociologia e Ciências Sociais da CAPES (1984/92) - Presidente do IDESP (1988/95) - Diretor-Presidente da EDUSP (1994/99) - Diretor da Editora Sumaré (1988/95)</p>	<p>- Melhor obra de Ciências Sociais ANPOCS (1988) - Fellow, Center for Advanced Studies in the Behavioral Sciences – California/EUA (2001) - Cátedra Sérgio Buarque de Holanda na MSH/França (2004) - Ordem Nacional do Mérito Científico (2008)</p>

UNICAMP			
<p>Elisa Pereira Reis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Sociologia e Política (1967) UFMG - Curso de Sociologia do Desenvolvimento (1969) ILADES/Chile - Mestrado em Ciência Política (1972) IUPERJ - Doutorado em Ciência Política (1980) MIT/EUA - Pós-Doutorado (1985) Firenze/ITA 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor IBRADES (1969/1970) - Professor PUCRJ (1969/72) - Assistente de Simon Schwartzman (1969/1972) FGV/RJ - Professor UERJ (1990/95) - Professor IUPERJ (1980/95) - Professor UFRJ (1995/atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da ANPOCS (1996/98) - Conselho Executivo da IPSA (1988/94) - Coordenadora da Área de Ciências Humanas da FAPERJ (1995/99) - Membro do Comitê de Programa ISA (1998/2002) - Membro do Comitê do Conselho Mundial de Sociologia IIS/Espanha (2003/2005) - Membro do Comitê de Programa SASE/França (2004/05) - Vice-Presidente da IPSA (2002/06) - Vice-Presidente da América Latina CROP/Noruega (2003/2006) - Presidente de Comitê da ISA (2002/06) - Vice-Presidente para o Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Ciências (2007) 	<ul style="list-style-type: none"> - Honra ao Mérito no Curso de Sociologia e Política UFMG (1967) - Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico (2000) - Elected fellow, Academy of Science for the Developing World TWAS (2006)
<p>Brasílio Sallum Junior</p> <ul style="list-style-type: none"> - Graduação incompleta em Economia UFRGS com período no ILPES/Chile (1966) - Graduação em Ciências Sociais (1970) USP - Doutorado em Ciências Sociais (1979) USP - Livre-Docente (1995) USP - Pós-Doutorado (1998) Stanford - Pós-Doutorado (1999) UNAM/México 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor USP (1974/atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor do Instituto de Ciências Sociais/FELSP (1974/94) - Representante dos Professores Associados da USP (2001/2004) - Coordenador do Comitê Assessor de Ciências Sociais do CNPq (2002/05) - Representante dos Professores Titulares da USP (2004/atual) - Diretor Presidente do CEDEC (2007/09) - Membro do Conselho Deliberativo da UNICAMP (2007/atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor Ensaio Social – Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (1997)
<p>José Reginaldo Prandi</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisador CEBRAP (1971/76) - Professor PUC/SP (1972/1976) - Professor USP 	<ul style="list-style-type: none"> - Sócio CEBRAP - Membro do Comitê Assessor de Sociologia/CNPq (1994/96) 	<ul style="list-style-type: none"> - Prêmio Érico Vannucci Mendes, CNPq, SBPC e MinC (2001) - Melhor Livro, Categoria Reconto por “Ifã: o

<p>- Graduação incompleta em Medicina Veterinária USP</p> <p>- Graduação em Ciências Sociais (1970) Centro Universitário Fundação Santo André</p> <p>- Especialização em Demografia (1971) USP</p> <p>- Mestrado em Sociologia (1974) USP</p> <p>- Doutorado em Sociologia (1977) USP</p> <p>- Pós-Doutorado (1987) Oregon/EUA</p> <p>- Livre-Docente (1989) USP</p>	<p>(1976/atual)</p>	<p>- Diretoria da ANPOCS (1992/1995)</p> <p>- Coordenador de Área – Sociologia/CAPES (2001/03)</p>	<p>Adivinho”, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (2003)</p> <p>- Prêmio White Raves, Categoria Reconto, por “Xangô: o Trovão”, Internationale Jugendbibliothek München, Alemanha (2005)</p>
<p>Renato Ortiz</p>			
<p>- Graduação em Engenharia incompleta (1970) Escola Politécnica/USP</p> <p>- Graduação em Sociologia (1970) Universidade de Paris VIII</p> <p>- Mestrado em Sócio-Economia do Desenvolvimento (1972) EHESS</p> <p>- Doutorado em Sócio-Economia do Desenvolvimento (1975) EHESS</p> <p>- Pós-Doutorado (1979) New York/EUA</p> <p>- Pós-Doutorado (1984) Columbia/EUA</p> <p>- Pós-Doutorado (1987) Columbia/EUA</p> <p>- Livre-Docente (1989) UNICAMP</p> <p>- Pós-Doutorado (1990) EHESS</p>	<p>- Professor Louvain/Bel. (1974/75)</p> <p>- Professor UFMG (1977/1984)</p> <p>- Professor PUC/SP (1985/1988)</p> <p>- Professor UNICAMP (1988/atual)</p> <p>- Professor FLACSO/Ar. (2002/04)</p>	<p>- Diretoria da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (1981/82)</p> <p>- Cátedra Simon Bolívar (1995) IHEAL/França</p> <p>- Cátedra de Estudos Brasileiros (2001) Leiden/Holanda</p> <p>- Cátedra da UNESCO (2002) Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia</p> <p>- Cátedra Joaquim Nabuco (2003) Stanford</p>	<p>- Prêmio Zeferino Vaz (2004)</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Pós-Doutorado (1993) EHESS - Pós-Doutorado (1997) Oxford/ING - Pós-Doutorado (2005) Columbia/EUA 			
<p>Glauca Villas-Bôas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Ciências Sociais (1971) iniciada na UFRJ e concluída na UFF - Aperfeiçoamento em Sociologia (1979) Nuremberg/ALE - Doutorado em Sociologia (1992) USP - Pós-Doutorado (2001) USP 	<ul style="list-style-type: none"> - Jornalista do Correio da Manhã (1969/1972) - Jornalista O Globo (1973/1974) - Professor UFRJ (1980/Atual) 		
<p>Maria Arminda do Nascimento Arruda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Ciências Sociais (1970) USP - Mestrado em Sociologia (1978) USP - Doutorado em Sociologia (1986) USP - Livre-Docente (2000) USP 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor Faculdade Farias Brito (1979/1985) - Professor PUC/SP (1972) - Professor FGV/SP (1985/88) - Assessoria de Democratização e Desburocratização – Prefeitura de São Paulo (1985) - Pesquisadora IDESP (1986/2000) - Professora USP (1988/Atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora de Área Sociologia/CAPES (1998/2001) - Representante dos Professores Doutores (1988/2000) USP - Secretária-Executiva ANPOCS (2000/04) - Representante dos Professores Livre-Docentes (2000/Atual) USP 	<ul style="list-style-type: none"> - Prêmio Jabuti – Categoria Ensaio (2001)
<p>José Vicente Tavares do Santos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Graduação incompleta em Direito UFRGS - Graduação em Ciências Sociais (1971) UFRGS - Mestrado em Sociologia (1977) USP - Doutorado em Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor FGV/SP (1972/78) - Professor UFRGS (1978/Atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação UFRGS (1992/96) - Presidente da SBS (1997/2001) - Membro do Conselho Nacional SBPC (2001/05) - Junta-Diretiva ALAS (1999/2003) - Vice-Presidente ALAS (2003/05) - Conselho Municipal de Justiça e Segurança – Prefeitura de Porto Alegre (2005) - Membro do Comitê 	

(1987) Nanterre/FR		Executivo ISA (2006/atual) - Membro do Conselho Diretivo CLACSO/Ar (2007/atual)	
César Barreira - Graduação em Ciências Sociais (1972) UFC - Especialização em Metodologia de Pesquisa (1973) UFC - Mestrado em Sociologia (1977) UnB - Doutorado em Sociologia (1987) USP - Pós-Doutorado (1990) EHESS - Pós-Doutorado (2008) Lisboa/Portugal	- Pesquisador EMBRAPA (1975/77) - Professor UFPB (1978/80) - Pesquisador Principal NUAP (1997/2004) - Professor UFC (1980/atual) - Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (1992/atual)	- Membro do Comitê de Bolsas Ford/ANPOCS (1989/94) - Membro do Conselho Administrativo FUNCAP (1995/99) - Membro da Câmara de Ciências Humanas FUNCAP (1999/2001) - Secretário-Executivo SBS (1997/2001) - Presidente SBS (2001/03) - Membro do Comitê Gestor do Programa de Ciências Sociais CNPq (2005/atual) - Comitê Multidisciplinar CAPES (2004/06)	- Cátedra Sérgio Buarque de Holanda (2000/02) MSH/FR
Ricardo Benzaquen de Araújo - Graduação em História (1974) PUC/RJ - Mestrado em Antropologia Social (1980) UFRJ - Doutorado em Antropologia Social (1993) UFRJ	- Professor PUC/RJ (1975/atual) - Professor IUPERJ (1987/atual) - Pesquisador CPDOC (1977/85)		- Prêmio Jabuti – Categoria Ensaio (1995) - Prêmio Casa Grande e Senzala – Fundação Joaquim Nabuco (1995)
Ricardo Abramovay - Graduação em Filosofia (1974) Nanterre/FR - Mestrado em Ciência Política (1981) USP - Doutorado em Ciência Econômica (1990) UNICAMP - Pós-Doutorado Sciences Po/FR (1995)	- Professor USP (1983/atual)	- Representante da Associação Brasileira de Reforma Agrária – SP (1990)	- Melhor Tese de Doutorado (1991) ANPOCS - Prêmio Ruy Miller Paiva – Categoria Melhor Artigo (2003)

<ul style="list-style-type: none"> - Pós-Doutorado CIRAD/FR (1998) - Livre-Docente (1999) USP - Pós-Doutorado EHESS (2000) - Pós-Doutorado Versailles (2001) - Pós-Doutorado EHESS (2006) 			
<p>Ricardo Coltro Antunes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Administração Pública (1975) FGV/SP - Mestrado em Ciências Sociais (1980) UNICAMP - Doutorado em Sociologia (1986) USP - Livre-Docente (1994) UNICAMP - Pós-Doutorado (1998) Sussex/ING 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor FGV/SP (1977/81) - Professor UNESP (1979/86) - Professor UNICAMP (1986/atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Representante dos Professores MS-5 UNICAMP (1996/2002) - Fundador do PSOL 	<ul style="list-style-type: none"> - Cátedra Florestan Fernandes – CLACSO (2001) - Prêmio Zeferino Vaz (2003) - Prêmio Jabuti (2007)

Origem social, Justificativas, “Atributos”

Nome	Origem social	Justificativas	“Atributos”	Curso e Ingresso
Florestan Fernandes MÃE – empregada doméstica	Família de imigrantes portugueses	“Queria ser professor”	Não conheceu o pai / Trabalhou desde os 7 anos para ajudar a mãe / Socialista / Preso pela ditadura militar / Aposentado Compulsoriamente / “Mestre da Sociologia moderna”	Ciências Sociais (USP - 1941)
Juarez Rubens Brandão Lopes PAI - Advogado	Família da “elite” mineira vinculada ao “direito” e a “política”.	Gosto pela literatura	“Versátil”	Engenharia (Escola Politécnica de São Paulo – 1945) Ciências Sociais (ELSP – 1946)
Octávio Ianni	Nascido em Itu no Estado de São Paulo e descendente de imigrantes italianos.		Militante no movimento secundarista contra o Estado Novo/ Aposentado Compulsoriamente / Leitor de romances	Ciências Sociais (USP – 1948)
Fernando Henrique Cardoso PAI – Advogado/Político	Família da “elite” imperial ligada ao “exército” e a “política”	Gosto pela literatura e pela poesia	“exilado” / Aposentado Compulsoriamente / “Príncipe” dos Sociólogos /	Ciências Sociais (USP – 1949)
José de Souza Martins	Família de imigrantes presbiterianos	Querida ser professor	“Vim da roça!” / Trabalhei em fábrica / Preso durante a ditadura militar / “Introdutor dos estudos de Sociologia da vida cotidiana”	Ciências Sociais (USP – 1961)
Gabriel Cohn	Família de judeus alemães vinculada ao comércio	“Relação com Michel Löwy” / Tons carregados politicamente	“Uspiano” / Weberiano / “Introdutor dos estudos sobre sociologia da comunicação”	Ciências Sociais (USP)
Luiz Jorge	Família da “elite”	Gosto pela	Comunista / Preso e	Direito

Werneck Vianna	carioca vinculada a “política” e ao “direito”	literatura / Possibilidade de intervenção pela cultura - CPC	perseguido pela ditadura militar / Clandestinidade /exilado	(Universidade do Estado da Guanabara – 1958) Ciências Sociais (FNFi/UB – 1964)
José Carlos Garcia Durand	“Capital familiar situado nas profissões do alto judiciário”	Socialização / Centro acadêmico secundarista / “Vida de Botequim”	POLOP / Preso pela ditadura militar	Ciências Sociais (USP – 1963)
Benício Vieiro Schmidt	Profissões liberais	Coordenação da AC e AP / Esquerda Católica / Motivação Política	“Fui preso várias vezes”	Direito (PUC/RS – 1963)
Sérgio Miceli Pessoa de Barros	Família da “elite” carioca vinculada a “política” e ao “direito”	Socialização (“grupo de amigos muito intelectualizado, com projetos culturais e artísticos” / Envolvimento com discussão política /	Movimento cristão - PUC/RJ	Ciências Sociais (PUC/RJ – 1964)
Elisa Maria da Conceição Pereira Reis		Participação política secundarista	Líder estudantil	Sociologia e Política (UMG – 1964)
Brasílio João Sallum Junior	Profissões liberais	Envolvimento com discussão política / Movimento pela preservação da legalidade		Economia (UFRGS – 1965) Economia – ILPES (1966) Ciências Sociais (USP – 1967)
José Reginaldo Prandi		“Por acaso”	“Sou do interior” / “Tive grandes dificuldades para estudar” / Manifestações no ABC/SP	Medicina Veterinária (USP – 1965) Ciências Sociais (Centro Universitário Fundação Santo André – 1967)
Renato José Pinto Ortiz	Pai comerciante e Mãe professora secundária	Movimento contra a ditadura	“as ciências sociais possuíam uma aura de contestação”	Engenharia (Escola Politécnica de São Paulo – 1966) Sociologia (Université de Paris-VIII – 1970)
Glaucia Villas Boas	Família da “elite” carioca vinculada a “política” e a “medicina”	Socialização familiar / Sociologia como busca de soluções para a solução dos males do país /	Expulsa da UFRJ / Política e Movimento Estudantil / Exílio	Ciências Sociais (Inicia na UFRJ – 1966, e conclui na UFF)
Maria Arminda do Nascimento Arruda	Família da “elite imperial” vinculada a “política” e ao latifúndio	Movimento Trotskista	Sensibilidade “cristã”	Ciências Sociais (USP – 1967)
José Vicente Tavares dos	Pai advogado e “político”	Liderança do Movimento	Expulso do Colégio Júlio de Castilhos	Direito (UFRGS – 1967)

Santos		Estudantil Secundarista		Ciência Sociais (UFRGS – 1968)
César Barreira	Família da “elite” rural do nordeste	Liderança do Movimento Estudantil Secundarista / Ações assistenciais ligadas a Igreja Católica		Ciências Sociais (UFC – 1969)
Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo		Relação com a política de extrema- esquerda		História (PUC/RJ – 1970)
Ricardo Luiz Coltro Antunes	Funcionário publicos	Interesse pela administração de empresas		Administração Pública (FGV/SP – 1972)
Ricardo Abramoway		Influência do professor secundário / “Maio de 68”		Filosofia (Université Paris-X – Nanterre – 1970)